



## Participação efetiva, representativa e inclusiva das crianças a nível local

Um estudo sobre conselhos de crianças e jovens em países com Comitês Nacionais para a UNICEF

Baseado nas perspetivas de membros de conselhos de crianças e jovens nos países selecionados com Comitês Nacionais



# Agradecimentos

Este estudo foi conduzido por Gerison Lansdown e Vanessa Sedletzki em nome da UNICEF, com contributos de Joanne Bosworth, Ana Teresa Corzanego Khatounian, Reetta Mikkola, Louise Thivant e Diana Vakarelska.

O estudo não teria sido possível sem as valiosas informações e as perspetivas que crianças e jovens de conselhos locais e escolares providenciaram, nomeadamente:

- Conselho de Jovens de Estugarda, Alemanha
- Conselho de Jovens de Ratisbona, Alemanha
- Conselho de Jovens de Eltville, Alemanha
- Conselho de Jovens de Kufstein, Áustria
- Conselho de Crianças e Jovens para a Escola Respeitadora dos Direitos, Henringvejens skole em Aalborg, Dinamarca
- Conselho Municipal de Crianças de Postojna, Eslovénia
- Assembleia de Estudantes do pré-escolar e ensino básico de Palomeras Bajas e Conselho de Participação de Crianças e Adolescentes do Distrito de Puente de Vallecas de Madrid, Espanha
- Conselho de Participação de Fuenlabrada, Espanha
- Fórum da Juventude das Astúrias na região das Astúrias, Espanha
- Conselho Nacional da Infância e Adolescência da Catalunha (CNIAC), Espanha
- Conselho de Crianças de Carbajosa de la Sagrada, Espanha
- Conselho de Crianças de Avilés, Espanha
- Conselho de Jovens de Lappeenranta, Finlândia
- Conselho de Jovens de Jyväskylä, Finlândia
- Conselho da Escola Secundária Laanila de Oulu, Finlândia
- Conselho de Vida Escolar do Colégio Ariane de Guyancourt, França
- Conselho de Eco-delegados do Colégio Leclerc, Conselho Municipal de Crianças e Conselho Municipal de Jovens em Schiltigheim, França
- Conselho de Jovens de Akureyri, Islândia
- Conselho de Jovens de Posnânia, Polónia
- Conselho Municipal de Juventude de Guimarães, Portugal
- Participantes do Projeto “Voz dos Jovens” e do Orçamento Participativo Jovem de Cascais, Portugal
- Comité de Educação Inovadora de Seul, Conselho de Crianças e Jovens, e outros membros de organizações em prol das crianças de Seongbuk-gu, Seul, República da Coreia
- Conselho de Crianças e Jovens de Dobong-gu, Seul, República da Coreia

A UNICEF gostaria também de expressar a sua gratidão a todos os adultos que apoiam as estruturas participativas supracitadas, e que disponibilizaram valiosos contributos e recomendações durante o processo de investigação.

Por fim, a UNICEF gostaria igualmente de agradecer às equipas dos Comités Nacionais para a UNICEF e organizações parceiras, que foram imprescindíveis na condução deste estudo e entrevistas, nomeadamente: Tina Bostrup, Aurélie Calaforra, Teresa Capitão, Sílvia Casanovas Abanco, Neja Čopi, Marín Rós Eyjófsdóttir, Ewa Falkowska, Susanne Fuchs, Ceren Gueven-Gueres, Noémie Hervé, Hanna Borg Jónsdóttir, Ye-Lin Jung, Klara Krgovic, Johanna Laaja, Lucía Losoviz Adani, Francisca Magano, Laurence Pappalardo, Alja Skele, Minho Son, Charlotte Steinmetz e Dunja Tegtmeier. Agradecemos, ainda, aos parceiros da Universidade de Barcelona pelo seu contributo para a conceção do estudo e entrevistas em Espanha: Ana Belén Cano-Hila, Ferran Crespo Torres, Marta B. Esteban, Ana Maria Novella Cámara e Marta Sabariego Puig.

**Isenção de responsabilidade:** Este estudo destina-se à investigação e à ampliação de conhecimento e não constitui uma orientação formal programática. Os resultados estão reunidos num breve guia sobre o trabalho com os conselhos locais de crianças e jovens: **Conselhos de Crianças e Jovens:** Orientações para Apoiar a Participação Significativa.

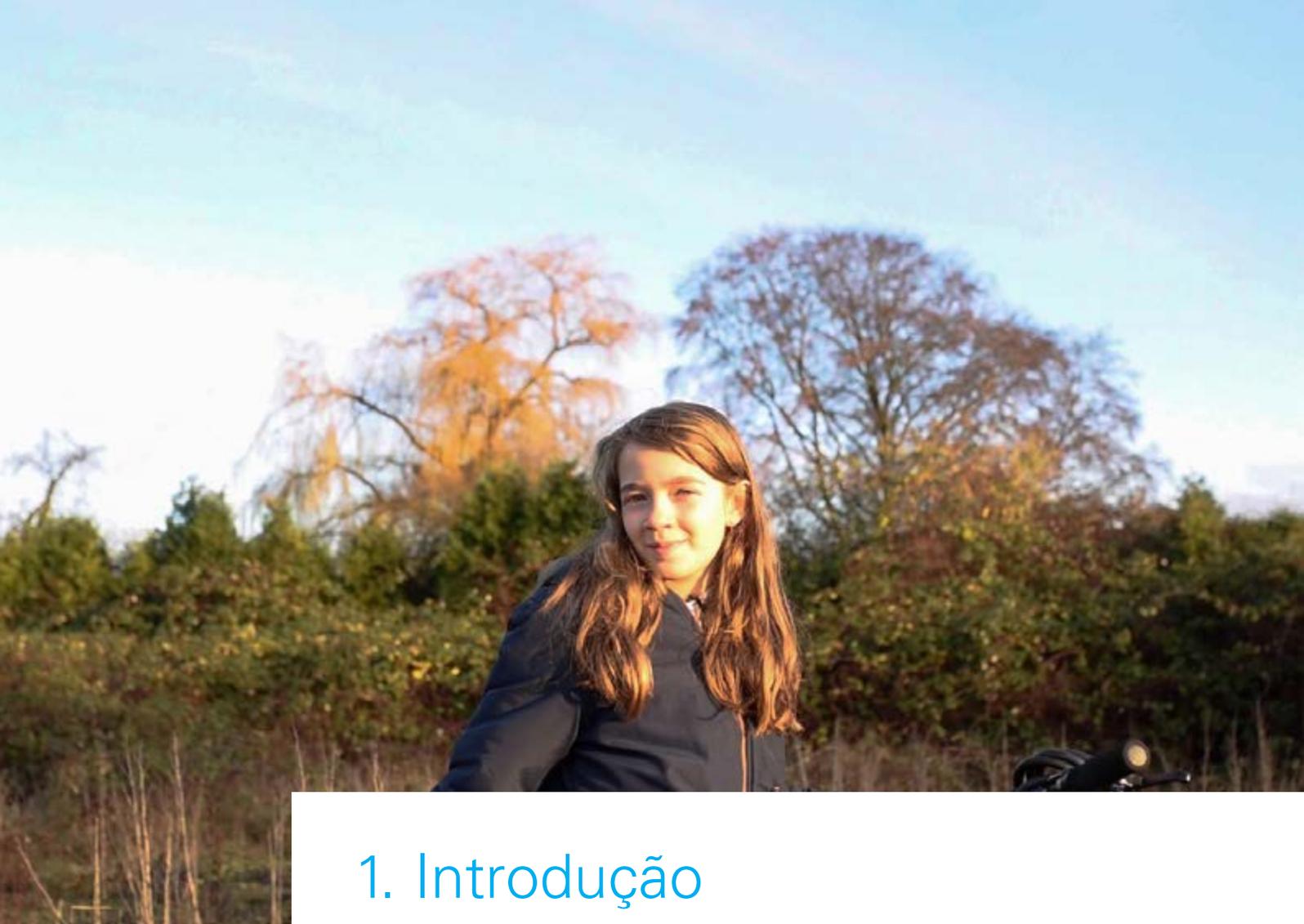
# Índice

<b>Agradecimentos</b>	<b>3</b>
<b>Lista de Figuras</b>	<b>5</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>6</b>
Glossário	7
<b>2. Porque é que a participação das crianças é importante</b>	<b>8</b>
<b>3. Compreender a participação efetiva, representativa e inclusiva das crianças</b>	<b>11</b>
3.1 Processo	12
a) Espaço	12
b) Voz	13
c) Audiência	14
d) Influência	14
3.2 Qualidade	15
a) Transparente e informativa	15
b) Voluntária	16
c) Respeitadora	16
d) Relevante	17
e) Adaptada à criança	17
f) Inclusiva	18
g) Apoiada por formação	19
h) Segura e sensível ao risco	20
i) Responsável	22
3.3 Níveis de participação	23
<b>4. Características propícias a um ambiente participativo para as crianças</b>	<b>25</b>
4.1 Legislação e políticas	25
4.2 Sensibilização e conhecimento sobre o direito de participar	29
Crianças	31
Adultos	33
4.3 Atitudes em relação às crianças	34
<b>5. Participação das crianças nos processos de tomada de decisão a nível local (prática)</b>	<b>38</b>
5.1 Conselhos de crianças e jovens	39
Qual deverá ser o papel do conselho?	39
Quem irá participar no conselho?	43
Quantos membros deverá ter o conselho?	43
Existem critérios para a adesão e, em caso afirmativo, quais?	43
Como são seleccionados os membros?	44
Como apoiar o processo de eleição?	44
Qual a duração do mandato?	47
Como irá o conselho organizar o seu trabalho?	49
Consultas com pares	51

5.2	Outras estruturas de participação institucional	52
5.3	A inter-relação entre conselhos de crianças e jovens e outros conselhos	55
	Entre conselhos de crianças e jovens e conselhos escolares	55
	Entre um conselho municipal de crianças e jovens e outros conselhos a nível municipal e nacional	57
<b>6. Participação efetiva da criança: poder de decisão e influência</b>		<b>60</b>
6.1	Mandato e poder de decisão (oportunidades para influenciar decisões)	61
	Nível do poder de decisão do conselho de crianças e jovens	61
	Nível de interação entre o conselho de crianças e jovens e decisores	64
	Periodicidade de reuniões e interações entre o conselho de crianças e jovens e agentes locais	69
6.2	Áreas de influência	70
	Áreas setoriais	71
	Áreas políticas abrangentes	72
6.3	Responsabilização e ciclo de feedback	74
<b>7. Participação de crianças inclusiva: incluir crianças de diferentes origens e experiências de vida</b>		<b>77</b>
7.1	Identificar crianças de comunidades vulneráveis	79
7.2	Envolver crianças em situação de maior vulnerabilidade	79
7.3	Remover barreiras	81
<b>8. Monitorização e avaliação do impacto da participação das crianças</b>		<b>85</b>
8.1	Abordagem baseada nos direitos das crianças para a monitorização e avaliação	86
8.2	O que deve ser monitorizado e avaliado	87
	a) Indicadores de resultados	87
	b) Indicadores de produtos	89
	c) Indicadores de recursos	89
<b>Referências</b>		<b>92</b>
<b>Anexo I. Metodologia para a pesquisa</b>		<b>93</b>
<b>Anexo II. Resumo das implicações de cada nível de participação</b>		<b>94</b>
<b>Ficha técnica</b>		

## Lista de Figuras

<b>Figura 1 – Participação efetiva, representativa e inclusiva das crianças</b>	<b>12</b>
<b>Figura 2 – Processo de participação efetiva (cortesia de Laura Lundy)</b>	<b>12</b>



© UNICEF/UN0406662/Unruh

# 1. Introdução

O público-alvo deste estudo são os governos locais que desejem estabelecer ou reforçar mecanismos participativos formais para crianças. O conteúdo pode ser útil para países de todos os contextos de rendimentos. No entanto, o estudo baseia-se em dados recolhidos através de entrevistas realizadas em 2021, em 11 países de elevado rendimento (Alemanha, Áustria, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Islândia, Polónia, Portugal e República da Coreia). Entrevistámos crianças e adultos que as apoiam, ativamente envolvidos em conselhos locais de crianças e jovens em escolas. Com base nos resultados do estudo, o relatório fornece sugestões práticas que irão permitir aos governos locais cumprir melhor as suas obrigações referentes ao Artigo 12.º da **Convenção sobre os Direitos da Criança**, que prevê assegurar o direito das crianças a expressarem as suas opiniões em todas as matérias que lhes dizem respeito e que essas opiniões sejam levadas a sério.

Muitos governos locais desenvolveram abordagens inovadoras e criativas para introduzir mecanismos que permitem às crianças e jovens influenciarem e tomarem decisões informadas nas suas comunidades. Este estudo pretende captar a aprendizagem destas experiências para apoiar outros governos locais que procuram alcançar o mesmo objetivo. Atualmente, existe uma preocupação geral de que vários governos locais carecem de conhecimentos, recursos, competências e capacidades de monitorização necessários para introduzir a participação significativa a nível local.

Por conseguinte, os objetivos do estudo são:

1. Desenvolver um entendimento partilhado do que constitui participação efetiva, representativa e inclusiva das crianças.

2. Com base nos resultados, disponibilizar sugestões práticas relativamente às medidas necessárias para estabelecer e manter conselhos de crianças e jovens.
3. Disponibilizar exemplos ilustrativos concretos de experiências de crianças nos conselhos de crianças e jovens.
4. Abordar alguns dos desafios comuns — por exemplo, a falta de sensibilização e compreensão, inclusão, motivação, sustentabilidade, monitorização e avaliação — que os governos locais enfrentam ao estabelecer a participação efetiva.

O público-alvo são os atores locais que trabalham com e para crianças e jovens em países de alto e médio rendimentos, incluindo:

- Equipas da UNICEF e parceiros
- Crianças e jovens
- Equipas dos governos locais

## NOTA:

1. **O estudo não fornece uma orientação rigorosa passo-a-passo sobre como estabelecer conselhos de crianças e jovens.** A situação varia de forma tão significativa em países distintos que não é possível a existência de uma abordagem única. Pelo contrário, o estudo oferece sugestões, ideias e exemplos que as crianças e adultos usam e adaptam para necessidades e contextos específicos.
2. **O estudo não procura abordar as muitas outras abordagens à participação que podem ter lugar a nível local fora das estruturas formais dos conselhos de crianças e jovens.** Por exemplo, iniciativas lideradas por crianças, consultas online, projetos locais dirigidos por organizações não-governamentais (ONGs), campanhas locais que envolvem crianças ou outros mecanismos informais de participação. O foco exclusivo deste estudo são os mecanismos formais para a participação das crianças e jovens a nível local.

## Glossário

Os conselhos locais de crianças e jovens têm nomes diferentes tanto dentro dos países como entre eles. Além disso, usamos outros termos para descrever crianças de idades diferentes, por exemplo: criança, jovem, adolescente, juventude. Em termos de conveniência e consistência, adotamos a linguagem seguinte neste documento:

- **Conselho escolar:** Um conselho escolar é um organismo de estudantes nomeado dentro de uma escola (que podem ser eleitos pelos seus pares) para representar as crianças na escola.
- **Conselho de crianças e jovens:** Os conselhos de crianças e jovens são órgãos nomeados de crianças e jovens (que podem ser eleitos pelos seus pares), que representam crianças e jovens. Neste estudo, focamo-nos em conselhos de crianças e jovens a nível municipal e regional.
- **Criança ou crianças:** Pessoa(s) com menos de 18 anos de idade.
- **Jovem ou jovens:** Pessoa(s) entre os 14 e os 25 anos de idade.

Quando a faixa etária não é explícita, o texto refere-se a **crianças e jovens**.

## Acrónimos

<b>ICAC</b>	Iniciativa das Cidades Amigas da Criança
<b>CDC</b>	Convenção sobre os Direitos da Criança
<b>CNIAC</b>	Conselho Nacional da Infância e Adolescência da Catalunha



© UNICEF/UNI316264/Bajornas

## 2. Porque é que a participação das crianças é importante

Em 1989, a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) aumentou a consciencialização e compreensão de que a participação das crianças é necessária. Não obstante, em vários setores, existe ainda uma resistência significativa em reconhecer que as crianças têm direito a expressarem as suas opiniões e a serem levadas a sério nos assuntos que as afetam. Os argumentos que se seguem podem ser usados para fundamentar a introdução de mecanismos de participação das crianças a nível local.

### 1) Entender a participação das crianças como um direito humano

As crianças têm o direito de serem ouvidas sobre todos os assuntos que as afetam, para além de direitos e liberdades de informação adequada, pensamento, expressão, associação e reunião pacífica. As crianças podem exercer o direito à participação de várias maneiras, individualmente ou em grupo, incluindo a participação na tomada de decisões em casa, na escola ou na comunidade, e isto aplica-se a todas as crianças capazes de formar uma opinião. Esta obrigação reflete-se também a nível local, e exige que as escolas, comunidades e cidades fomentem e produzam práticas e estruturas de participação das crianças, bem como assegurem que as crianças possam ser ouvidas de forma segura e efetiva.

### 2) Incrementar programas relevantes e melhorar serviços e políticas

O conhecimento das crianças sobre as suas próprias vidas, criatividade, capacidades

e aspirações pode servir para fundamentar o desenvolvimento e monitorização de serviços, políticas e práticas mais eficazes, relevantes e sustentáveis.<sup>1</sup> Seja nos conselhos de crianças e jovens, nos projetos de âmbito municipal, em políticas públicas ou legislação, a participação das crianças deve permitir uma reflexão adequada das necessidades individuais e coletivas, visões do mundo, responsabilidades e desejos das crianças.

O seu envolvimento reforça a tomada de decisão dos adultos e resulta em práticas mais relevantes, mais eficazes e mais sustentáveis. Por exemplo:

- Os serviços, desde os transportes à saúde, devem responder às necessidades das crianças (ver o exemplo do Município Londrino de Redbridge, Reino Unido, na [secção 5.2](#)).
- As crianças e jovens devem conduzir as políticas infantis e juvenis locais (ver o exemplo de Avilés, Espanha, na [secção 6.1](#)).
- A legislação e políticas devem abordar e responder às necessidades das crianças e jovens mais vulneráveis (ver o exemplo de Colónia, Alemanha, na [secção 5.2](#), e do Condado de Prince George, EUA, na [secção 6.2](#)).

### 3) Aumentar a proteção e a não-discriminação

O direito e o espaço para expressarem as suas opiniões, e fazerem-se ouvir, são poderosos meios através dos quais as crianças podem combater a discriminação, a violência, a exploração ou a injustiça. Negar às crianças o direito de serem ouvidas e não conseguir criar sistemas acessíveis e seguros, através dos quais possam opor-se à violência e ao abuso, permitiu que culturas e práticas de abuso se tenham perpetuado com relativa impunidade.<sup>2</sup> Para expor estes abusos e prevenir a sua recorrência, é imperativo que as crianças sejam encorajadas a falar e que tenham acesso a mecanismos seguros e acessíveis de queixa e indemnização. Além disso, quando as crianças usam estes mecanismos de queixa, devem acreditar que são ouvidas, levadas a sério e que serão tomadas medidas. É possível proteger as crianças através da criação de ambientes culturais seguros nos quais obtenham confiança para expressar as suas opiniões, em todos os contextos.

### 4) Reforçar o desenvolvimento e bem-estar das crianças

A infância, e em particular a adolescência, é um período crítico de crescimento rápido, aprendizagem, adaptação e desenvolvimento neurobiológico. As oportunidades de participação melhoram as competências de comunicação, de resolução de problemas e de negociação das crianças e permitem-lhes construir melhores relações e interação com os seus pares, famílias e comunidades.<sup>3</sup> As consultas realizadas para a preparação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável concluíram que uma das maiores aspirações das crianças era a participação no desenvolvimento. Crianças de mais de um quarto dos países disseram que querem ser ouvidas pelos adultos e pelos decisores.<sup>4</sup> No entanto, as crianças não são as únicas que beneficiam desta sua participação. Quer os adultos tenham ou não formação em participação e salvaguarda das crianças, têm a oportunidade de ver as suas competências prosperarem e podem experienciar melhorias no seu bem-estar ao interagirem com crianças.

### 5) Valorizar a responsabilização e a democracia

A participação aumenta as oportunidades das crianças promoverem a responsabilização e a boa governação. Quando têm acesso aos decisores políticos, podem afirmar, reivindicar e exercer os seus direitos e reforçar a responsabilização do governo. A participação das crianças e o potencial processo de eleição para os conselhos de crianças e jovens, e outros órgãos representativos, dão às crianças a responsabilização de melhorarem a sua compreensão e dedicação aos processos democráticos, responsabilização e transparência.

Estes fornecem uma visão prática de como as relações de poder se desenvolvem e de como acontece a tomada de decisão. Além disso, quando bem executada, a participação das crianças ao nível das escolas, das comunidades e dos municípios é especialmente importante, pois permite que todas as crianças de diferentes origens reflitam e influenciem as decisões que as afetam.<sup>5</sup>



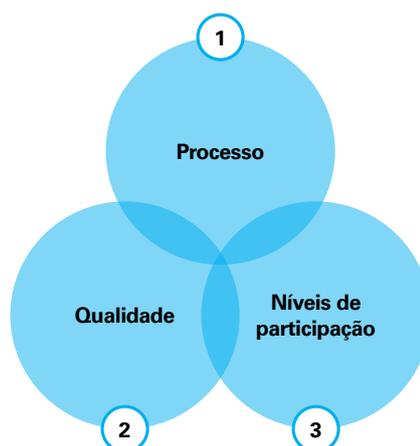
© UNICEF/UN0152774/Dinulescu

### 3. Compreender a participação efetiva, representativa e inclusiva das crianças

A participação pode ser um conceito vago. Possui significados distintos em idiomas diferentes e, em alguns deles, não existe uma tradução direta ou definição. Por conseguinte, usamos um entendimento comum do termo ao longo deste documento. A participação é um processo que reconhece o direito das crianças de se envolverem de forma séria em assuntos que as afetam e de serem capazes de influenciar o que acontece. O processo deve também permitir às crianças de diferentes comunidades serem representadas e ouvidas e assegurar que os espaços criados para a participação sejam adaptados, de forma a incluir as necessidades e capacidades de vários grupos diferentes de crianças. A participação destas é conceptualizada comumente como “crianças que, individual e/ou coletivamente, formam e expressam as suas opiniões e influenciam os assuntos que lhes dizem respeito, direta e indiretamente.”<sup>6</sup>

As crianças devem ser capazes de dar as suas opiniões sobre assuntos que as afetam e de se envolverem de forma genuína neste processo. Uma das formas de facilitar e reforçar esses processos a nível local é criar mecanismos de participação formal nos conselhos de crianças e jovens nas escolas, cidades e comunidades. Para alcançar este objetivo são necessárias as seguintes dimensões da participação: processo, qualidade e níveis de participação.

**Figura 1. Participação efetiva, representativa e inclusiva**



### 3.1 Processo

A participação é um processo — não uma atividade ímpar. Não é suficiente apenas ouvir as crianças. Assim que elas expressam as suas opiniões, estas devem ser tidas em consideração de forma adequada e séria, com feedback sobre os resultados e decisões que se seguem. Além disso, as crianças devem ter acesso à informação e apoio necessários para facilitar a expressão das suas opiniões através do suporte que escolherem. Adicionalmente, devem ter acesso a quem está na posição de influenciar as decisões que as afetam. A participação efetiva requer, portanto, espaço, voz, audiência e influência.

**Figura 2. O processo de participação efetiva (cortesia de Laura Lundy)**



#### a. Espaço

A participação não acontece num vácuo. Ao nível local, os sistemas democráticos estabelecidos na maioria dos países estendem-se apenas aos adultos, embora em alguns municípios as crianças votem aos 16 anos de idade. Portanto, os governos locais devem fazer esforços para criar tempo e espaço (seja online ou offline) para permitir que as crianças se reúnam e contribuam para as políticas locais. Com a criação deste espaço e com os contributos das crianças, as suas preocupações entram nos processos de tomada de decisão local.

**Questões relevantes a ter em consideração:**

- Onde é que as crianças se vão reunir e como é que lá chegam?
- O local de reunião é acessível, física e monetariamente, e seguro para todas as crianças lá chegarem?
- É possível providenciar meios de transporte para apoiar as crianças a participarem nas reuniões?
- O espaço é confortável e adequado às crianças, com refeições apropriadas?
- Existe algum acordo com as escolas locais para as crianças terem tempo livre para se reunirem durante o dia de aulas, se necessário?

*Se precisarmos de formação, podemos pedi-la ao Município. As formações recentes em que participámos foram sobre o planeamento urbano, preparação de pedidos de subsídios, assuntos ecológicos e climáticos, etiqueta de negócios de design thinking.*

*(Poznânia, Polónia)*

## **b. Voz**

Para facilitar a participação eficaz, os governos locais devem disponibilizar às crianças dos conselhos de crianças e jovens a informação apropriada em formatos adequados e acessíveis. Além disso, as crianças precisam de informação sobre o significado da participação, como se podem envolver nos processos de tomada de decisão, o âmbito do potencial envolvimento, bem como políticas atuais e em proposta, orçamentos e outros assuntos para os quais podem contribuir.

**Questões relevantes a considerar:**

- Os documentos municipais ou da assembleia municipal são produzidos em formatos apropriados para crianças? Se as crianças forem convidadas a participar em qualquer processo do município, as reuniões são acessíveis e seguras para que elas se sintam confiantes para compreender o que está a acontecer e como se podem envolver?
- O governo municipal ou local fornece às crianças informação que lhes é adequada sobre as políticas do município, novas propostas em discussão, orçamentos e outra informação em análise?
- Existe apoio adequado, por parte dos adultos, aos membros do conselho de crianças e jovens?
- As crianças e jovens obtêm a formação e a capacitação de que precisam — e solicitam — para que possam cumprir o seu papel como membros?

### c. Audiência

Não existe grande propósito no facto dos membros de um conselho de crianças e jovens expressarem as suas opiniões ou solicitarem as opiniões de outras crianças se não houver ninguém disponível para ouvir o que têm a dizer. A participação exige que haja um compromisso por parte do governo local de estar disponível, regularmente, para ouvir as opiniões, argumentos, preocupações e feedback das crianças sobre assuntos locais.

#### Questões relevantes a considerar:

- O conselho de crianças e jovens reúne de forma regular e formal com agentes municipais? Com membros eleitos do município? Com o Presidente da Câmara?
- Se sim, essas reuniões estão documentadas e existe manutenção adequada desses registos?
- Os agentes municipais apoiam e trabalham para que as crianças-membros se sintam confortáveis e confiantes nas reuniões?
- O conselho de crianças e jovens pode convidar membros do município a participar nas suas reuniões quando necessário?

### d. Influência

Por fim, se um conselho de crianças e jovens apresenta, a agentes do governo local, assuntos que considera importantes, os decisores devem comprometer-se a terem em consideração estes assuntos, de forma séria. Obviamente, não será possível responder sempre de forma afirmativa aos pedidos das crianças. Pode haver, por exemplo, exigências concorrentes, orçamentos limitados ou restrições legislativas. No entanto, os decisores devem comprometer-se a ouvir as crianças, a refletir e a considerar devidamente o que ouvem, e dar-lhes feedback sobre o que ouviram e sobre quaisquer eventuais decisões que possam tomar em resultado disso.

#### Questões relevantes a considerar:

- O que acontece às propostas ou recomendações que o conselho de crianças e jovens lança?
- O município ou agentes do governo respondem atempadamente sobre a forma como poderão agir em resposta a quaisquer preocupações ou assuntos levantados pelo conselho de crianças e jovens?
- O município ou agentes do governo dão explicações adequadas ao conselho de crianças e jovens quanto às decisões tomadas e as razões que as fundamentam?
- O município ou agentes do governo informam o conselho de crianças e jovens sobre a forma como as opiniões das crianças foram consideradas?
- Existe direito de recurso se o conselho de crianças e jovens considerar que as suas opiniões não foram adequadamente consideradas?

## 3.2 Qualidade

O Comitê dos Direitos da Criança definiu nove requisitos básicos para uma participação de qualidade das crianças.<sup>7</sup> Estes princípios sustentam também a abordagem da UNICEF para uma participação significativa, efetiva e ética das crianças a nível local.

A participação das crianças deve ser:

### a. Transparente e informada

As crianças devem receber informação completa, acessível, sensível à diversidade e adequada à idade sobre o seu direito de expressar livremente as suas opiniões. Além disso, os decisores devem dar o devido valor às opiniões das crianças e providenciar informação sobre a forma como a participação das mesmas terá lugar, o seu âmbito, propósito e potencial impacto. Os decisores deverão, ainda, informar as crianças sobre os processos nos quais participam, as decisões ou assuntos que poderão influenciar, e de que modo as suas opiniões irão afetar a tomada de decisões. Por exemplo, se as crianças contribuem com as suas opiniões para uma consulta municipal sobre trânsito, segurança e poluição ambiental, os adultos devem disponibilizar a informação completa sobre os tópicos em análise. Neste caso, os agentes municipais devem fornecer informação sobre o que vai ser discutido, o que o município está disposto ou é capaz de mudar e qual o estatuto que as opiniões das crianças terão. Sem esta informação, o processo de consulta poderá não passar de um mero gesto.

Uma sugestão dos jovens pertencentes a um conselho de jovens foi que os agentes do governo deveriam providenciar um dicionário de terminologia de governação numa linguagem acessível para que os jovens pudessem compreender as discussões das reuniões. Os jovens sentiam-se, muitas vezes, confusos e perdidos durante as reuniões do conselho.

© UNICEF/UN0152751/Bell



### **Responder a este requisito significa que:**

- Existe clareza de objetivos na participação das crianças e honestidade nos seus parâmetros.
- As crianças compreendem o impacto que podem ter no processo de tomada de decisão e quem tomará a decisão final.
- Existe um acordo explícito com um enquadramento claro e um entendimento dos papéis e responsabilidades de todos os participantes (crianças, adultos e outras partes envolvidas).
- As crianças e os adultos identificam e definem objetivos e metas claras.
- Os decisores facultam às crianças informação relevante e adequada às mesmas, relativa ao seu envolvimento e aos assuntos que discutem.
- As autarquias locais responsabilizam-se perante as crianças pelos compromissos assumidos.

### **b. Voluntária**

As crianças participam de forma voluntária. Os decisores ou os grupos com quem as crianças colaboram nunca devem forçar, por coação ou exigência, que qualquer criança expresse as suas opiniões sobre determinado assunto. A participação é um direito, não uma obrigação. Nenhuma organização deve forçar as crianças a participarem em mecanismos de participação representativa. Se uma escola, comunidade ou organização a nível municipal estabelecer um mecanismo de participação de crianças, essa organização deve informá-las sobre a natureza voluntária da sua participação.

### **Responder a este requisito significa que:**

- As crianças têm tempo para refletir sobre o seu envolvimento, e há processos estabelecidos para assegurar que são capazes de prestar o seu consentimento pessoal e informado para a respetiva participação.
- As crianças têm informação e apoio suficientes para tomarem uma decisão informada sobre a sua participação.
- As crianças sabem que podem escolher terminar o seu envolvimento a qualquer momento.
- As crianças podem sair de uma iniciativa ou mecanismo participativo sem sanções ou castigo e nunca devem experienciar sanções ou penalizações por terminarem a sua participação voluntária.

### **c. Respeitadora**

Os adultos devem tratar as opiniões das crianças com respeito. Se as crianças não acreditarem que os adultos vão realmente ouvir e valorizar os seus contributos, não se sentirão confiantes para expressá-los. Além disso, os adultos que trabalham com crianças devem ter consciência das diferentes culturas e origens de cada indivíduo, e das suas opiniões no que diz respeito à sua voz ou imagem aparecerem em público. Os adultos devem também compreender o contexto socioeconómico, ambiental e cultural da vida das crianças.

### **Responder a este requisito significa que:**

- As crianças podem expressar livremente as suas perspetivas e opiniões, e que estas são tratadas com respeito.

- Quando o processo de envolvimento requer a representação de um grupo mais vasto de crianças, a seleção de representantes será baseada nos princípios da democracia e da não-discriminação.
- Existem formas de aumentar a autoestima e a autoconfiança das crianças de idades e capacidades diferentes para que todas se sintam capazes de contribuir e confortáveis para partilhar as suas opiniões.

#### **d. Relevante**

Os assuntos abordados pelo mecanismo de participação das crianças serão provavelmente mais relevantes para as mesmas se refletirem preocupações concretas que experienciam no seu dia a dia, nas suas comunidades locais. Portanto, as crianças devem ser livres para abordarem assuntos que elas próprias identificam como importantes e livres para determinarem, por si próprias, se escolhem envolver-se com as questões levantadas pelos adultos. A sua participação deve basear-se no seu conhecimento pessoal — a informação e perspetiva que as crianças têm sobre as suas próprias vidas, as suas comunidades e as questões que as afetam.

#### **Responder a este requisito significa que:**

- Os assuntos são relevantes para as crianças participantes e baseados no seu conhecimento, competências e capacidades.
- As crianças ajudam a estabelecer os critérios para a seleção e representação da participação.
- As crianças envolvem-se de formas e níveis apropriados às suas capacidades e interesses.
- As formas de trabalhar e os métodos de envolvimento de crianças incorporam e baseiam-se em estruturas locais, conhecimento e práticas favoráveis, e têm em consideração o contexto social, económico e cultural.
- A preparação inclui o apoio de adultos na vida das crianças (por exemplo, pais/encarregados de educação, professores) para assegurar um maior acompanhamento à participação das crianças.

#### **e. Adaptada à criança**

Um ambiente favorável às crianças é crucial para uma participação significativa das mesmas. Requer um espaço onde os adultos adaptem discussões e projetos às capacidades e necessidades das crianças. Adicionalmente, os adultos providenciam níveis de apoio adequados, para que as crianças se sintam capazes de contribuir para as suas comunidades. Ser “adaptada às crianças” inclui reconhecer que crianças diferentes terão diferentes necessidades de apoio. Além disso, de acordo com as suas capacidades em evolução e as suas idades e origens, podem precisar de participar através de abordagens alternativas.

#### **Responder a este requisito significa que:**

- As formas de trabalho aumentam a autoestima e a autoconfiança de crianças de idades e capacidades diferentes, para que todas se sintam capazes de contribuir e confortáveis para partilhar as suas opiniões.
- Os adultos criam métodos de envolvimento em parceria com as crianças para que sejam usados os meios de expressão da preferência delas.
- Os adultos disponibilizam tempo e recursos suficientes e apoiam as crianças para que estas tenham uma preparação adequada a uma participação de qualidade.

- Os adultos (incluindo os pais/encarregados de educação das crianças) compreendem o valor da participação das crianças e desempenham um papel positivo ao apoiá-las através da sensibilização, reflexão e capacitação.
- Os locais de reunião são adequados às crianças e fazem com que estas se sintam descontraídas e confortáveis. As crianças, nomeadamente crianças com deficiência, têm acesso aos equipamentos necessários.
- Os adultos criam procedimentos organizacionais ou oficiais para apoiar as crianças, em vez de as intimidar, bem como para receber crianças com menos experiência.
- Os adultos desenvolvem as competências e capacidades das crianças para permitir que participem, individual e coletivamente, de forma efetiva.
- Os adultos perguntam às crianças, incluindo crianças com deficiências visuais ou auditivas, qual a informação de que necessitam e partilham-na, atempadamente, em formatos adaptados e numa linguagem que as crianças compreendam.
- Os adultos providenciam acesso a informação escrita e interpretação especializada, que permita às crianças uma participação total nas discussões.
- Os adultos não usam linguagem técnica nas discussões que envolvem crianças e explicam, de forma clara, toda a gíria ou termos técnicos.

## f. Inclusiva

A inclusão significa reconhecer que as crianças constituem um grupo diverso e considerar as diferenças de forma positiva, sem qualquer tipo de discriminação. É essencial garantir que o ambiente participativo é sensível ao género e à cultura e toma medidas proativas para incluir crianças de comunidades e origens distintas, assim como crianças de diferentes idades e capacidades. Para criar uma participação inclusiva é necessário um compromisso de comunicação alargada e ampla com grupos de crianças que podem ser mais difíceis de alcançar, e garantir que, dentro do mecanismo de participação, todas as crianças recebem apoio para participar de forma igual. A participação deve evitar padrões existentes de discriminação e incentivar oportunidades para o envolvimento de crianças em situação de maior vulnerabilidade. As crianças não são um grupo homogéneo e a participação deve providenciar oportunidades iguais a todas.

### **Responder a este requisito significa que:**

- Todas as crianças devem ter uma oportunidade igual de participar, e os responsáveis pela organização desenvolvem sistemas para assegurar que as mesmas não experienciam discriminação devido à idade; raça; cor; sexo; idioma; religião; opinião política ou outra; origem nacional, étnica ou social; capacidade financeira; deficiência; nacionalidade ou outro estatuto.
- O envolvimento das crianças, se possível, inclui todas e não somente algumas; isso pode significar estabelecer medidas inclusivas para comunicar com as crianças nos seus ambientes locais, assim como convidar representantes a deslocarem-se a um ponto central.
- A prática participativa das crianças é suficientemente flexível para responder às necessidades, expectativas e situações de diferentes grupos de crianças.
- Os responsáveis pela organização consideram a faixa etária, o género e as capacidades das crianças na forma como organizam, planeiam e apresentam a informação sobre a participação.
- Quem trabalha com crianças é capaz de facilitar um ambiente que seja não-discriminatório e inclusivo.

- Quem trabalha com crianças não faz suposições sobre o que grupos específicos de crianças podem ou não fazer.
- Quem trabalha com crianças dá oportunidades iguais às crianças para expressarem as suas opiniões e reflete esses contributos em qualquer resultado de um processo participativo, incluindo processos que incluem tanto crianças, como adultos.
- Se existir um limite para o número de crianças que podem participar numa determinada iniciativa ou processo, as próprias crianças usam os princípios da democracia e inclusão para escolherem, entre os seus pares, quem as irá representar em iniciativas participativas.

### g. Apoiada por formação

Os adultos necessitam de preparação, competências e apoio para facilitar a participação das crianças, nomeadamente competências para ouvirem, trabalharem em conjunto com crianças e para as envolverem, de acordo com as suas capacidades em evolução e protegendo os seus direitos. É também essencial assegurar que os adultos que trabalham com crianças recebem o apoio adequado e são responsáveis pelas suas ações, avaliando as suas práticas, para assegurar ambientes seguros e favoráveis para as crianças a longo prazo. As próprias crianças podem agir como formadores e facilitadores sobre como promover a participação efetiva. Além disso, as crianças requerem de capacitação para reforçar as suas competências, por exemplo, de consciência efetiva dos seus direitos e formação em organização de reuniões, angariação de fundos, interação com os meios de comunicação social, comunicação em público e ativismo.

#### **Responder a este requisito significa que:**

- Todas as equipas e dirigentes compreendem a importância da participação das crianças e compreendem o compromisso inerente.
- As equipas têm formação, ferramentas e outras oportunidades de desenvolvimento adequadas para a prática participativa, que lhes permita trabalhar de forma confiante e eficaz com crianças de diferentes idades e capacidades.
- As equipas têm o apoio e a supervisão apropriados e recebem uma avaliação das suas práticas participativas.
- Existe um incremento de competências técnicas específicas — por exemplo, na comunicação, facilitação, resolução de conflitos ou experiência multicultural — através de uma combinação de recrutamento, seleção, desenvolvimento de equipas e partilha de práticas.
- As relações entre as próprias equipas, e entre as equipas e os dirigentes, definem o comportamento apropriado: um tratamento mútuo com respeito e honestidade.
- Os dirigentes e as equipas, para quem a participação das crianças implica uma mudança pessoal ou cultural significativa, recebem apoio sem que isso seja considerado um problema.
- As equipas são capazes de expressar quaisquer opiniões ou preocupações sobre as crianças, ou que as envolvem, na expectativa de receber uma resposta construtiva.
- As crianças que participam em conselhos de crianças e jovens podem requisitar áreas nas quais gostariam de receber formação, e esses pedidos irão receber uma resposta atempada.
- Antigos membros dos conselhos de crianças e jovens podem ser considerados para contribuírem para a formação.

## h. Segura e sensível ao risco

Os adultos têm uma responsabilidade para com as crianças com quem trabalham e devem tomar todas as precauções para minimizarem o risco de perigo para as crianças. Estes riscos de perigo incluem violência física ou psicológica, negligência, exploração, ou qualquer outra consequência negativa da sua participação. Em certas situações, a expressão de opiniões pelas crianças pode envolver riscos — por parte de alguém com um papel de autoridade, dos seus pares ou de familiares. A ação necessária para providenciar uma proteção adequada incluirá o desenvolvimento de uma estratégia clara de salvaguarda das crianças que reconhece os riscos particulares que alguns grupos enfrentam e as barreiras adicionais com que se deparam para conseguirem ajuda. As crianças devem ter consciência do seu direito de proteção do perigo e saber onde procurar ajuda, caso necessitem. É importante investir no trabalho com famílias e comunidades para estabelecer uma compreensão do valor e implicações da participação, e minimizar a exposição das crianças ao risco de perigo.

Não obstante, os adultos que lideram estas atividades são responsáveis por assegurar que as crianças participam num ambiente seguro. Esta responsabilidade é sempre dos adultos.

### **Responder a este requisito significa que:**

- Os adultos devem planear e organizar de maneira a que a proteção dos direitos das crianças seja uma prioridade.
- As crianças envolvidas em atividades de participação têm consciência do seu direito de estarem protegidas contra o abuso e sabem onde se dirigir para pedirem ajuda, se necessário.
- Os adultos designam equipas e voluntários com competências e conhecimentos necessários para abordarem e coordenarem as questões de salvaguarda das crianças durante os processos de participação.
- As equipas e voluntários que organizam o processo de participação devem criar uma estratégia de salvaguarda das crianças, específica para cada processo. Equipas, voluntários e crianças devem receber informação sobre o plano e todos devem compreender a estratégia de salvaguarda. A comunicação deve ser feita numa linguagem acessível, adequada à idade e adaptada às crianças.
- Devem ser estabelecidos sistemas para identificar riscos e elaborados planos para mitigá-los, com diretrizes claras de responsabilidade e responsabilização.
- Estão em vigor medidas de salvaguarda durante todo o período da atividade para minimizar riscos e prevenir abusos. Por exemplo, as crianças devem receber sempre supervisão e proteção adequadas. Devem existir avaliações de risco para todas as atividades locais que envolvam crianças. Além disso, durante o planeamento, as medidas de salvaguarda devem considerar e responder aos riscos de que uma criança possa magoar outra criança.
- As equipas e voluntários concordam em seguir um padrão claro de comportamento sob a forma de código de conduta, ou documento similar, para saberem o que é, ou não, apropriado. Esta informação deve incluir noções específicas sobre como supervisionar adequadamente as crianças de maneira transparente e responsável. Existe um sistema para reportar todos os incidentes, e todas as equipas e voluntários compreendem os requisitos de conduta e comportamento.
- Os procedimentos de salvaguarda das crianças reconhecem os riscos particulares que alguns grupos enfrentam e as barreiras adicionais com que se deparam para obterem ajuda. As medidas de mitigação devem incluir ações que reduzam estas barreiras para que estes grupos de crianças possam participar de forma segura.

- As equipas e voluntários devem avaliar cuidadosamente os riscos associados à participação das crianças em ações de sensibilização, campanhas ou ativismo. Dependendo dos riscos que as equipas e voluntários identificam, podem adaptar medidas e diretrizes para protegerem a identidade das crianças ou providenciar medidas complementares de proteção.
- As equipas e voluntários obtêm consentimento para o uso de toda a informação fornecida pelas crianças. Além disso, os adultos devem salvaguardar toda a informação sobre as crianças, devem tratar a informação que identifica crianças como confidencial e devem proteger sempre a mesma. Qualquer informação pessoal identificável — por exemplo, nomes, moradas, contacto ou informação médica — deve ser recolhida apenas para propósitos específicos quando necessário. As equipas e voluntários devem guardar, de forma segura, esta informação e eliminá-la assim que deixe de ser necessária. Devem ter em consideração o volume de informação que as crianças partilham e se esta informação as pode identificar, mesmo quando os nomes e imagem sejam ocultados. A não ser que as crianças e adultos digam o contrário, não deverá ser possível identificar o indivíduo ou grupos de crianças.
- As equipas e supervisores devem criar um procedimento formal de reclamação que permita às crianças envolvidas em atividades de participação apresentarem queixa, de forma confidencial, sobre qualquer assunto relativo ao seu envolvimento. O processo de reclamação deve ser acessível às crianças, em linguagem e formatos adequados. Quem trabalha com crianças deve ter em consideração o apoio que elas precisam se, e quando, fazem uma queixa ou denúncia, ou nas situações em que podem ser objeto dessa queixa ou denúncia.
- As crianças devem dar consentimento explícito para a captação ou publicação de fotografias, vídeos ou imagens digitais das mesmas.
- As equipas e supervisores devem delegar e planear eficazmente as responsabilidades relacionadas com responsabilização, segurança, viagens e seguro de saúde.

**Exemplo:  
Dar a conhecer  
políticas de  
salvaguarda**

O Município de Akureyri (Islândia) possui um plano de ação de salvaguarda na página web do município. Os serviços de proteção de crianças e o ponto focal da Iniciativa das Cidades Amigas da Criança desenvolveram o procedimento. O plano expande a política de salvaguarda das crianças e prevê as responsabilidades associadas e as obrigações que a equipa reporta aos serviços de proteção de crianças, na eventualidade de algum problema. Todos os diretores de escolas, administradores e professores recebem formação sobre essa política, e as crianças, entre os 9 e os 16 anos de idade, recebem informação completa sobre o plano através das escolas.

Em Fuenlabrada (Espanha), o Plano da Infância inclui regulamentos sobre proteção. Quando as crianças se inscrevem em atividades de participação, existe um formulário de inscrição que as famílias e as crianças devem assinar, incluindo, por exemplo, o consentimento informado e direitos de imagem. Para completar o registo de participação, devem receber informação sobre os processos e diretrizes da participação e assinar os formulários de consentimento que confirmam que receberam essa informação. Existem também formulários de proteção de dados que devem ser assinados.

## i. Responsável

É essencial um compromisso para dar seguimento e avaliar a participação das crianças. Por exemplo, se um conselho de crianças e jovens participar num estudo ou consulta sobre um determinado assunto para dar informação adicional aos decisores, as crianças devem receber feedback. Neste caso, quem utiliza as opiniões das crianças deve providenciar informação sobre a interpretação e uso da informação recebida. Além disso, quando necessário, os adultos devem assegurar às crianças a oportunidade de desafiarem e influenciarem a análise das conclusões. Qualquer grupo que utilize as opiniões ou participação das crianças deve dar um feedback explícito sobre como essa participação afetou ou pode afetar quaisquer resultados. Sempre que seja apropriado, as crianças devem ter a oportunidade de participarem em processos ou atividades de seguimento. Sempre que possível, as crianças devem monitorizar e avaliar a sua participação.

### **Responder a este requisito significa que:**

- As crianças participam a partir da fase mais inicial possível de qualquer iniciativa e são capazes de influenciar a conceção e o conteúdo de qualquer processo consultivo.
- As crianças recebem apoio para participarem nos processos de seguimento e de avaliação.
- Como parte integral de qualquer iniciativa de participação, os adultos abordam os processos de seguimento e de avaliação durante as fases de planeamento.
- Os adultos apoiam e incentivam as crianças a partilharem informação sobre o seu trabalho e projetos em desenvolvimento, assim como as suas experiências de participação com grupos de pares, comunidades locais e organizações.
- Os adultos disponibilizam feedback rápido e direto sobre o impacto do envolvimento das crianças, o resultado de qualquer decisão ou medidas a tomar e o valor do seu envolvimento.
- Os adultos dão feedback a todas as crianças envolvidas.
- Os adultos perguntam às crianças qual o seu nível de satisfação com o processo de participação e a sua opinião quanto a formas de melhorar o processo.
- Os adultos comunicam com as crianças que participam e fornecem os resultados da monitorização e avaliação numa forma acessível e adaptada às crianças; adicionalmente, têm em consideração o feedback das crianças em futuros trabalhos de participação.
- Os adultos reconhecem os erros que as crianças identificam, e formam planos baseados nas lições aprendidas; planeiam como usar essas lições para melhorar os processos de participação no futuro.
- Os adultos avaliam como refletir e implementar as prioridades e recomendações das crianças nas suas políticas, estratégias e programas.

### 3.3 Níveis de participação

As crianças e jovens podem envolver-se num processo de participação em níveis diferentes, dependendo do contexto, dos assuntos e do apoio e recursos disponíveis: participação consultiva, colaborativa e liderada por crianças. **Todos os níveis podem ser apropriados para propósitos diferentes**, mas devem sempre cumprir a necessidade de espaço, voz, audiência e influência, e seguir os nove requisitos básicos acima mencionados. Ao explorar as oportunidades para o envolvimento das crianças, é útil avaliar qual o nível de participação implicado: se se trata do nível mais apropriado, ou se é possível fazer com que as crianças se envolvam de forma mais significativa. Vale também a pena ressaltar que iniciativas que começam como consultivas podem desenvolver-se, a longo prazo, em atividades colaborativas ou lideradas por crianças. Além disso, um conselho de crianças e jovens pode funcionar nos três níveis, dependendo da atividade de participação.

Os diferentes níveis de participação podem ser descritos da seguinte forma:

**A participação consultiva** ocorre quando os adultos solicitam as opiniões das crianças e jovens para conhecerem e compreenderem as suas vidas e experiências ou para elaborarem um programa. Envolve uma abordagem iniciada, liderada e gerida por adultos. No entanto, reconhece que as crianças e jovens possuem uma perspetiva valiosa em termos de contribuição para o desenvolvimento de políticas, serviços ou instalações locais.

#### Exemplos:

Realizar um inquérito online ou criar grupos de discussão com crianças para explorar as suas ideias de como melhorar o seu acesso a serviços locais — por exemplo, informação pública, questões de confidencialidade, transportes disponíveis e acessíveis, e taxas de inscrição acessíveis.

Obter as opiniões de uma criança com deficiência, diretamente, para assegurar que os decisores ouçam as necessidades da criança em relação aos serviços de apoio especializados.

**A participação colaborativa** envolve uma parceria entre adultos, crianças e jovens. Normalmente, a participação colaborativa é iniciada por adultos, mas envolve trabalhar com crianças como parceiras, empoderando-as para influenciarem uma iniciativa. Permite aumentar os níveis de ação autodirigida por crianças e jovens durante um determinado período de tempo.

#### Exemplos:

Envolver crianças e jovens como parceiros no desenvolvimento de um programa para maior acesso a atividades desportivas pelas raparigas na comunidade.

Envolver crianças e jovens no desenvolvimento de uma política para reduzir a poluição ambiental.

**A participação liderada por crianças** existe quando os adultos dão às crianças e jovens espaço e oportunidade para iniciarem as suas próprias atividades e desenvolverem a sua influência. Em vez de responderem a ideias ou projetos sugeridos por adultos, as crianças e jovens recebem apoio para fazerem as suas próprias escolhas ou estabelecerem as suas próprias estruturas ou organizações, para determinarem os assuntos que têm como mais importantes e que desejam ver abordados. Por exemplo, um conselho de crianças e jovens pode ser liderado por crianças onde estas sejam as únicas responsáveis pela organização, gestão e agenda do conselho, e os adultos contribuam com apoio e facilitação. Isto permite que as crianças e jovens se reúnam e organizem as suas próprias atividades, e identifiquem os assuntos que lhes dizem respeito. Envolve adultos que servem como facilitadores em vez de líderes, embora seja importante reconhecer que, cada vez mais, as crianças e jovens podem e participam ativamente online sem o envolvimento dos adultos. No entanto, mesmo quando as crianças lideram atividades, os adultos devem estar preparados para dar apoio com avaliação de riscos e estar disponíveis para responderem a quaisquer questões de salvaguarda das crianças, se necessário.

Por exemplo, os adultos devem apoiar as crianças com a proteção de dados quando estas têm de recolher ou tratar dados de crianças.

#### **Exemplos:**

Crianças que iniciam uma campanha para reduzir a circulação automóvel e a poluição do ar nas ruas em redor da escola.

Crianças que fazem greve para protestarem contra as medidas insuficientes adotadas pela autarquia local em resposta às questões ambientais locais.



© UNICEF/UNI205914/Pagetti

## 4. Características propícias a um ambiente participativo para as crianças

### 4.1 Legislação e políticas

A legislação é essencial para estabelecer o reconhecimento do direito das crianças de acederem a uma participação segura, equitativa e significativa na tomada de decisões locais. Muitos governos desenvolveram, por exemplo, legislação que exige que todos os municípios estabeleçam um conselho de crianças e jovens, ou que cada escola estabeleça um conselho escolar. Os governos podem introduzir legislação mais abrangente que exija que os governos nacionais e locais consultem as crianças quando se discutem novas políticas que lhes dizem respeito.

Em geral, as autarquias possuem poderes legislativos limitados e devem atuar de acordo com o enquadramento estabelecido a nível nacional. No entanto, as autarquias têm a possibilidade de aplicar as disposições nacionais de forma construtiva e positiva, e aprovar políticas adicionais a nível local. Incorporar a participação como dimensão integral e essencial da Iniciativa das Cidades Amigas da Criança proporciona um enquadramento positivo sobre o qual se pode construir.

## Exemplos:

Em Guyancourt (França), o Decreto n.º 2016–1631 de 29 de novembro de 2016 institui um conselho de participação de crianças nos estabelecimentos de ensino. O decreto define os princípios gerais que regem a sua composição, bem como as suas áreas de competência, conferindo grande autonomia à direção da escola para o aplicar por deliberação. A direção é responsável pela composição, procedimentos para a eleição ou nomeação de membros e processos para operacionalizar o conselho. Portanto, é essencial que a criação do conselho seja sujeita a uma reflexão conjunta prévia por parte da equipa das áreas de gestão, ensino, educação, orientação, saúde e representantes dos pais/encarregados de educação. Este processo consultivo deve ser estendido também aos representantes dos pais e, obviamente, aos alunos para que toda a comunidade educativa possa apoiar o sistema.

A criação do Conselho Nacional para a Infância e Adolescência da Catalunha (CNIAC) (Espanha) está abrangida pelos artigos 27 e 34 da Lei 14/2010, de 27 de maio, sobre os direitos e oportunidades das crianças e adolescentes da Catalunha. A lei reconhece o direito das crianças a participar, promovendo a criação de estruturas de participação territorial, a nível local e regional. Trata-se de uma das primeiras regulações regionais sobre a participação das crianças.

*O Diretor dos serviços da juventude refere-se, com frequência, à importância do enquadramento legal. Isto também é visto como uma forma de silenciar qualquer discussão em torno da participação (“temos a lei, e isso basta”). O enquadramento legal foi amplamente considerado quando a cidade desenvolveu a sua estratégia global sobre a participação dos cidadãos.*

*(Apoiante adulto, Finlândia)*

© UNICEF/UNI320500/Elias



**Ações para garantir uma base legislativa e política adequada para o trabalho podem incluir o seguinte:**

**a) Criar o ambiente político necessário**

- Realizar uma análise sobre onde e como as disposições internacionais e nacionais relevantes necessitam de ser adotadas a nível local.
- Adotar uma resolução municipal sobre a participação das crianças e a natureza do compromisso com a sua implementação.
- Assegurar que se inclui, de forma explícita, que a participação constitui um princípio central na estratégia local geral, exigindo-se que cada pelouro contextualize o modo como será operacionalizada no seu trabalho — ex.: planeamento urbano, educação.
- Estabelecer um compromisso com a criação de um conselho de crianças e jovens e conselhos escolares em todas as escolas, incluindo escolas básicas e secundárias, assim como quaisquer escolas profissionais, especiais ou em regime de internato.

**b) Apoiar a implementação e a capacitação**

- Incentivar cada pelouro a estabelecer uma equipa e estratégia de participação das crianças e desenvolver a estratégia municipal geral.
- Dar formação a todos os agentes de autoridade local relevantes sobre as normas legais e políticas internacionais e nacionais respeitantes à participação das crianças.
- Envolver as crianças como parceiras na elaboração da política e estratégia de participação.
- Incluir a centralidade do envolvimento das crianças em todas as principais comunicações das autoridades locais — ex.: documentos de políticas, comunicados de imprensa, relatórios.
- Introduzir como requisito que todos os programas e decisões que afetam as crianças — ex.: urbanizações, parques infantis — devem incluir crianças como participantes.
- Introduzir um sistema para a alocação de orçamentos de participação das crianças para os conselhos de crianças e jovens aos quais têm a responsabilidade de alocar.

**Exemplos:**  
**A necessidade de incorporar a participação ao nível político e estratégico nos municípios**

A cidade de Oulu (Finlândia) inclui a participação em vários documentos estratégicos. Por exemplo, a estratégia de participação da cidade, a estratégia de governação aberta, a estratégia de educação da cidade (e como parte do plano educativo), a estratégia do trabalho com jovens da cidade e o plano de educação precoce. Além disso, os serviços da juventude e educação da cidade desenvolveram, em conjunto, um “modelo operacional de participação” para a cidade que descreve as diferentes formas de participação que a Câmara Municipal aprovou. E, por fim, a participação está presente no plano de ação da Iniciativa das Cidades Amigas da Criança da cidade, no qual existem vários objetivos e indicadores que apoiam a participação. As crianças e jovens participam nas audiências e eventos organizados pelas unidades de atendimento localizadas nas quatro freguesias da cidade. Por exemplo, os estudantes têm participado no desenvolvimento do plano educativo local, incluindo na definição de quais deverão ser os valores subjacentes à educação em Oulu. Adicionalmente, a divisão de planeamento urbano organizou consultas com crianças para tomar decisões sobre ordenamento.

Em Estugarda (Alemanha), os facilitadores adultos afirmam:

*Temos um conceito de participação que é revisto de dois em dois anos, no qual a assembleia municipal [...] decide novamente que deverá haver novas eleições para o conselho de jovens. E nesta resolução da assembleia municipal, as alternativas [...] a estas eleições para o conselho de jovens são sempre apresentadas. [...] e se não houvesse eleições, por exemplo, por não haver candidatos suficientes? Nesse caso, há ainda formas de participação abertas ou orientadas para projetos que podemos executar. É um conceito de participação que é realizado há anos, ao nível de toda a cidade.*

A Câmara Municipal da cidade de Ratisbona (Alemanha) adotou um “conceito” de participação das crianças. Este conceito inclui todas as formas de participação que ocorrem na cidade e inclui fóruns de cidadãos a nível distrital, onde as crianças se reúnem e colaboram numa participação relacionada com projetos. Ancorar a participação das crianças na descrição de funções dos pontos focais da participação e na estratégia geral da cidade dá às crianças o direito de participar. Um dos participantes explica que a estratégia:

*Dá-me o direito de abordar os outros pelouros e dizer que nesta e naquela área devem considerar a participação.*

Está também ancorada no plano de ação da Iniciativa das Cidades Amigas da Criança da cidade, que é aprovado pela autarquia, e em múltiplas outras estratégias. Um funcionário explica:

*Ancorámo-la em todo o lado. Ancorámo-la através de objetivos de qualidade da [...] estratégia geral da cidade para todo o planeamento e desenvolvimento urbano. Ancorámo-la no conceito geral de família. Ancorámo-la nas estratégias para um desenvolvimento urbano adaptado às crianças. E estamos no processo de a ancorar no novo plano de desenvolvimento urbano para 2040.*

De forma concreta, por exemplo, os parques infantis da cidade já não podem ser desenvolvidos sem a participação de crianças e jovens, que faz parte dos padrões de qualidade aprovados pela autarquia. Os construtores devem consultar as crianças e assumir os custos adicionais razoáveis desta consulta.

O município de Cascais (Portugal) está atualmente a trabalhar numa estratégia de participação de crianças como resultado da análise da situação local, o que demonstra que houve várias tentativas no município de promover a participação das crianças, mas sem um enquadramento, metodologias, visão ou acompanhamento dos resultados que fossem unificadores.

O objetivo da estratégia é: 1) definir uma visão do que significa a participação das crianças no município; 2) criar uma rede de parceiros (o município está também a trabalhar no mapeamento de diferentes práticas participativas no território); e 3) reforçar a capacitação dos diferentes atores locais em matéria de participação. Existe também um processo de orçamento participativo jovem (OP Jovem) ativo em todas as escolas do município, sendo atribuído um orçamento de 10 000 euros a cada escola para propostas de estudantes. Uma turma em cada escola lidera o processo (turma OP Jovem). O papel da turma OP Jovem é apoiar a participação das crianças no processo do orçamento participativo. Os jovens desempenham um papel ativo neste processo — desde rever normas de acordo com a sua experiência e incentivar as crianças a participarem, até à recolha de propostas das crianças — não só para melhorarem a sua escola, mas também para melhorarem a comunidade. Estas propostas serão integradas no orçamento participativo dos adultos. Os jovens organizam as reuniões e contam os votos. Adicionalmente, esta atividade está normalmente ligada a aulas de cidadania.

O município de Guimarães (Portugal) tem um plano global para a juventude que inclui uma forte componente de participação de crianças:

*Todos os setores municipais estão envolvidos; no entanto, trata-se de um espaço para a participação ativa e construção de políticas públicas, em colaboração com os jovens do município. Todas as políticas listadas, todos os objetivos e áreas estratégicas do Plano de Ação, representam projetos e programas que estes jovens do território identificaram.*

O Plano de Desenvolvimento Social do município reflete a incorporação da participação. O Plano Municipal para a Juventude é central para o reforço da participação das crianças e, no âmbito do plano, o Gabinete de Juventude do Município é um intermediário entre os jovens, as associações juvenis e as estruturas formais do governo local. Cada uma das diferentes estruturas participativas da cidade, incluindo o orçamento participativo, o projeto “Eco Parlamento”, ou o Conselho Municipal da Juventude, tem os seus próprios regulamentos.

## 4.2 Sensibilização e conhecimento sobre o direito de participar

O desenvolvimento de competências e capacidades para crianças e adultos deve estar no centro dos mecanismos de participação das crianças, que procuram criar um ambiente propício para que estas possam expressar as suas opiniões e participar na tomada de decisões. Tais capacidades são uma dimensão essencial para abrir o caminho para uma sociedade amiga das crianças. Uma das maiores e persistentes barreiras à participação significativa das crianças tem sido a falta de confiança e competência entre muitos adultos para trabalhar com crianças de forma colaborativa.

**Os jovens têm clareza sobre o que “fazer” e “não fazer” no que diz respeito à formação.**

#### **FAZER**

- Assegurar que se pergunta às crianças em que formação estão interessadas.
- Pensar em formas divertidas de dar formação — ex.: formação na arte de falar em público dada por um ator local.
- Convidar antigos membros dos conselhos escolares e de jovens para dar formação.
- Providenciar oportunidades para ter formação de reciclagem (atualização) e apoio contínuo.

#### **NÃO FAZER**

- Promover longas palestras dadas por adultos em ambientes formais.
- Dar demasiada informação no início, antes de as crianças se habituarem aos seus papéis.
- Partir do princípio que todas as crianças podem ser tratadas com uma abordagem padronizada — permitir a diversidade e a flexibilidade.

## Crianças

As crianças apenas podem participar se souberem tanto sobre o seu direito a serem ouvidas, como sobre de que forma é possível fazerem ouvir as suas vozes. Crianças e adultos de várias cidades e comunidades identificaram uma série de abordagens para promover o interesse e a sensibilização sobre as oportunidades para as crianças se tornarem membros ativos dos conselhos de crianças e jovens ou outros mecanismos para partilharem as suas opiniões:

### **Reforçar o conhecimento sobre os direitos das crianças**

- Investir no ensino dos jovens sobre política e envolvimento cívico nas escolas, através de workshops.
- Disponibilizar um quadro informativo sobre os direitos das crianças com imagens que as crianças pintaram, em todos os parques infantis da cidade.
- Realizar uma Conferência da Juventude anual para todas as escolas da comunidade para ampliar a sensibilização sobre os direitos das crianças e sobre como as crianças podem participar.
- Envolver antigos membros dos conselhos de crianças e jovens como mentores e apoiantes para reforçar a capacitação e partilhar conhecimentos.

### **Sensibilizar para as oportunidades de participação**

- Enviar uma carta da Câmara Municipal a todas as crianças e jovens de uma certa idade para adesão ao conselho de crianças e jovens.
- Fazer uma campanha anual nas escolas da comunidade onde os membros atuais do conselho escolar e do conselho de crianças e jovens realizam sessões informativas para os alunos.
- Apoiar antigos membros do conselho escolar e do conselho de crianças e jovens a realizarem sessões de informação curtas, de 5 minutos.
- Partilhar informação através do website da autarquia — todas as reuniões e atas de reuniões do conselho são partilhadas — através dos pais/encarregados de educação, redes sociais e jornais.
- Proporcionar o contacto direto com políticos, assim como campanhas que apresentem a política de uma forma que pareça entusiasmante para as crianças e jovens.
- Divulgar o trabalho dos conselhos de crianças e jovens através de uma conta no Instagram para difundir informação e sensibilizar.
- Apoiar os próprios jovens no conselho de crianças e jovens a irem às escolas uma vez por ano para promoverem o trabalho — é mais fácil um jovem compreender quando o trabalho é descrito por outro jovem.

**Exemplos:**  
**Sensibilização através de vários meios de comunicação e fóruns**

Um apoiante adulto do conselho de jovens de Akuryeri (Islândia) observou: *Mais educação, mais educação, mais educação. É o mais importante. Todos, tanto adultos como crianças, precisam de conhecer os direitos das crianças e compreendê-los. Isso significa ser capaz de relacionar os direitos das crianças com o seu trabalho e com a sua vida quotidiana. A existência de mais e melhor educação sobre os direitos das crianças para mais pessoas reforçaria, definitivamente, os mecanismos de participação das crianças. As crianças precisam de conhecer os seus direitos e, quando os conhecem, é mais provável que formem as suas próprias opiniões e se interessem mais por participar e causar impacto.*

Os jovens do conselho de jovens de Kufstein (Áustria) vão às escolas uma vez por ano para promoverem o seu trabalho. Como explicou um facilitador adulto: *É melhor ouvirem isso dos próprios jovens do que de um “velho adolescente como eu.” É simplesmente mais fácil os jovens identificarem-se com isso do que com um velho a falar sobre participação jovem. Quando os jovens vão às escolas e falam para as turmas, captam a atenção.*

O conselho tem a sua própria página de Instagram, e os canais e centros juvenis da cidade promovem o trabalho com regularidade. Os jovens entrevistados tinham aderido ao conselho de jovens após terem ouvido falar sobre o mesmo na escola, ou depois de terem integrado outras atividades participativas, tais como uma Conferência da Juventude anual em que todas as escolas participaram. O coordenador da juventude está também regularmente presente com jovens nas escolas para partilhar informações sobre o conselho de jovens.

Em Jyväskylä (Finlândia), a promoção do conselho de jovens é realizada principalmente através das escolas e também através de campanhas nas redes sociais e cartazes. O próprio conselho de jovens desempenha um papel importante nesta promoção. Por exemplo, os membros do conselho de jovens vão às escolas para espalharem a palavra e usam táticas de marketing de guerrilha, como escrever nos passeios com giz. Os próprios jovens lideram o marketing como fazem em “tudo”, salientam os adultos.

As crianças de Carbajosa de la Sagrada (Espanha) não recebem formação no contexto do conselho, mas consideram que aprender pela prática enquanto experiência, é importante para a sua aprendizagem e desenvolvimento pessoal. A participação faz parte da proposta curricular da escola, e há uma conceção progressiva do currículo de aprendizagem. O conselho realiza, regularmente, intercâmbios com grupos semelhantes noutras regiões de Espanha e a nível internacional.

## Adultos

É igualmente importante que os adultos tenham consciência dos direitos de participação das crianças. Eles são os guardiões com a posição de promover ou inibir oportunidades para participação, seja como pais/encarregados de educação, professores, assistentes sociais, funcionários municipais ou políticos locais. As próprias crianças podem desempenhar um papel crucial na promoção da sensibilização. Estratégias para gerar compreensão e consciencialização entre adultos-chave no município e na comunidade local podem incluir:

### **Reforçar o conhecimento sobre os direitos das crianças**

- Organizar workshops sobre os direitos das crianças para diferentes setores da comunidade — pais/encarregados de educação, profissionais e políticos.
- Elaborar e divulgar folhetos informativos sobre os direitos das crianças e os direitos de participação das crianças.
- Se possível, incluir educação sobre os direitos das crianças nos currículos das escolas locais.
- Trabalhar com instituições locais de formação de professores para desenvolver cursos sobre os direitos das crianças e proporcionar-lhes acreditação.
- Dar formação a todos os membros do governo local e incorporá-la como dimensão central do compromisso com ambientes amigos das crianças.

### **Sensibilizar sobre a participação**

- Trabalhar com os conselhos de crianças e jovens para desenvolver uma comunicação regular sobre o que estão a fazer, porquê e o que alcançaram.
- Incentivar as escolas a usarem todas as plataformas online disponíveis para comunicarem com os pais/encarregados de educação sobre o trabalho do conselho escolar e o seu valor.
- Proporcionar oportunidades para as crianças partilharem o trabalho que estão a fazer através dos meios de comunicação social locais ou plataformas do governo local.
- Envolver os pais/encarregados de educação como parceiros no processo de construção de um ambiente participativo para as crianças.
- Divulgar informação sobre o trabalho dos conselhos escolares e dos conselhos de crianças e jovens a outras entidades — ex.: saúde e segurança pública — e incentivá-los a reunirem com os jovens para explicarem o seu trabalho.

**Exemplo:**  
**O valor de envolver  
as famílias**

O conselho local de Avilés (Espanha) constatou que as famílias desempenham um papel importante na valorização e promoção da participação das crianças — em particular, no contexto de múltiplas atividades extracurriculares e pressão escolar. Fizeram-se reuniões com as famílias para apresentar o trabalho que foi organizado e realizado pelas crianças e jovens. As famílias ficaram agradavelmente surpreendidas ao ponto de perceberem que desconheciam o envolvimento dos filhos, bem como as capacidades que estes demonstraram nas suas atividades de cidadania. Adicionalmente, quando a cidade começou a fazer planos para a infância com crianças, havia técnicos relutantes por não verem as crianças como capazes. No entanto, os planos municipais e regionais para infância foram analisados pelo Centro de Estudos Sociológicos da Infância, que concluiu:

*[Em] termos de clareza, viabilidade, sustentabilidade, indicadores claros e precisos, e objetivos mensuráveis (...) o plano para a infância de Avilés estava acima deles no ranking.*

Desta forma, os técnicos reconheceram que as crianças eram capazes de demonstrar uma visão bastante abrangente e sensata.

### 4.3 Atitudes em relação às crianças

Continua a existir uma resistência considerável por parte de muitos adultos em reconhecer que as crianças têm o direito de serem ouvidas e que as suas opiniões podem acrescentar valor significativo. Investir para desafiar estas atitudes é fundamental para a criação de ambientes respeitadores onde as crianças cresçam confiantes de que serão ouvidas e levadas a sério em todas as esferas das suas vidas. Além disso, é importante reconhecer que as crianças mais novas também têm o direito de serem ouvidas, embora as abordagens adotadas para obter as suas opiniões precisem de ser desenvolvidas de acordo com a idade.

© UNICEF/UNI316259/Bajornas



**Crianças de vários países destacam, de forma consistente, a falta de respeito que recebem por parte dos adultos:**

- Ao discutir as áreas de tomada de decisão onde os jovens são ouvidos, um dos membros recorda que, uma vez, um representante adulto da direção da divisão da saúde dissera que todos os jovens são “bêbados que só querem festa”.
- É comum os adultos terem a atitude de não levar as crianças a sério. Mesmo que as crianças e jovens pertençam a um conselho de crianças e jovens com a oportunidade de falar, não é claro que sejam levados realmente a sério.
- Apesar do feedback positivo sobre intervenções na Câmara Municipal, o seu envolvimento não possui um verdadeiro impacto na tomada de decisões ou no que acontece no município.
- Os jovens estão ali como uma mera formalidade, e os adultos apenas levam as opiniões dos jovens a sério se estes concordarem com as opiniões dos adultos.
- Os adultos querem que as crianças e jovens participem na tomada de decisões, mas apenas quando esta diz respeito a determinado tipo de jovens. Por exemplo, quando as discussões se referem a jovens envolvidos em certas comunidades, os adultos tornam-se subitamente difíceis, e os seus preconceitos contra certo tipo de jovens, vistos como bêbados, vêm à tona.
- Quando as crianças argumentam que deviam receber apoio financeiro para o seu trabalho no conselho, tal como os adultos, os adultos descartam completamente a opinião delas.

**Estas perspetivas são reforçadas pelos adultos:**

- A participação é muitas vezes simbólica e não é suficientemente aprofundada. Por exemplo, o orçamento participativo torna-se facilmente numa atividade que é realizada de forma superficial, mais para servir a uma conveniência burocrática.
- O trabalho da participação das crianças tem pouquíssimos recursos, pelo que poucas pessoas se interessam pelo mesmo, e pode parecer ter um estatuto reduzido e representar uma questão de um nicho.
- A oposição política, assim como a oposição e potencial manipulação por parte dos professores ou da comunidade escolar em geral, são barreiras comuns no início de projetos para desenvolver mecanismos de participação.

## Ações para ultrapassar estas atitudes incluem o seguinte:

- Encorajar os adultos a envolverem-se diretamente com a participação das crianças. Muitas vezes, é apenas quando veem o que as crianças estão a fazer e do que são capazes que as suas atitudes começam a mudar.
- Incentivar um compromisso para assegurar que a participação é incorporada e inculcada no trabalho com jovens e em toda a formação associada.
- Introduzir o trabalho sobre a participação e os conselhos de crianças e jovens como questão transversal com impacto e relevância para o município como um todo — todos os aspetos do trabalho do município.
- Divulgar o papel e os sucessos dos conselhos de crianças e jovens, de maneira a torná-los mais familiares junto do público em geral e ajudar a compreender o contributo positivo que as crianças podem dar às comunidades locais.
- Construir relações positivas com os meios de comunicação locais para incentivá-los a cobrir as histórias sobre as atividades participativas das crianças.
- Convidar os pais/encarregados de educação a assistirem a reuniões públicas ou escolares onde as crianças e os adultos que as apoiam possam partilhar o trabalho que estão a fazer, a razão por que o fazem, e incentivar perguntas e o debate.

### **Exemplos: Ultrapassar os obstáculos ao nível das atitudes em relação à participação das crianças**

Em Ratisbona (Alemanha), garantir a existência de apoio político e interesse no conselho exige um esforço contínuo. Acresce que é igualmente importante assegurar que todos os funcionários do governo local conhecem o conselho e as implicações da participação no seu próprio trabalho. No entanto, tendo sido estabelecido há vários anos, agora os adultos reconhecem que o conselho possui uma boa reputação na cidade. A criação do conselho não foi fácil:

*Originalmente, foi um desafio convencer os especialistas da administração de que algo assim era importante e devia ser feito. E também convencer os políticos de que algo assim devia ser criado. E penso que muitos outros municípios continuam a ter este desafio.*

*E:*

*Por regra, se não houver compreensão, consciência, sensibilidade de que os jovens fazem parte da sociedade urbana, então torna-se difícil. Por isso, tem de existir uma consciência de que é simplesmente uma tarefa transversal. Da mesma forma que moldar a migração se trata de uma responsabilidade transversal, a participação jovem deve ser uma responsabilidade transversal.*

Em Eltville (Alemanha), ao estabelecer o conselho de jovens:

*O maior desafio foi certamente obter a aceitação, tanto na administração como na política. Por outras palavras, superar o ceticismo de que os jovens envolvidos neste conselho de jovens constituem uma vantagem para todos. Agora, todos ou quase todos disseram, sim, vale a pena para nós, e envolver os jovens também nos trará benefícios. Isso foi certamente alcançado ao longo de anos ou décadas, por assim dizer. E é também algo que não pode ser forçado. A experiência desempenha também um papel aqui. E a experiência do sucesso, claro, a todos os níveis. Mesmo que sejam sucessos para os jovens. Mas também vice-versa. Conversas entre jovens e adultos a todos os níveis. E, então, a certa altura, surgiu a convicção.*

**Exemplo:  
Aumentar a  
sensibilização dos  
adultos para a  
participação**

Oulu (Finlândia) dá-nos um exemplo positivo de uma abordagem multifacetada à participação das crianças a nível municipal, em que o objetivo não se limita a oferecer às crianças a oportunidade de influenciarem as políticas públicas, mas também aumentarem a sensibilização dos adultos para participação.

- A cidade organiza uma Assembleia Municipal de Crianças e uma Cimeira da Juventude, ambas anuais.
- Realizam-se fóruns sobre o tema com conselhos escolares onde crianças de diferentes grupos de participação se reúnem para partilhar experiências ou ideias, juntamente com representantes do governo local, organizações da sociedade civil, professores e animadores culturais, e aprendem sobre oportunidades de participação.
- As opiniões e propostas recolhidas na Assembleia Municipal de Crianças e na Cimeira são entregues aos decisores relevantes, e o feedback é sempre fornecido no evento seguinte.
- O conselho de jovens tem um representante em três Divisões Municipais e na Assembleia Municipal que se dedica à igualdade e à participação.
- A cidade completou várias avaliações do impacto das crianças nos serviços sociais, culturais e educativos. A cidade consulta sempre as crianças nestas avaliações de impacto.
- A cidade solicita o ponto de vista das crianças, por exemplo, como parte de vários projetos de construção e infraestruturas, em especial quando se relacionam com espaços frequentados pelos jovens. O grupo coordenador da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças faz parte destes processos para garantir que as crianças são ouvidas e que o seu melhor interesse é tido em consideração.
- O conselho de jovens tem dois representantes na direção da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças e apoia o trabalho, em especial, o objetivo do plano de ação que foi definido por crianças e jovens. Recebem também feedback sobre assuntos relacionados com a Iniciativa Cidades Amigas das Crianças nas reuniões do conselho de jovens. O conselho de jovens revê o diagnóstico local da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças e sugere diferentes ações para incluir no plano de ação local em áreas como serviços juvenis, serviços sociais e planeamento urbano. Os jovens podem participar em reuniões nacionais de coordenação da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças. A cidade recolhe as opiniões das crianças como parte do diagnóstico local que é feito neste âmbito.



© UNICEF/UN0365389/Calvo

## 5. Participação das crianças nos processos de tomada de decisão a nível local (prática)

Os conselhos de crianças e jovens representam a esmagadora maioria dos mecanismos formais de participação das crianças ao nível do município e nas escolas. Podem ter diferentes formas e mandatos, e variam significativamente no que diz respeito à sua composição — tanto em termos de números, como de recrutamento. Não existe uma forma única de projetar e criar um conselho. No entanto, todos os conselhos de crianças e jovens partilham algumas — limitadas — características comuns:

- São órgãos coletivos que proporcionam um espaço para discussão entre os seus membros.
- São espaços para crianças e jovens com a expectativa de que representem os seus pares, independentemente da representatividade do conselho e da forma como os seus membros são selecionados.
- Beneficiam de reconhecimento formal por parte das autoridades em posição de tomada de decisão — sejam as autoridades locais ou a direção escolar.

É importante considerar estas características quando se estabelece um novo conselho ou se procura reforçar um conselho existente. Existem várias questões a considerar, nomeadamente:

**Qual** deve ser o papel do conselho?

**Quem** vai participar no conselho?

**Como** vai o conselho organizar o seu trabalho no dia a dia?

**Exemplo:  
O que motiva  
as crianças  
a participarem:  
Vozes das crianças  
e dos jovens**

*A esperança e a possibilidade de agirem de forma positiva para fazerem com que a sua cidade evolua e contribuam para uma vida melhor; o reconhecimento da sua capacidade para serem uma força de proposta; o diálogo com os governantes eleitos da cidade.*

*Terem um espaço de expressão único, poderem agir pela sua cidade e pelos seus habitantes, proporem os seus projetos e executá-los, serem tidos em conta.*

*O desejo de mudarem coisas com as quais discordam, serem capazes de expressar as suas ideias e SEREM OUVIDOS, participarem numa evolução positiva da sociedade, integrarem um grupo de jovens distinto da escola.*

*A sinceridade da proposta (não seremos capazes de fazer tudo), fazerem com que a sua cidade avance, deixarem vestígios de um desejo de infância, encontrarem amigos de outras partes da cidade, terem orgulho na sua dedicação, verem os sucessos dos seus predecessores, conhecerem a Presidente da Câmara e beberem uma limonada com ela!*

*Envolverem-se na sua cidade porque em algum momento questionaram uma evolução ausente, ou terem uma ideia que acharam excelente e viável para os seus concidadãos.*

## 5.1 Conselhos de crianças e jovens

### Qual deverá ser o papel do conselho?

Muitas autoridades locais que fazem parte da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças, ou que procuram tornar-se cidades ou comunidades amigas das crianças, estabelecem conselhos de crianças e jovens ou procuram reforçar o trabalho de conselhos existentes. Os conselhos constituem uma forma visível de participação formal que atesta o compromisso da autoridade em dar atenção às crianças e dar-lhes a oportunidade de serem ouvidas. No entanto, é essencial que se defina adequadamente o seu papel em termos do contributo esperado. Fazê-lo irá ajudar a evitar focar-se no conselho como um órgão isolado e abrirá uma reflexão sobre o seu nível de influência e estatuto no processo de tomada de decisão a nível local.

Os adultos e crianças envolvidos nos conselhos locais de crianças e jovens destacaram várias dimensões do papel do conselho, que podem ser categorizadas nos seguintes temas principais:

Disponibilizar um **espaço para a expressão e representação** das opiniões das crianças e jovens na formação da cidade, nomeadamente:

- Representar as crianças e jovens da cidade na tomada de decisões local, em particular ao promover os seus pontos de vista e interesses, e assegurando que as suas perspetivas são incluídas de forma sistemática.
- Aconselhar o Presidente da Câmara e a autarquia sobre questões relevantes para as crianças e jovens.
- Melhorar a cidade para as crianças e jovens.

Agir como **ponto de contacto entre o governo local, crianças e jovens**, nomeadamente:

- Disponibilizar um canal de comunicação bidirecional entre crianças e jovens e os governos locais e decisores, através do qual a informação pode tornar-se acessível.
- Assegurar que as crianças e jovens tenham um ponto de entrada na administração local, quando quiserem fazer algo ou precisarem de algo.
- Permitir que os decisores incluam outros jovens nas consultas.

**Desenvolver a participação das crianças de forma mais abrangente** na cidade, aumentando o interesse, capacidade e o compromisso dos decisores e das crianças e jovens para reforçar o envolvimento destes últimos na tomada de decisão local. Os conselhos de crianças e jovens:

- Aproximam as questões socioculturais das crianças e jovens.
- Valorizam a participação democrática das crianças e jovens para além do próprio conselho.
- Sensibilizam para a importância dos decisores ouvirem os contributos das crianças.
- Ajudam a criar um sentido de comunidade ao promover a coesão e a inclusão.

Neste contexto, é importante ter em mente que a participação das crianças nos processos democráticos, e por meio deles, decorre de forma diferente da participação dos adultos. Enquanto os membros adultos da Câmara Municipal representam o seu eleitorado, a função representativa das crianças e jovens baseia-se, em grande medida, nas suas opiniões e experiências pessoais. Por outras palavras, não se espera necessariamente que as crianças e jovens falem e ajam em nome dos seus pares, mas que contribuam com as suas próprias experiências para a tomada de decisões esclarecida no que respeita à forma como as decisões afetam as crianças. No entanto, como os adultos tendem a esperar que os mecanismos de participação das crianças espelhem os seus próprios órgãos decisórios, a legitimidade das opiniões partilhadas pelos membros do conselho de crianças e jovens em relação aos decisores, depende, em grande medida, da sua capacidade de representar os interesses das crianças como um todo, e de grupos específicos de crianças em particular. Não se trata de uma necessidade, nem de uma obrigação, mas sim do reflexo das expectativas frequentes dos adultos quando estabelecem tais órgãos a nível local.

*Uma frase que uso demasiadas vezes é que fazemos ouvir as vozes dos jovens, mas é disso que se trata. Representamos as vozes dos jovens e trazemos as perspetivas dos jovens que são impactados. Ninguém vai todos os dias ao website da cidade ver se há novos projetos relacionados com os seus hobbies não tão populares, ou coisa parecida. Mas que todos tenham um lugar igual no nosso município e se sintam igualmente bem.*

*(Membro do conselho de jovens, Lappeenranta, Finlândia)*



© UNICEF/UNI220242/Pancic

*Não tentamos apenas aproximar crianças e jovens, mas chegar a toda a sociedade, de todas as idades e realidades, e trabalhar em conjunto. Quem tiver algo para contribuir é bem-vindo! É um lugar onde se podem expressar livremente.*

*(Membro do conselho municipal de crianças, Avilés, Espanha)*

**Exemplos:  
Compromisso  
das crianças com  
o envolvimento  
democrático**

Em Akureyri (Islândia), as crianças veem o papel do conselho como:

- uma ponte entre políticos e crianças dentro do município para tentar criar solidariedade e união entre os dois.
- a oportunidade para as crianças e jovens terem voz em projetos que normalmente são planejados e executados por adultos.
- a garantia de que o ponto de vista das crianças é tido em consideração nas implementações do município; e de que há uma melhor participação democrática das crianças e jovens.

O município oferece também formas de participação mais informais, tais como inquéritos, um botão de sugestões no website da autarquia, uma reunião da Câmara Municipal para os jovens e sessões de entrevistas com os decisores locais nas escolas.

Em Cascais (Portugal), os próprios jovens explicam que o objetivo do processo é “a participação ativa e a cidadania ativa”. Os adultos descrevem o processo da mesma forma como visando “cidadãos mais participativos no futuro”. Trata-se de um processo pedagógico.

Por exemplo, os adultos aperceberam-se que os jovens não sabem como se vota, ou onde colocar a cruz [no boletim de voto]:

*Inicialmente, nas eleições do conselho escolar, eles votavam em grupo na urna de voto, dentro da cabina, e não sabiam que se tratava de um ato individual. É normal, nunca tinham votado. Portanto, esta componente pedagógica é importante. É o que o define. Mas, na verdade, o objetivo é criar cidadãos mais participativos no futuro, mais envolvidos na comunidade.*

Em Cascais, o projeto “A Voz dos Jovens” é um grupo de jovens representados por delegados e subdelegados. Através deste projeto, os jovens têm a oportunidade de refletir sobre aspetos que consideram prioritários. A partir desse processo, as escolas apresentam novos planos que promovem mudanças para os jovens e a sua comunidade. Além disso, no caso de “A Voz dos Jovens”, o processo participativo desempenha um papel importante na aproximação à tomada de decisões dos jovens. Os jovens enfatizam que o processo participativo desmistifica a ideia de que os políticos estão distantes e são intocáveis. Ajuda-os a compreender o papel do executivo, que os representantes são eleitos pelos cidadãos, e que ouvem e respeitam a opinião deles. Se as sugestões das crianças forem tidas em consideração, isso fá-las sentirem-se valorizadas e que são cidadãos participativos e ativos — e não meros recetores, mas também emissores do que consideram importante para melhorar o Município de Cascais.

Em Schiltigheim (França), os jovens descrevem o papel do conselho como positivo para a cidade. Aqui o ponto de vista de um jovem:

*Permite criar um mundo mais utópico, pois as crianças não têm necessariamente a mesma visão da cidade [...] As crianças poderão dar uma opinião diferente da dos adultos.*

Veem-se a fazer parte da “aproximação entre as crianças e a autarquia”. E como jovem eco-delegado do conselho escolar, vê o papel de membro do conselho de jovens como o de partilhar e discutir novas ideias sobre como melhorar a escola, ajudar a desenvolver regras para essa melhoria, representar as ideias da turma, e “remover o desperdício ou, pelo menos, ajudar um pouco o planeta”.

## Quem irá participar no conselho?

A composição do conselho de crianças e jovens é uma característica que define o mecanismo de participação. Esta irá moldar a própria natureza do conselho. Ao decidir a sua composição, incluindo a forma como os membros são escolhidos, com que critérios, e se os não-membros podem participar das atividades, é fundamental ter em mente as várias formas pelas quais o conselho contribui para a tomada de decisões. As escolhas relacionadas com a sua composição terão, provavelmente, impacto no peso respetivo dos diferentes elementos citados anteriormente. A participação nas atividades do conselho de crianças e jovens levanta, portanto, várias questões que se resumem a uma questão abrangente: quem pode participar em que aspetos do trabalho do conselho? Devem abordar-se várias dimensões na resposta a esta questão:

### Quantos membros deverá ter o conselho?

Não existe apenas uma resposta para esta pergunta, pois o tamanho do conselho dependerá de várias considerações. As opções a considerar incluem:

- **Um conselho com um número definido de membros**, que se reúne como um pequeno grupo de crianças que representam os seus pares no município. Trata-se do modelo mais comum.
- **Um conselho aberto a todos** que queiram participar, sem limitações.

Pode ser também uma mistura dos dois, com um conselho com membros formais que podem votar e tomar decisões, e aberto a quem queira participar em atividades, iniciativas e discussões, mas sem a possibilidade de votar o orçamento ou levantar questões formalmente perante a Câmara Municipal, por exemplo.

### Existem critérios para a adesão e, em caso afirmativo, quais?

A definição de critérios para a adesão terá um impacto significativo na natureza e no trabalho do conselho. São possíveis várias opções:

- Adesão muito aberta — uma opção recomendada — para garantir que qualquer jovem do município/localidade possa ter acesso à função de membro. Muitas vezes, as autoridades locais definem um limite de idades para a participação, geralmente em torno da adolescência.
- Quando o recrutamento envolve o sistema educativo, os critérios de adesão podem ser baseados no ano de escolaridade (ex.: alunos do 4.º e 5.º anos). Isso pode ser limitador, já que exclui inevitavelmente as crianças que não frequentem a escola e implica uma faixa etária limitada.
- Requisitos de equilíbrio de género podem ter de ser considerados, em especial se parecer que um dos géneros representa, consistentemente, uma esmagadora maioria de membros.
- Uma adesão aberta ao conselho pode ser combinada com certas posições de adesão reservadas a grupos específicos, que são tradicionalmente excluídos, e que podem não ter acesso a oportunidades de serem as suas opiniões ouvidas através de mecanismos formais, a menos que tenham um espaço dedicado. Estes grupos incluem crianças com deficiência, crianças de minorias, crianças migrantes, refugiadas ou requerentes de asilo, crianças de etnia cigana, entre outras (ver [Secção 7](#) abaixo).

## Como são selecionados os membros?

A forma como os membros do conselho são escolhidos é uma questão crítica e complexa, pois os mecanismos de participação formal tendem a atrair crianças e jovens com certas características de personalidade e competências (ex.: serem diretas e não tímidas, com um certo nível de autoconfiança, serem capazes de se expressar bem, serem bons alunos, de origens mais abastadas). Um dos princípios fundamentais é que os membros do conselho devem ser escolhidos pelas próprias crianças. Aqui uma questão-chave é também se as crianças e jovens que participam no conselho têm uma função representativa além de ser um mecanismo de participação das crianças. Podem ser consideradas e combinadas várias dimensões:

- **Eleição.** Em muitos municípios, os membros são eleitos pelos seus pares. As eleições podem ter lugar a nível municipal com candidatos que apresentem um programa para todas as crianças e jovens do município. Podem também envolver várias formas de círculos eleitorais, baseados numa área geográfica ou na escola, por exemplo. Em municípios com disparidades significativas, isto pode ajudar a garantir a representação de crianças de várias origens socioeconómicas. A eleição é a forma mais comum de recrutar membros de conselhos de crianças e jovens, espelhando o processo de nomeação de adultos para a Câmara Municipal. Tem em si mesmo uma dimensão representativa, pois as crianças confiam a alguns dos seus pares a responsabilidade de representarem os interesses das crianças e jovens na tomada de decisões a nível local.
- **Outras abordagens para a seleção de membros:**
  - **Base voluntária.** Os jovens voluntariam-se para fazer parte do conselho, mas não há eleição. São aprovados como tal para o cargo. Aqui, são possíveis duas abordagens. Ou todos os voluntários são automaticamente selecionados como membros, ou os voluntários candidatam-se, explicando as suas motivações para fazerem parte do conselho. Em ambos os casos, na prática, muitas vezes os voluntários são selecionados com antecedência e incentivados a voluntariar-se pelos professores, por exemplo. O desafio é assegurar que as crianças tenham uma palavra final a dizer sobre quem as representa.
  - **Recrutamento entre membros de outros conselhos.** O governo local recruta membros para o conselho a partir de conselhos escolares, conselhos distritais ou organizações de jovens. Neste modelo, os membros do conselho são escolhidos de entre os representantes existentes — geralmente eleitos ou voluntários — noutros organismos, por meio de votação ou por consenso dentro desses órgãos.
  - **Nomeação a partir de organizações existentes.** Ou seja, os membros são eleitos através de organizações juvenis.
  - **Posições rotativas.**
  - **Nenhum processo de seleção. Todos são bem vindos.**

## Como apoiar o processo de eleição?

Para promover o processo de eleição com candidatos dedicados a melhorar a tomada de decisão ao nível local e capacitá-los a participar com meios e condições similares, podem ser considerados vários elementos:

- **Exigir a apresentação de um programa ou visão.** Isto vai ajudar a garantir que as crianças são selecionadas ou eleitas com base num conjunto de ações e prioridades propostas, e não apenas com base na sua personalidade. Além disso, garantirá um certo nível de motivação e dedicação por parte dos candidatos.

- **Providenciar canais e oportunidades para os candidatos fazerem campanha.** Os candidatos organizam apresentações dos seus programas e dispõem de espaços para colocar os seus cartazes de campanha, por exemplo.
- **Proporcionar apoio aos candidatos.** Esta opção garante que a falta de recursos e capital social não desencoraja potenciais candidatos. Pode consistir de apoio material, disponibilizando ferramentas, material de escritório e outro equipamento necessários à realização da campanha. Pode também envolver aconselhamento e orientação, para ajudar as crianças a formularem e apresentarem as suas ideias, e para ajudá-las a lidarem com a exposição que a sua candidatura pode implicar.
- **Evitar critérios que possam levar, mesmo que não intencionalmente, à discriminação, ou exclusão, de algumas crianças.** Qualquer critério relacionado com assiduidade escolar, desempenho escolar, competências de escrita e oratória, deve ser estabelecido com bastante cuidado e deve ser feita uma análise adequada do seu impacto em potenciais candidatos.
- **Evitar apresentar o processo de seleção como uma competição.** Neste caso, não existem vencedores nem vencidos. Esta opção assegura que todos os que expressaram vontade de participar na tomada de decisões a nível local podem ter um papel. Embora a eleição, ou outro processo de seleção, possa conferir certos poderes, tais como a capacidade de votar para o conselho, pode reconhecer-se um papel específico aos candidatos que não foram eleitos, mas que querem contribuir.
- **Dar espaço ao envolvimento de não-membros.** Esta opção assegura uma grande adesão ao conselho sem limitações.

**Exemplos:  
Compreensão  
e implementação  
da democracia  
representativa  
nos conselhos de  
crianças e jovens**

Até agora, os participantes do conselho de jovens de Schiltigheim (França) têm sido eleitos por votação. As crianças interessadas inscrevem-se, fazem campanha com cartazes na escola e publicam um discurso de campanha online. Todas as crianças podem votar, mas os candidatos devem ter 9 ou 10 anos de idade para concorrer. Os que não são eleitos tornam-se embaixadores de cidadania e associam-se a mecanismos informais de participação. No entanto, percebeu-se que alguns jovens eram motivados pela fama e eleitos devido à sua popularidade, mas depois mostravam pouca presença e dedicação. Em resultado, planos futuros incluem colocar um formulário no website da Maison des Jeunes Citoyens (Centro de Jovens Cidadãos) para instruir os candidatos a apresentarem as suas motivações para se candidatarem. Os facilitadores do conselho de jovens podiam, então, ler o formulário e dizer às crianças se podiam juntar-se ou não ao conselho. Além disso, haveria oportunidade de se juntar ao conselho pela duração de apenas um projeto.

Todos os jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos e residentes em Ratisbona (Alemanha) podem candidatar-se às eleições do conselho, enviando uma candidatura para o gabinete municipal da juventude. Obtêm os seus próprios cartazes e folhetos do gabinete da juventude e fazem campanha como candidatos. Antes da eleição, todos os candidatos participam num seminário introdutório onde aprendem sobre o papel do conselho. Todos os jovens podem votar, e a votação ocorre nas escolas e centros juvenis. As seleções incluem um total de 25 vereadores e 5 deputados. Os adultos envolvidos no processo consideram que um sistema formal de votação acarreta desafios e requer uma logística significativa e outro tipo de organização.

Todas as escolas de Akureyri (Islândia) têm um representante no conselho. Todas as crianças entre os 12 e os 18 anos que vivam em Akureyri podem participar. As crianças interessadas entregam uma candidatura anónima, justificando a razão de quererem participar, quais os seus objetivos e quem são como pessoa. Então, o conselho de jovens vota. É dada

a devida consideração à necessidade de manter um equilíbrio entre géneros e alcançar todos os grupos de minorias. A última ronda de candidaturas foi bastante popular devido à divulgação nas redes sociais, em especial no Instagram, e ao apoio de patrocinadores. No entanto, as crianças desejam mudar o processo para um onde os candidatos tenham de fazer campanha, e todos os jovens possam votar.

Os membros dos conselhos de crianças e jovens são eleitos por um processo que espelha o processo de eleição dos membros do parlamento de Dobong-gu (República da Coreia). As crianças candidatas são convidadas a apresentarem as suas próprias soluções para abordar problemas da sua sociedade e as crianças votam naquelas que, a seu ver, apresentam soluções viáveis e que representam a comunidade local. Os membros do conselho de crianças e jovens que conseguiram votos, expressaram a sua confiança enquanto representantes da sociedade solicitando opiniões honestas sobre o que é necessário.

Os membros do conselho de crianças de Postojna (Eslovénia) são selecionados nas assembleias escolares. O processo de seleção varia entre escolas. Dentro das assembleias escolares, as crianças votam nos seus representantes para o Conselho Municipal da Criança. A cidade tem três escolas, e podem ser eleitos cinco membros de cada escola. O presidente é escolhido anualmente noutra escola através do sistema rotativo, e dois vice-presidentes são das outras duas escolas. Considerou-se a possibilidade de eleger o presidente e dois vice-presidentes por meio de eleições e campanha, mas na prática, os membros do Conselho Municipal da Criança são escolhidos com base num acordo feito dentro da escola — os mentores da escola avaliam o que é mais adequado para eles.

Em Avilés (Espanha), o conselho é aberto a todas as crianças com menos de 18 anos. Os membros são representantes das suas respetivas escolas e trazem ideias dos seus colegas de turma para as atividades do conselho.

Em Fuenlabrada (Espanha), todas as crianças se podem candidatar e toda a gente (incluindo adultos) pode votar. O voto é simbólico, pois todas as crianças que se apresentam como conselheiros tornam-se membros do conselho. Não lhes é mostrada a percentagem de votos que receberam. Para a administração local, esta percentagem permite um diagnóstico de como o grupo vai ser, partindo do pressuposto de que quantos mais votos, mais envolvida estará a família. Quando termina o período das eleições, as famílias e as crianças são convidadas a explicar o trabalho do conselho. As famílias são parte ativa, pois estão envolvidas na constituição do conselho e estão familiarizadas com o seu funcionamento. É dada grande ênfase ao facto de não se tratar de uma competição, mas sim de sensibilizar para a responsabilidade de se ser representante.

Quando as eleições para o conselho de jovens estão prestes a começar, todos os jovens de Estugarda (Alemanha), entre os 14 e os 18 anos, recebem um folheto informativo e um formulário para se inscreverem como candidatos. Os conselhos a nível distrital também promovem ativamente o seu trabalho. Um candidato explica:

*Ouvi falar sobre o conselho de jovens na escola. O nosso antigo líder do conselho de jovens fez-nos uma visita, passou pelas turmas e perguntou quem tinha 13 ou 14 anos, pois é preciso ter essa idade para participar. E, na altura, eu ainda só tinha 12 anos e foi pena porque estava mesmo interessada. Quando tinha cerca de 15 anos, o termo do mandato dos antigos conselhos de jovens tinha terminado. E, então, os antigos conselhos de jovens vieram à nossa escola e voltaram a apresentar o conselho de jovens. Nessa altura, aproveitei a oportunidade e candidatei-me.*

O irmão dela recebera folhetos sobre o conselho, o que chamou a sua atenção. O conselho também tem um website e uma conta no Instagram que incluem toda a informação necessária.

## Qual a duração do mandato?

Existem várias dimensões a considerar ao determinar o mandato dos membros do conselho, nomeadamente:

- A necessidade de assegurar a renovação frequente do conselho.
- A importância de permitir que as crianças desenvolvam as suas capacidades ao longo do tempo.
- O facto de que, à medida que crescem, os interesses e dedicação das crianças podem evoluir, seja por preferirem outras formas ou tópicos de envolvimento ou, pelo contrário, quererem investir ainda mais no seu papel como membros à medida que se sentem mais à-vontade.
- Oferecer a possibilidade de as crianças serem membros em intervalos regulares para que as crianças tenham oportunidades frequentes para se envolverem, e para que ser membro do conselho não seja uma decisão do tipo “agora ou nunca”.
- O facto de que mesmo que o conselho de crianças e jovens espelhe a assembleia municipal, os mandatos não têm de ter a mesma duração. As crianças não experienciam a passagem do tempo da mesma forma que os adultos. Quatro ou cinco anos para um adulto não seria muito, mas para uma criança, quatro anos pode ser muito tempo.
- A forma como as crianças são seleccionadas pode impactar a duração do mandato. Por exemplo, se as crianças forem seleccionadas de outros conselhos (ex.: conselho escolar ou distrital), obtêm o seu mandato da sua participação nesses órgãos e a sua posição de membro provavelmente poderia ter de terminar juntamente com esse outro mandato.

À luz destas considerações, podem contemplar-se várias opções:

- Considerar um mandato de um a dois anos poderia responder às necessidades mencionadas.
- O conselho pode ser renovado inteiramente de uma só vez, ou por turnos. Por exemplo, o mandato é de dois anos para cada criança, mas todos os anos metade do conselho é renovado.
- Os antigos membros do conselho podem conseguir um papel oficial de conselheiros dos novos membros.

**Exemplos:**  
**A importância de  
motivar as crianças**

As crianças destacaram um vasto leque de fatores que as incentivam a envolverem-se. Algumas foram inspiradas a candidatar-se através do seu trabalho no conselho escolar. Uma delas, envolvida no trabalho do conselho escolar em Jyväskylä (Finlândia) desde o 1.º ano de escolaridade, explica:

*Quis representar [os jovens]. Pensei, ei, sou bastante inteligente, talvez possa fazer algo de bom. Achei que o conselho de jovens era mesmo importante, em comparação com o conselho escolar onde somente se organiza um par de festas. Foi divertido, por isso fiquei.*

Outra jovem de Jyväskylä confessa que, de início, considerou ser membro do conselho mais como um passatempo e uma oportunidade de estar com os amigos. Na verdade, o envolvimento cívico não foi o fator motivador. Muitos dos jovens têm estado envolvidos há vários anos. Para eles, o facto de o trabalho e as pessoas serem divertidos foi um fator importante para permanecerem envolvidos. Quando se perguntou o que os jovens mais gostavam sobre participar, as respostas incluíram: pessoas, reuniões, funcionamento da cidade, sentido de comunidade, amigos, descontração, importância e estatuto, aprender novas competências, aprender sobre democracia, influenciar tomadas de decisão, discussões, perspetivas diferentes, participar em eventos e organizá-los, trabalhar em conjunto.

Nas palavras de um jovem de Lappeenranta (Finlândia):

*“Nem todos os jovens têm uma opinião sobre tudo... mas as crianças e jovens em termos mais gerais interessam-se e envolvem-se quando o assunto é importante para eles.”*

Outro comentou:

*Eu tinha o preconceito de que toda a gente ia ficar sentada quieta, e o presidente falava com uma voz deprimente e toda a gente estaria sentada em volta de uma mesa redonda com um documento à frente. Pensei que ia ser muito sério, e que as pessoas iam começar a usar gíria política, por isso, foi uma surpresa quando na primeira reunião as pessoas estavam a conversar, e foi divertido!*

Os adultos confirmaram que muitas crianças disseram que queriam juntar-se ao conselho porque pensavam que ia ser divertido. Outras tinham claramente um desejo de “causar impacto”.

Fazer novos amigos e desenvolver competências também era importante. Alguns jovens consideraram ser importante encontrarem um grupo do qual sentem fazer parte. Alguns membros podem ter, por exemplo, problemas de saúde mental que os impediu de encontrar companhia semelhante noutra lugar. As compensações monetárias que os membros do conselho jovem recebem das reuniões são também um fator motivador para alguns.

## Como irá o conselho organizar o seu trabalho?

**Os conselhos de crianças e jovens têm várias formas de funcionar.** É importante decidir, em conjunto com os membros do conselho, a forma preferida de trabalhar. Isso vai depender do âmbito do mandato do conselho, assim como da disponibilidade das próprias crianças, pois participar em tais mecanismos pode representar um compromisso significativo para as crianças, que terão de gerir várias prioridades na sua vida. As questões a considerar incluem:

- **Estruturas formais de trabalho:** O conselho vai funcionar apenas em sessões plenárias ou terá grupos de trabalho ou comités para temas específicos? A existência de grupos de trabalho temáticos permite aos membros do conselho especializarem-se em áreas de interesse específicas, reforçar a sua motivação, capacidade de formar uma opinião informada numa área técnica e, portanto, o seu papel de influenciar esse tema em particular. No entanto, exige também garantir que existem mecanismos para que os membros pertencentes a vários comités comuniquem através de sessões plenárias regulares e outras ferramentas de comunicação.
- **Funções formais:** Alguns membros do conselho terão funções específicas, por exemplo, presidente, vice-presidente(s), secretário, tesoureiro? Nesse caso, será importante que o conselho defina o seu papel, como é selecionado e por quanto tempo. Trata-se de um elemento que os jovens podem decidir por si próprios, com o devido mérito.
- **Periodicidade das reuniões:** Com que regularidade vai o conselho reunir? Ter reuniões frequentes garante o envolvimento regular das crianças nos assuntos do município. Contribui também para a formação de equipas e para o desenvolvimento de vínculos interpessoais e competências necessárias para levar adiante os projetos. No entanto, é importante assegurar que as reuniões tenham um objetivo e função claros (tais como dar seguimento a iniciativas, rever as políticas propostas, organizar um evento, preparar uma declaração) e que não são organizadas apenas para cumprir uma formalidade. As reuniões podem ser organizadas com uma periodicidade regular, para que os membros possam planejar os seus horários atempadamente e não haver necessidade de planeá-los ativamente (ex.: a primeira quinta-feira de cada mês, à terça-feira de duas em duas semanas). É importante estar ciente de que, além de reuniões formais, os membros podem reunir-se informalmente para trabalharem em projetos, por exemplo, e podem ter pouco tempo disponível.
- **Local das reuniões:** Onde e como irá o conselho reunir-se? As reuniões do conselho e dos comités podem ser realizadas presencialmente ou online. Embora as reuniões presenciais permitam normalmente discussões de qualidade mais elevada e também que as crianças aproveitem uma parte importante do seu envolvimento — socialização e diversão —, as reuniões online podem também oferecer a possibilidade de uma participação mais abrangente. No entanto, deve prestar-se atenção à disponibilidade de equipamento adequado e ligações de internet para as crianças participarem. Idealmente, as reuniões presenciais devem ter lugar num espaço apropriado para crianças, onde possam conversar facilmente e conduzir as atividades relevantes, envolvendo movimento, artes e ofícios como parte do seu trabalho. As salas de reuniões da Câmara Municipal, por exemplo, podem não oferecer um ambiente adequado a crianças para que estas reflitam coletivamente, mas essas salas podem ser usadas em ocasiões mais oficiais para as crianças apresentarem, e registarem, as suas opiniões aos adultos num ambiente formal.

**Exemplos:  
Várias formas pelas  
quais os conselhos  
de crianças e jovens  
organizam o seu  
trabalho**

Em Jyväskylä (Finlândia), as reuniões oficiais do conselho de jovens acontecem de três em três semanas. Além disso, o conselho reúne com diferentes grupos de trabalho, e alguns representantes participam das reuniões da Câmara Municipal e das divisões municipais. O conselho de jovens possui uma equipa de liderança que tem também as suas próprias reuniões, onde é decidida a agenda das reuniões seguintes (todos são convidados a contribuir, e essas reuniões são geralmente abertas a todos). Por vezes, as reuniões ocorrem mais regularmente, por exemplo, quando se prepara um projeto. Em geral, todas as reuniões do conselho de jovens são abertas a toda a gente. Todos os outonos, o conselho revê as suas regras e código de conduta e, por vezes, faz alterações.

O conselho municipal de crianças e jovens em Avilés (Espanha) tem um mandato que regula o que é, quem faz parte do conselho e qual a sua missão. O conselho das crianças reúne em grupos de participação ou sessões plenárias menores. Nas sessões plenárias, o conselho reúne com políticos locais (Presidente da Câmara ou Vereadores que representam o concelho e eleitos em cada legislatura). Os grupos de participação gerem o trabalho diário e são apoiados por uma organização da sociedade civil dedicada a aumentar a participação das crianças, Los Glayus. O trabalho em grupos é considerado mais operacional, pois permite às crianças reunirem em grupos mais pequenos com base na sua idade, dia de preferência e respetivo horário. Estes grupos são também menos formais, pois operam sem regulamentos oficiais. Embora Avilés possua ambos os mecanismos (conselho formal e grupos de participação), alguns municípios da região das Astúrias trabalham apenas com grupos de participação.

As crianças que participam no Conselho Nacional para a Infância e Adolescência da Catalunha (CNIAC) (Espanha) pertencem a conselhos de participação local. Dentro do CNIAC, o trabalho é dividido entre diferentes grupos: comissões de trabalho permanentes e grupos de trabalho temporários para diferentes projetos. O grupo é dirigido pela sua própria Direção, incluindo um Presidente, dois Vice-Presidentes e um Secretário. As crianças reúnem em assembleias de quatro em quatro meses. Os comités têm a sua própria função e, regra geral, reúnem uma vez por mês.

## Consultas com pares

Representar os pontos de vista dos pares envolve conhecer essas opiniões. Como foi mencionado na secção 5, os conselhos de crianças e jovens são muitas vezes considerados a interface entre o governo local e as crianças e jovens. Parte deste papel implica que os membros do conselho consultem os seus pares, registem as suas opiniões e defendam os seus interesses.

### Vários caminhos podem ser considerados para o conselho de crianças e jovens aceder às opiniões de outras crianças:

- **Abrir as atividades do conselho a não-membros.** Isto irá criar oportunidades para que sejam ouvidas opiniões adicionais, incluindo as opiniões de grupos que podem não estar representados no conselho e que têm necessidades e interesses específicos em relação a certos assuntos.
- **Incentivar os membros do conselho a consultar representantes de organizações juvenis.**
- **Incentivar os membros do conselho a estabelecer contacto com outros conselhos.** Isto inclui conselhos escolares e conselhos noutras cidades, ou a outros níveis de governo (ver Secção 5.4)
- **Convidar membros do conselho a considerarem formas de ouvirem as opiniões dos seus pares,** tais como:
  - Assembleias municipais para as quais todas as crianças são convidadas.
  - Debates, sessões de partilha de informação e grupos de discussão com visitas a crianças em ambientes relevantes, tais como escolas, clubes desportivos, ambientes fechados com o devido respeito pela salvaguarda necessária, centros sociais, áreas ou freguesias específicas, entre outros.
  - Inquéritos através de entrevistas presenciais, online ou em papel.
  - Discussões informais com os pares, tendo em mente que as opiniões partilhadas podem ser anedóticas e não necessariamente (estatisticamente) representativas.
  - Um endereço de e-mail ou conta nas redes sociais através dos quais as crianças podem partilhar as suas opiniões.

### Exemplos: Formas diferentes pelas quais os membros do conselho consultam os seus pares

Em Kufstein (Áustria), todas as crianças e jovens podem participar em todas as reuniões e atividades do conselho sempre que queiram. Apenas o orçamento pode ser votado pelos membros eleitos, mas, de outro modo, toda a gente pode dar a sua opinião.

Os representantes do conselho escolar do Colégio Ariane em Guyancourt (França) partilham questionários nas suas respetivas turmas sobre os temas que os seus pares gostariam de partilhar. Por vezes, os estudantes também contactam os delegados diretamente.

**Exemplo:**  
**Permitir que as**  
**crianças criem os seus**  
**próprios métodos**  
**de trabalho**

Num dos conselhos de jovens, a maioria dos jovens recebeu alguma informação sobre o conselho antes de ingressar, por exemplo, através de formação no conselho escolar ou no website do município. No entanto, alguns revelaram surpresa com a formalidade do conselho quando comparado com os conselhos escolares em que tinham estado anteriormente envolvidos. Eis uma explicação:

*Lembro-me de ir à primeira reunião do conselho de jovens na Câmara Municipal, e todos os membros do conselho estavam de fato e gravata, e eu apareci com um casaco de capuz [...] o conselho de jovens funciona em estreita colaboração com a Câmara Municipal, por isso, esse tipo de formalidade e seriedade repercutiu-se para o conselho de jovens. Eu acho que é uma coisa boa, mas foi um choque cultural.*

Um dos desafios que os conselhos de jovens enfrentam é serem absorvidos pela burocracia do governo local e, como tal, tornam-se invisíveis e menos atrativos para as outras crianças.

Muitas vezes, os municípios exigem que as crianças se adaptem aos seus métodos de trabalho, em vez de criarem ambientes mais favoráveis que se adaptem às necessidades dos jovens. Surgiram exemplos em que pode haver uma lista de 500 páginas de problemas a rever no prazo de uma semana. As reuniões podem durar horas — um jovem disse que uma vez teve uma reunião que terminou às 3h00 da manhã. Os métodos de trabalho destes órgãos deviam ser adaptados às necessidades dos jovens para serem realmente significativos.

Apesar destes desafios, os jovens estão realmente comprometidos com o seu papel como representantes do conselho — na verdade, por vezes são tão dedicados que os representantes adultos dos mesmos pelouros começam a achar trabalhoso responder a dúvidas e questões, e pode não haver tempo suficiente para abordar todas durante as reuniões. Em Jyväskylä (Finlândia), o atual conselho de jovens discutiu como envolver, de forma mais abrangente, o conselho de jovens neste trabalho, pois muitas vezes os jovens sentem-se um pouco sós no seu papel de representantes.

## 5.2 Outras estruturas de participação institucional

Embora os conselhos de crianças e jovens sejam as formas institucionalizadas de participação mais comuns, as consultas formais ocorrem por outros meios. Isto acontece, particularmente, quando os governos locais não têm conselhos de crianças e de jovens estabelecidos, ou quando o governo local deseja alcançar as crianças além destas estruturas. Recomenda-se sempre que o conselho local de crianças e jovens se envolva na definição e no apoio adicional às crianças.

Outras formas de participação institucionalizada podem desempenhar um papel importante na oferta de oportunidades para as crianças e jovens participarem nos processos de tomada de decisão ao nível local. Estes podem incluir, por exemplo:

- **Processos de orçamento participativo.** As crianças têm a oportunidade de influenciar o orçamento local para as crianças. Podem encontrar oportunidades de participação através das escolas, conselhos escolares e conselho de crianças e jovens, ou estar abertos a todos diretamente.
- **Grupos consultivos especiais para grupos-alvo mais pequenos de crianças.** Estes podem incluir, por exemplo, grupos consultivos para crianças em acolhimento

institucional, crianças migrantes e requerentes de asilo, ou crianças com deficiência. Os grupos consultivos específicos podem desempenhar um papel essencial no que diz respeito a oferecer às crianças a oportunidade de valorizar temas que afetam apenas uma minoria de crianças — por exemplo, influenciar a tomada de decisões respeitantes às crianças em acolhimento institucional.

→ **Prestação de serviços.** Os governos locais podem estabelecer grupos consultivos especiais de revisão constituídos por crianças que utilizam um serviço em particular. As crianças podem também desempenhar um papel nos comités de análise da prestação de serviços ou participar na adjudicação de serviços.

A lista acima não é exaustiva, e cada governo local pode possuir várias formas institucionalizadas de participação em paralelo. No entanto, o governo local deve procurar assegurar que estas formas de participação dialogam umas com as outras e com outros grupos da comunidade. Os vários grupos de participação devem estar conscientes uns dos outros, e os mecanismos municipais de participação, tais como o conselho de crianças e jovens, devem ter em mente oportunidades para interagirem com outros grupos ou conselhos participantes, ou outras formas de grupos de participação no município (ver a secção abaixo sobre interligações).

Tal como acontece com os conselhos de crianças e jovens, é essencial garantir que estas outras formas de participação sejam inclusivas e envolvam crianças e famílias de grupos vulneráveis (ver Secção 7). As recomendações deste estudo para garantir a inclusão, o significado e a eficácia dos mecanismos de participação podem também ser aplicadas a estas formas de participação.

### **Exemplo: Participação de crianças no orçamento**

O Orçamento Participativo Jovem (OP Jovem) de Cascais (Portugal) envolve estudantes, entre os 10 e os 18 anos de idade, na tomada de decisões políticas e dá-lhes voz sobre como os agentes públicos devem gastar os recursos públicos. Além disso, trata-se de um projeto pedagógico que visa formar os estudantes sobre os seus direitos e promover a participação cívica da geração mais jovem em todas as decisões que a afeta. O projeto-piloto teve início no ano letivo de 2016–2017, através da constituição de uma equipa multidisciplinar na Câmara Municipal com representantes de diferentes pelouros (Educação, Comunicação, Juventude) e a seleção de quatro escolas de freguesias diferentes. Uma turma em cada escola atua como embaixadora da participação, sendo responsável por implementar e facilitar o OP Jovem.

De setembro a dezembro, os alunos e professores participam em formações sobre democracia colaborativa. Em janeiro, realizam-se sessões em cada escola para decidir como deve ser usado o orçamento. Os embaixadores moderam mesas-redondas onde os alunos discutem ideias, votam as três melhores propostas a serem implementadas na sua escola e acordam uma proposta para toda a comunidade. Subsequentemente, os embaixadores verificam a viabilidade das ideias e organizam uma reunião que inclui os professores, a equipa do projeto e o diretor da escola para tomar uma decisão final sobre que propostas serão listadas nos boletins de voto. Todos os alunos votam nas melhores ideias a implementar na escola e na comunidade. Desde 2016, o projeto cresceu e inclui 15 escolas do município. O orçamento alocado a cada escola aumentou de 2 500 euros para 10 000 euros por escola. As ideias para a comunidade em geral atingem um valor máximo de 350 000 euros.

**Exemplo:  
Envolver crianças  
e jovens na análise  
da prestação  
de serviços**

A estrutura democrática do município londrino de Redbridge (Reino Unido) inclui um Painel Externo de Escrutínio, que desempenha um papel no escrutínio da adequação e eficácia das estratégias e políticas de parceiros externos, incluindo, mas não limitado à Polícia, ao Serviço de Liberdade Condicional, à Autoridade de Emergência e Proteção Civil e aos fornecedores de transporte, assim como na revisão do seu desempenho. Como vários destes serviços causam um impacto direto na vida das crianças e jovens, nos últimos três anos, o painel convocou uma reunião anual com as crianças e jovens locais. O objetivo destas reuniões foi oferecer às crianças e jovens uma oportunidade para levantarem as questões que os preocupavam em vários órgãos de serviço público.

Antes da reunião, a Equipa de Envolvimento Jovem do governo local apoia as crianças e os jovens participantes na realização da sua própria pesquisa sobre os temas que lhes interessam. Subsequentemente, organizam-se reuniões de pesquisa presididas pelas crianças e jovens com profissionais relevantes do governo local. As recomendações dos jovens são incluídas num Plano da Juventude oficial, que é autorizado pelo Vereador responsável pelos serviços para as crianças.

**Exemplo:  
Participação  
de crianças  
em acolhimento  
institucional**

A instituição de educação de crianças e jovens da Cidade de Colónia (Alemanha) (abreviada para KidS) estabeleceu um procedimento de queixas para crianças e jovens em acolhimento institucional. Para garantir a participação a longo prazo das crianças e jovens, o objetivo era informá-los, de uma forma sustentável e adequada à sua idade, sobre o processo de queixa e como se podiam envolver. O objetivo é garantir que as crianças e jovens conhecem os seus direitos e como se podem defender quando veem os seus direitos violados dentro do sistema de acolhimento. Desde novembro de 2018, o Parlamento KidS reuniu pelo menos duas vezes por ano. Nas reuniões, as crianças e jovens têm a oportunidade de submeterem as suas queixas e participarem nos processos de tomada de decisão. O Parlamento KidS é composto, atualmente, por 24 crianças e jovens, que atuam como porta-vozes dos seus respetivos grupos etários e apresentam as preocupações e queixas das crianças e jovens. Um especialista em participação infantil apoia as atividades do Parlamento. O especialista atua como contacto para todas as preocupações fundamentais relacionadas com os direitos das crianças, participação e queixas, e é responsável pelo funcionamento do Parlamento KidS.

**Exemplos:  
Entrar em contacto  
para reunir as opiniões  
das crianças**

A cidade de Ratisbona (Alemanha) lançou um inquérito em larga escala quando o plano de trabalho para jovens da cidade foi desenvolvido, no qual mais de 1200 crianças entre os 14 e os 18 anos deram um feedback bastante detalhado sobre as suas vidas na cidade. Recentemente, lançaram outro inquérito sobre o impacto da COVID-19.

Uma atividade recente iniciada pela Divisão de Educação da cidade de Lappeenranta (Finlândia) propunha recolher mapas mentais de alunos do pré-escolar sobre a forma como estes percebem o seu ambiente de vida e o município. Nesta Primavera, as crianças criaram mapas mentais (através de desenhos e tendo os educadores acrescentado alguns contributos por escrito) sobre aquilo que as crianças consideram importante no seu ambiente de vida e o que gostariam de melhorar. O objetivo é comunicá-los à Divisão de Desenvolvimento/Planeamento Urbano da cidade para demonstrar as questões que as crianças valorizam no seu ambiente familiar e informar um projeto de desenvolvimento do centro da cidade. Percebeu-se, também, que as crianças bastante novas podem dar um contributo significativo para o trabalho do município.

## 5.3 A inter-relação entre conselhos de crianças e jovens e outros conselhos

### Entre conselhos de crianças e jovens e conselhos escolares

Os conselhos de crianças e jovens e os conselhos escolares que operam na mesma área são capazes de abordar assuntos que dizem respeito à vida quotidiana das crianças a partir de perspetivas diferentes e com autoridades diferentes. Por vezes, estão interligados com membros do conselho de crianças e jovens recrutados a partir dos conselhos escolares. No entanto, isso nem sempre é o caso, e é importante assegurar que existe uma relação estreita entre os dois. Existem várias formas através das quais os conselhos de crianças e jovens e os conselhos escolares podem comunicar:

- **Seleção e/ou posição dos membros no conselho de crianças e jovens.** Os membros do conselho de crianças e jovens podem ser selecionados entre os membros do conselho escolar. As escolas podem ter uma posição formal dentro do conselho de crianças e jovens através dos seus representantes.
- **Recolher as opiniões das crianças numa área geográfica.** Os conselhos de crianças e jovens podem colaborar com os conselhos escolares e com as escolas, em geral, para recolherem as opiniões das crianças sobre as suas preocupações, propostas e prioridades, de modo a identificarem os temas que elas querem abordar com os responsáveis locais.
- **Sensibilizar para o trabalho do conselho de crianças e jovens.** Os conselhos escolares podem ajudar a comunicar com os alunos sobre o trabalho do conselho de crianças e jovens, incluindo eleições, partilhando informação e apoiando o acesso dos membros do conselho de crianças e jovens às escolas para apresentarem o seu trabalho.
- **Iniciativas conjuntas.** O conselho de crianças e jovens e os conselhos escolares podem colaborar na implementação de projetos específicos.
- **Financiamento de projetos.** Se for alocado um orçamento para financiar projetos de crianças do conselho de crianças e jovens no município, os conselhos escolares podem ajudar a divulgar os convites à apresentação de projetos, apoiar os alunos no processo de candidatura e participar na seleção de propostas.

## Conselhos escolares

Os conselhos escolares funcionam num contexto mais circunscrito do que os conselhos de crianças e jovens. O seu mandato diz respeito ao ambiente imediato e diário das crianças, e as crianças participantes são normalmente alunos que as crianças da escola conhecem e com quem podem interagir mais facilmente no dia a dia.

Os conselhos escolares são uma característica típica das escolas básicas (2.º ciclo) e secundárias e encontram-se menos frequentemente no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico. Podem existir dois ou mais conselhos numa escola que reúnem representantes de um ou vários anos de escolaridade para garantir a relevância da discussão e preservar as dinâmicas onde todas as crianças, independentemente da idade, podem participar plenamente. Podem existir várias abordagens à seleção dos membros do conselho escolar. O modelo mais comum é os membros serem eleitos pelos seus pares, mas existem alternativas para a eleição. Por exemplo, alguns representantes revezam-se numa representação rotativa, na qual os alunos participam à vez no conselho escolar. O que importa é que os próprios alunos se envolvam na decisão do processo de seleção e descubram o que é mais justo. Normalmente, o tempo dos mandatos tem por base o ano letivo.

Tal como os conselhos estabelecidos a nível local, é importante definir adequadamente as expectativas em relação ao papel e ao contributo dos conselhos escolares. O seu papel pode ser múltiplo:

- Disponibilizar um espaço onde as experiências, preocupações e pontos de vista dos alunos possam ser verbalizados e ouvidos.
- Refletir coletivamente sobre as formas para melhorar o contexto escolar, incluindo as infraestruturas da escola e o ambiente escolar — entre alunos, incluindo problemas de bullying, e entre alunos e professores e outros auxiliares de ação educativa, e conseguir decisões mais inclusivas.
- Melhorar a comunicação entre os alunos e a equipa educativa e de gestão da escola.
- Planear e implementar iniciativas e beneficiar do apoio e orientação dos adultos ao fazê-lo.
- Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento de competências, em particular, no que diz respeito ao trabalho em equipa, liderança, elaboração de políticas, planeamento e implementação de projetos, e gestão orçamental, entre outros.
- Promover o envolvimento político dos alunos em assuntos mais abrangentes, como o ambiente

Estudos revelaram que os conselhos escolares:

- Dão aos alunos um sentido de ação, aumentam a sua motivação na escola, fomentam a sua confiança, resultando em melhores relações entre os alunos e com os professores.
- Não vão resultar numa maior participação se os conselhos forem considerados apenas como uma ferramenta para informar os alunos ou permanecerem limitados à participação simbólica, dentro da hierarquia tradicional da escola.
- Devem estar no centro de várias práticas participativas dentro da escola, em vez de limitados a projetos e ações específicos.
- Podem envolver um grupo restrito de alunos na expectativa de que representem os seus pares.
- Podem levar à seleção de alunos que vão apoiar as posições da escola, com o conselho a não ser considerado por outros alunos como forma significativa de participação.
- Podem não levar necessariamente a uma reforma inovadora e sustentável.
- Exigem respeito e confiança mútuos para uma participação democrática eficaz.

**Exemplos:  
As várias formas  
de ligação entre  
os conselhos de  
crianças e jovens  
e os conselhos  
escolares**

Os representantes do conselho de jovens em Jyväskylä (Finlândia) são selecionados nas escolas para garantir uma forte ligação com, e entre, os conselhos escolares. O conselho de jovens colabora frequentemente com os conselhos escolares, por exemplo ao organizar formações para membros do conselho escolar. O conselho de jovens distribui também financiamento para os projetos de jovens e, muitas vezes, os conselhos escolares são ativos na candidatura.

Em Kufstein (Áustria), os jovens vão às escolas uma vez por ano para promoverem o trabalho do conselho de jovens da cidade.

Em Akureyri (Islândia), o conselho de jovens considera a consulta dos seus pares um dever e, muitas vezes, distribui inquéritos e pedidos de opinião de outras crianças e jovens das escolas. Os membros do conselho de jovens explicam:

*Através dos inquéritos, verificamos como a escola está [por exemplo] em termos de literacia técnica dos jovens. Analisamos a política educativa praticamente na sua totalidade e vemos que [por exemplo] Giljaskóli [escola de 1.º ciclo na Islândia] tem de melhorar. Quando vemos algo que nos interessa, aprofundamos a questão.*

O conselho de jovens dirige eventos onde as crianças são convidadas a vir de estabelecimentos de ensino, tal como o congresso de crianças, por exemplo, onde discutem assuntos e são tomadas decisões sobre quais os temas que querem promover para integrar do plano de ação local da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças e os temas que querem que a Câmara Municipal discuta e trate. O conselho de jovens quer trabalhar mais com os conselhos escolares.

Quando a Cidade de Oulu (Finlândia) distribuiu 10 000 euros pelas propostas de crianças como parte do seu processo de orçamento participativo, os conselhos escolares ajudaram a selecionar e a reduzir o número de propostas das escolas a serem apresentadas para potencial financiamento e enviaram-nas para grupos de participação a nível distrital que têm um representante dos conselhos escolares. As propostas incluíam pausas para lanches nos dias letivos mais longos e uma plataforma de mergulho num lago próximo.

## **Entre um conselho municipal de crianças e jovens e outros conselhos a nível municipal e nacional**

A colaboração entre conselhos de crianças e jovens semelhantes em vigor noutros municípios e a nível nacional apresenta várias vantagens, incluindo:

- Adquirir conhecimento sobre as diferentes formas de estruturação e funcionamento dos conselhos, permitindo obter inspiração para rever e melhorar o funcionamento do conselho de crianças e jovens.
- Facilitar a partilha de ideias para projetos e políticas a serem propostos e implementados localmente.
- Desenvolver projetos de colaboração com outros conselhos de crianças e jovens.
- Planear e implementar estratégias conjuntas de sensibilização para influenciar políticas ao nível regional ou nacional.
- Beneficiar de oportunidades conjuntas de capacitação, como formações e workshops.
- Reunir com outros pares com um papel e dedicação semelhantes, e partilhar informações a nível interpessoal sobre motivações, abordagens e desafios.

Embora a ideia de colaborar com outros conselhos possa ter origem numa proposta feita pelos membros jovens, frequentemente estes necessitam de apoio para identificarem outros conselhos com quem podem contactar para esforços de colaboração.

**Para fomentar a colaboração entre conselhos, devem considerar-se as seguintes ações:**

- Identificar e, quando relevante, abordar outros conselhos de crianças e jovens na mesma área geográfica e/ou do país.
- Identificar os conselhos de crianças e jovens ou mecanismos de participação semelhantes a nível nacional e explorar oportunidades de colaboração.
- Apoiar encontros de vários conselhos de crianças e jovens na mesma região ou área geográfica.
- Incentivar a geminação de conselhos de crianças e jovens em dois municípios que partilhem características comuns (ex.: densidade populacional, topografia, situação socioeconómica).
- Promover a criação ou reforço de uma entidade encarregada de coordenar os intercâmbios entre conselhos de crianças e jovens e apoiar as suas capacidades, como uma rede ou associação.
- Promover a criação ou reforço de um conselho nacional, que tenha ligações com conselhos de crianças e jovens a nível local, através do recrutamento de membros, consultas, capacidade dos membros do conselho local participarem em atividades e expressarem as suas opiniões e projetos conjuntos.

© UNICEF/UNI330916/Filippov



**Exemplos:**  
**Ligações entre  
conselhos locais  
de crianças e jovens  
e outros conselhos  
de crianças e jovens**

O conselho de jovens de Schiltigheim (França) é membro da Associação Nacional dos Conselhos de Crianças e Jovens. A associação seleciona duas crianças e jovens para participarem no Conselho Superior para a Família, Infância e Idade, um conselho consultivo do Primeiro-Ministro, cuja função é promover o debate público e aconselhar o governo sobre questões transversais relacionadas com estes temas, com uma abordagem intergeracional.

O conselho de jovens de Posnânia (Polónia) não tem orçamento, mas descobriu que ter um orçamento lhe permitiria executar as suas próprias iniciativas, sem ter de se candidatar a um subsídio. Portanto, tomou medidas a nível nacional para promover legislação que assegure que os conselhos de jovens do país tenham o seu próprio orçamento:

*Levantámos a questão da falta de orçamento por parte dos conselhos de jovens a nível nacional ao preparar a revisão da Lei dos Conselhos de Jovens. Isto foi tido em consideração e, na lei já revista, cada conselho de jovens deve ter um orçamento garantido por lei.*

O conselho de crianças e jovens em Avilés (Espanha) colabora ativamente com outros conselhos municipais de crianças da região e participa em reuniões e encontros com conselhos de crianças ao nível regional, estatal e internacional para partilharem ideias e colaborar. Uma das características da participação de crianças na região das Astúrias (onde fica Avilés) é a capacidade que têm de estabelecer redes ou relações. Os conselhos locais trabalham em rede, e os membros do conselho sempre estiveram envolvidos em processos fora da sua cidade ou comunidade. Quando se organizam encontros nacionais, os conselheiros reúnem-se com membros dos conselhos de outras comunidades. Avilés propôs também a colaboração internacional e organizou o primeiro Encontro Europeu de Conselhos de Crianças e Jovens, juntamente com a UNICEF, em 2018.

O conselho de participação local de Fuenlabrada (Espanha) faz parte da *Red de Infancia y Adolescencia* (Rede de Infância e Adolescência), que reúne 21 municípios da Comunidade de Madrid e duas em Castilla la Mancha e realiza reuniões anuais. Desde a pandemia, foi criada a Comissão Intermunicipal de Participação, na qual crianças e jovens de 23 municípios participam duas vezes por mês, em formato virtual.



© UNICEF/UN0364333/Gil

## 6. Participação efetiva da criança: poder de decisão e influência

*Sentimos que somos levados a sério, e que fazemos a diferença porque: podemos influenciar decisões ou tomar nós próprios as decisões. Os adultos dão-nos o espaço para fazê-lo. Produzimos resultados, e conseguimos ver os frutos do nosso trabalho. Muitas das nossas propostas e decisões foram convertidas em ações. Os adultos apoiam o foco nos resultados.*

*(Membros do Conselho para os Direitos das Crianças, Herningvej Skole, Aalborg, Dinamarca)*

## 6.1 Mandato e poder de decisão (oportunidades de influenciar decisões)

O nível de influência de um conselho de crianças e jovens depende de uma série de fatores. Como mecanismo formal, é essencial considerar se, e como, essa influência pode ser institucionalizada no processo de tomada de decisão a nível local. Isso garantirá que a participação das crianças em matérias que as afetam a nível local está inscrita nas práticas e processos regulares a longo prazo e não depende dos responsáveis em determinado momento. Vários elementos devem ser considerados para aumentar a influência do conselho de crianças e jovens na tomada de decisão local:

- **O nível de poder de decisão** que o conselho de crianças e jovens possui.
- **Os canais** através dos quais pode influenciar a tomada de decisões.
- **Os tópicos/áreas** que é capaz de influenciar.

### Exemplo: Desafios para a compreensão da participação representativa

Numa cidade, o coordenador da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças aponta que muitos interessados são frequentemente solicitados a trazer as opiniões dos jovens ao organizar um evento ou campanha. No entanto, continua a existir uma compreensão limitada do que significa a participação, o que implica que, muitas vezes, há demasiado foco nestes grupos representativos em vez de participação diária. Os principais desafios continuam a ser as atitudes dos adultos e o apoio dos dirigentes, incluindo a participação na vida quotidiana; estabelecer um plano de ação claro com papéis e responsabilidades; aumentar a sensibilização da equipa, dos decisores e das próprias crianças; traçar um plano de comunicação sólido para acompanhar o trabalho; a participação de todas as crianças, em vez de se focar nas estruturas representativas e “uma criança comum” e, finalmente, garantir que os recursos necessários para apoiar a participação estão intimamente ligados ao processo geral de orçamentação da cidade. Os recursos e a coordenação continuam ser desafiantes, embora haja um compromisso claro e escrito de participação.

### Nível de poder de decisão do conselho de crianças e jovens

Um conselho de crianças e jovens pode ter vários níveis de influência, dependendo do peso que as suas opiniões têm na tomada de decisões. Para além dos aspetos informais, a forma como é estruturada a participação de crianças na tomada de decisões irá determinar a influência que o conselho de crianças e jovens terá no processo. Como foi mencionado a Secção 3.3, podem existir vários níveis de participação, e estes irão determinar o nível de envolvimento das crianças na tomada de decisões. No que diz respeito aos conselhos de crianças e jovens, a experiência mostra que esses níveis de participação de crianças podem traduzir-se nas seguintes implicações concretas:

#### *Participação liderada por crianças*

- Quem toma decisões atribui a responsabilidade da tomada de decisões ao conselho de crianças e jovens para tomá-las em áreas específicas da administração local e da elaboração de políticas, por exemplo, políticas locais para a infância. Fica responsável pela elaboração do plano.
- Os decisores alocam um orçamento ao conselho de crianças e jovens para que possa realizar as suas próprias iniciativas ou financiar projetos liderados por crianças e jovens, por exemplo, através de pedidos de apresentação de propostas. As crianças e jovens decidem como querem usar os recursos, e os adultos fornecem somente supervisão e apoio geral.

- As crianças e jovens gerem as suas próprias reuniões com os adultos a agir como observadores e fonte de recursos, mas evitando intervir nas discussões, a não ser que seja necessário. As crianças e os jovens decidem a agenda através de processos que controlam, e presidem à reunião.
- Habilitado por adultos, o conselho de crianças e jovens, através dos seus membros, faz declarações e solicita informações à Câmara Municipal, ao Presidente da Câmara e a outros agentes locais, que têm a obrigação de lhes responder.

**Exemplos:  
A participação  
liderada por  
crianças na prática**

Em Avilés (Espanha), o município foi responsável por desenvolver os planos locais para a infância em 2014 e 2018. Os entrevistados viram isto como a mudança mais importante, pois as crianças estão a desenvolver um documento que sustenta todas as outras ações na cidade. O plano é acessível e escrito numa linguagem adaptada às crianças.

Na Escola Pública de Palomeras Bajas (Madrid, Espanha), as crianças realizam assembleias de turma semanais, todas as segundas-feiras de manhã. Discutem assuntos de interesse da escola e possíveis problemas que tiveram para poderem resolvê-los. Discutem também a cantina, os menus, o recreio e o jardim. As crianças discutem possíveis conflitos, e o processo de participação das crianças contribui para a resolução de conflitos. Na assembleia, são detetadas possíveis situações de bullying, pois os professores observam como as crianças interagem umas com as outras. Antes da pandemia, realizava-se uma “reunião de delegados” todas as sextas-feiras, com dois representantes de cada turma, para discutir assuntos que pudessem interessar às crianças na escola em geral. Há um professor presente, mas são os alunos que gerem a reunião. Os alunos comunicam os resultados destas reuniões às segundas-feiras em cada turma. Todas as semanas, dois alunos de cada turma moderam e tiram notas da assembleia de turma e apresentam os resultados da discussão na reunião de delegados de sexta-feira. As crianças possuem também uma caixa de correio onde podem deixar mensagens relatando problemas, ou felicitações. Os alunos abrem a caixa todas as segundas-feiras. Embora a assembleia e o conselho sejam autogeridos, os professores de referência participam. As atas feitas pelas crianças são partilhadas com todos os professores. As crianças estão envolvidas na implementação das decisões tomadas.

**Participação colaborativa**

- O conselho de crianças e jovens tem uma função que reflete a da assembleia municipal. É, portanto, visto como um organismo com um estatuto similar quando se trata de questões de interesse das crianças e as decisões são tomadas de forma colaborativa.
- As crianças e jovens representam o conselho de crianças e jovens na assembleia municipal através da sua participação direta. Portanto, o conselho de crianças e jovens contribui para as discussões como os membros adultos. Um ponto da agenda das discussões pode ser dedicado a tópicos trazidos pelas crianças e jovens, ou a agenda terá uma categoria de “qualquer outro ponto” e os membros do conselho de crianças e jovens poderão trazer assuntos para a agenda da assembleia municipal. No entanto, esta não concede, normalmente, o direito ao voto nas decisões.
- Os membros do conselho de crianças e jovens têm assento nos conselhos dos divisões municipais em pé de igualdade com os adultos e podem contribuir para as discussões e decisões relacionadas com a administração da cidade ou localidade através destes conselhos. São, portanto, incluídos na tomada de decisão local numa base contínua.

**Exemplo:**  
**A participação**  
**colaborativa na prática**

Em Jyväskylä (Finlândia), o papel e responsabilidades do conselho de jovens são descritos em termos formais de referência. O conselho de jovens está formalmente subordinado à Câmara Municipal. Dessa forma, está muito enraizado na tomada de decisões formal da cidade. O conselho de jovens tem representação em quatro pelouros diferentes, no conselho para a deficiência e na assembleia municipal. O conselho de jovens possui também o papel importante de dar feedback à cidade sempre que se tomem decisões com as quais os jovens não concordam. O conselho de jovens contribui igualmente para os processos de tomada de decisão através de declarações formais. As declarações formais, e o seu registo no sistema de informação do governo local, é a forma mais eficiente de garantir que os jovens recebem feedback. Por exemplo, em 2021, o conselho trabalhou num comentário sobre o novo plano de transportes públicos da cidade. Os membros do conselho de jovens escrevem, ainda, artigos de opinião, organizam assembleias e outros eventos, e conduzem formações para conselhos escolares.

**Participação consultiva**

- A legislação ou outro documento formal, como termos de referência, pode exigir que a autoridade local consulte o conselho de crianças e jovens para conhecer as suas opiniões antes de tomar certas decisões.
- Ao identificar uma necessidade de consultar as crianças e jovens, o Presidente da Câmara ou outros agentes eleitos podem convocar o conselho de crianças e jovens.
- O conselho de crianças e jovens pode ser consultado informalmente sobre várias decisões políticas. No entanto, existe o risco de os adultos decidirem quais os assuntos que precisam de consulta e podem não consultar as crianças e jovens sobre os assuntos que lhes são mais importantes. Portanto, é importante garantir a existência de canais para as crianças e jovens tomarem a iniciativa de verem as suas vozes ouvidas.

**Exemplo:**  
**A participação**  
**consultiva na prática**

Em Guimarães (Portugal), o conselho desempenha um papel fundamental nas consultas sobre decisões da cidade ou da comunidade, em geral. Todos os pareceres emitidos pelo conselho de jovens devem ser enviados à Câmara Municipal para informar os agentes eleitos. Por exemplo, em relação ao orçamento municipal, o conselho de jovens constitui uma comissão encarregada de desenvolver um parecer formal em nome do conselho municipal da juventude sobre o orçamento proposto, que enviam para a Câmara Municipal. O conselho desempenha também um papel fundamental no desenvolvimento do Plano Municipal para a Juventude.

No geral, é importante incentivar os representantes e agentes municipais a serem proativos na comunicação e no trabalho colaborativo com o conselho de crianças e jovens. Muitas vezes, a iniciativa tem de partir das próprias crianças e jovens. Os adultos do município teriam também um papel na facilitação da tomada de decisão do município, tornando-a mais acessível às crianças e jovens. Por exemplo, muitas vezes, existe pouca informação partilhada com as crianças e jovens em formatos adequados para crianças.

**Exemplo:  
Reconhecer que  
a criação de espaços  
de participação é um  
processo gradual  
em Madrid**

Em Madrid (Espanha), os adultos que trabalham com crianças explicam que a sensibilização para o conselho de crianças e jovens é feita em três fases. Primeiro, uma fase de sensibilização e formação de parcerias através de escolas, organizações sociais e espaços não formais, como associações de lazer e desportivas. O objetivo é criar espaços para a participação onde as crianças passem o seu tempo. O acesso às crianças nestes diferentes espaços varia, pois dependem muito do apoio dos adultos à missão — portanto, as parcerias institucionais são cruciais. Numa segunda fase, os chamados pontos de participação são abertos aos interessados, por exemplo, na escola. Na terceira fase, algumas destas crianças e jovens interessados são então eleitos para o conselho de crianças e jovens, que se divide em duas faixas etárias, dos 6 aos 12 e dos 13 aos 17 anos. Cada freguesia possui uma série de ferramentas e procedimentos para eleger representantes, sempre dentro dos limites dos regulamentos. Oferecem algumas recomendações sobre o que poderia melhorar a interação com as crianças para lhes dar espaço e tempo significativos para desenvolverem as suas ideias:

- Não oferecer ideias, oferecer folhas de papel em branco, espaços seguros e variados para o desenvolvimento, e ferramentas. Ouvir ativamente:  
*Vimos de uma cultura muito centrada no adulto e, muitas vezes, de forma gentil, tentamos [líderar o caminho], e o que devíamos fazer era oferecer [o espaço] com ferramentas e facilitação.*
- Ter consciência das preocupações dos adultos de se certificarem de que os objetivos são alcançados:  
*Muitas vezes, isto significa que [os adultos] impõem ideias e propostas às crianças [...] pois preocupam-se com expectativas externas. Estas preocupações não têm nada que ver com as crianças. Deve ter-se isto em consideração, pois nos processos participativos é importante adaptar-se aos prazos, agendas e formas de trabalho das crianças.*
- Os adultos devem estar lá para apoiar as crianças a gerarem as suas próprias ferramentas; o processo deve ser delas. A tomada de decisão e o trabalho de comunicação e coesão do grupo são essenciais, assim como o sentido de bem comum:  
*Afastem-se de um modelo baseado na ideia de "Ofereço-te [esta oportunidade] como adulto e, se quiseres, podes tê-la." Em vez disso, incentivem mais autonomia na tomada de decisões.*

## **Nível de interação entre o conselho de crianças e jovens e os decisores**

Além do nível de envolvimento das crianças e jovens proporcionado pelo conselho, é importante considerar como eles partilham as suas opiniões com os decisores. Ou seja: As crianças e jovens vão ter acesso direto aos agentes eleitos? Qual será a regularidade dessas interações? Podem as crianças e jovens pedir tempo para falarem além das reuniões planeadas? Estas questões são essenciais.

*Ao participar, estamos a dar voz a várias crianças e a dar um ponto de vista que um adulto não tem. Olhar para as coisas como a forma de pensar de um adulto não o faria... A forma de pensar de uma criança e a forma de pensar de um adulto são diferentes; temos opiniões e necessidades diferentes.*

*(Membro do conselho de jovens de Fuenlabrada, Espanha)*

*Quando começou a COVID, participei numa reunião com o conselho educativo e discuti como deviam ser os regulamentos na escola em relação ao controlo de infeções. Por isso, talvez a nossa influência não venha diretamente do conselho de jovens, mas sim da nossa influência como membros de outros conselhos e comités.*

*(Membro do conselho de jovens, Akureyri, Islândia)*

### **Acesso direto a agentes eleitos**

Interagir diretamente com os decisores é essencial para que as crianças e jovens sejam capazes de apresentar as suas opiniões e propostas. Garante que:

- As crianças e jovens são capazes de comunicar as suas opiniões pelas suas próprias palavras e a partir das suas perspetivas.
- As crianças e jovens sentem que os decisores os ouvem e têm consideração por eles e pelas suas opiniões.
- As crianças e jovens podem ter uma discussão profunda com os decisores sobre as suas propostas, compreender os pontos fortes e as limitações da proposta e receber feedback dos decisores.

Os decisores eleitos compreendem o valor da participação direta das crianças na tomada de decisões. Existem várias formas pelas quais os membros do conselho de crianças e jovens podem comunicar diretamente com os decisores:

- Convidar os decisores a participarem em algumas das reuniões do conselho de crianças e jovens.
- Garantir que os membros do conselho de crianças e jovens podem participar nas reuniões da Câmara Municipal, assistindo e podendo fazer declarações formais.
- Dedicar um ponto da agenda das reuniões da Câmara Municipal a ouvir as opiniões e propostas do conselho de crianças e jovens.
- Habilitar os membros do conselho de crianças e jovens a participarem nas reuniões temáticas da Câmara Municipal.
- Habilitar os membros do conselho de crianças e jovens a participarem nos conselhos das diferentes divisões municipais.
- Assegurar que os membros do conselho de crianças e jovens têm informações de contacto dos agentes municipais e podem contactá-los, de forma livre e direta

**Exemplos:  
Comunicação  
direta com  
agentes locais**

A interação com os decisores pode ter várias formas. Por exemplo, em Lappeenranta (Finlândia), as crianças e jovens têm o acesso seguinte:

- Uma assembleia anual com a liderança do governo local, planeada agora para se expandir a cada seis meses, e com a participação dos vereadores do governo local.
- O conselho de jovens tem apoiantes entre os representantes de vários partidos da Câmara Municipal, que assistem às reuniões do conselho de jovens e partilham atualizações, o que é altamente apreciado pelos jovens.
- Os membros do conselho de jovens têm a oportunidade de ter um apoiante pessoal na Câmara Municipal, se assim o desejarem.
- A interação com os representantes da Câmara Municipal pode ser também informal, por exemplo, os jovens mencionam um torneio desportivo futuro.
- Os vereadores de diferentes pelouros podem apresentar projetos e políticas futuros nas reuniões do conselho de jovens. Estas acontecem com regularidade quando há decisões importantes a acontecer na cidade.

Em Fuenlabrada (Espanha), a comunicação com os decisores é muito direta, e acontece principalmente através de reuniões presenciais. Como disse um jovem membro do conselho: *Sempre que possível, tentamos falar diretamente com o Vereador para a Infância ou com o Presidente da Câmara, e comunicamos as propostas diretamente. Às vezes não conseguimos, ou eles estão demasiado ocupados, mas normalmente conseguimos fazê-lo desta forma. Eles facilitam-no e são bastante acessíveis. Não temos propriamente um padrão para propostas, mas reunimos todos os anos a 20 de novembro, no Dia da Criança, e o Presidente da Câmara está presente.*

Os membros do conselho de crianças e jovens encontram-se também regularmente com outros agentes eleitos. O Conselheiro para as Crianças em particular é um recurso próximo para o conselho de jovens dentro do governo local. Como salientado por um membro do conselho de jovens de Posnânia (Polónia):

*Apresentamos as nossas opiniões sob a forma de resolução, petição e enviamo-la para a Câmara Municipal de Posnânia. Quando necessário, tomamos a palavra durante uma reunião da Câmara Municipal. Tratamos de muitas questões nas reuniões com representantes da Câmara Municipal, assim como com o Presidente da Câmara e agentes municipais.*

Outro membro acrescentou:

*Os vereadores sabem da nossa presença e das nossas atividades. Estamos frequentemente envolvidos nas atividades do município de Posnânia. Vamos às sessões da Câmara Municipal onde falamos com regularidade.*

No entanto, os membros do conselho de jovens de Posnânia apreciariam uma relação mais colaborativa com a cidade. Eles comentam:

*São os jovens que tomam a iniciativa de observar o que está a acontecer durante as reuniões da Câmara Municipal. Esperaríamos que fosse a Câmara Municipal a perguntar-nos qual a nossa opinião sobre diferentes assuntos. Seria importante aumentar a integração entre as duas entidades e fazer mais coisas juntos.*

## ***A Câmara Municipal aceita sempre os nossos projetos. Sabemos que teremos sempre um agente eleito connosco para nos apoiar.***

*(Membro do conselho de crianças e jovens, Schiltigheim, França)*

### ***Através de facilitadores adultos***

Os conselhos de crianças e jovens beneficiam, normalmente, do apoio de facilitadores adultos. Estes facilitadores acompanham o trabalho das crianças e jovens e ajudam a organizar as suas reuniões. Além disso, os facilitadores assistem na preparação dos seus contributos e comunicam as suas opiniões e propostas. Portanto, estes facilitadores podem desempenhar um papel importante na transmissão e explicação das opiniões das crianças e jovens. Podem ser cruciais no aumento da influência do conselho de crianças e jovens na tomada de decisões. No entanto, o seu envolvimento deve ter lugar no apoio às vozes das crianças e jovens e não deve tornar-se um substituto da capacidade destes de expressarem diretamente as suas opiniões e envolverem-se nos processos. À medida que os mecanismos e práticas de participação de crianças e jovens a nível local se fortalecem, as crianças e jovens ganham experiência e confiança. À medida que os adultos se tornam mais competentes na interação com as crianças e jovens, logicamente, o papel dos facilitadores adultos deve diminuir. Portanto, o seu papel deve evoluir ao longo do tempo, em vez de ter uma função ou funções fixas.

### **Em relação à intermediação com os decisores, as ações que podem ser tomadas pelos adultos facilitadores incluem:**

- Estabelecer canais de comunicação entre membros do conselho de crianças e jovens e os decisores.
- Comunicar e apoiar as opiniões das crianças e jovens junto dos decisores e elaborar a fundamentação de tais opiniões.
- Lembrar aos decisores a importância de ouvir as opiniões das crianças e jovens sobre várias matérias.
- Ir a reuniões entre crianças e jovens e decisores, facilitar a comunicação, dar explicações quando necessário, e usar a sua experiência para tirar lições para interações futuras.
- Ajudar as crianças e jovens a selecionarem propostas e recomendações que podem ser aprovadas realisticamente sem censurar as suas ideias.
- Apoiar o conselho de crianças e jovens no desenvolvimento de declarações e argumentos a comunicar aos decisores.

**Exemplos:**  
**Facilitação e papel dos adultos no aumento da influência do conselho de crianças e jovens**

Em Schiltigheim (França), os conselhos reúnem com representantes eleitos no mínimo de dois em dois meses, de acordo com o pedido das crianças e jovens. Os conselhos reúnem com o Presidente da Câmara pelo menos quatro vezes por ano, dependendo do pedido das crianças e jovens. Fora destas reuniões, de acordo com as crianças e jovens, a apresentação das suas propostas depende, em grande medida, do facilitador adulto, que os ajuda a contactar os agentes relevantes e comunica as sugestões das crianças e jovens à Câmara Municipal. O facilitador desempenha uma função importante, pois as crianças e jovens não podem votar nem fazer declarações durante a votação na Câmara Municipal. No entanto, os adultos consideram que, como profissionais, agem como interface entre os agentes eleitos e o conselho de crianças e jovens para a organização geral dos processos. Porém, assim que a comunicação é estabelecida, as crianças e jovens encontram-se diretamente com os agentes locais para apresentarem os seus projetos e discutirem as suas recomendações.

Em Fuenlabrada (Espanha), a facilitação dos adultos tem sido fundamental para assegurar que as propostas das crianças e jovens apresentadas aos decisores são realistas e podem ter uma melhor hipótese de serem aceites. Em anos recentes, as propostas de projetos das crianças têm-se direcionado para a diferenciação entre o que pode e não pode ser feito. Um facilitador adulto explica:

*O que fazemos é projetar a forma mais fácil de cumprir as propostas do plano das crianças. As propostas são orientadas de forma a serem incluídas no plano das crianças para garantir o sucesso e minimizar a frustração. Se tiverem ações espontâneas e viáveis, são apresentadas, sabendo à partida que serão aprovadas.*

Os membros do conselho de Dobong-gu (República da Coreia) reúnem com o Presidente da Câmara uma vez por ano. Eles apresentam as suas próprias resoluções através de reuniões online e offline. Um facilitador adulto ajuda as crianças a entregarem sugestões de políticas aos agentes locais eleitos uma vez por ano, mas as crianças não reúnem com os agentes. Os decisores locais reveem, então, as suas sugestões e, se possível, refletem-nas nas políticas da cidade.

**Exemplo:**  
**Usar as competências adquiridas dos jovens**

O Fórum Asturiano (Espanha) foi criado em 2019 pela motivação dos jovens em continuar a participar e a contribuir para a participação das crianças nos seus municípios apesar de terem atingido os 18 anos de idade. A sua função é aconselhar o Observatório Asturiano da Infância e o Instituto Asturiano de Serviços Sociais para a Infância em relação aos processos de participação de crianças, utilizando a experiência e conhecimentos dos jovens com 18 ou mais anos. Outro objetivo claro é divulgar projetos de jovens e projetos de interesse para os jovens. “Continuar a contribuir para a melhoria da nossa comunidade é o fator comum do trabalho que temos feito ao longo da nossa vida.” O grupo colabora também com a Universidade de Oviedo como educadores dos direitos das crianças. Atualmente, não está formalmente constituído, mas os decisores estão a avaliar se deve ser formalizado e reconhecido pelo Principado das Astúrias.

Embora os jovens que participam no Fórum Asturiano já não sejam crianças, era importante criar grupos autónomos e informais para os jovens continuarem a envolver-se após serem demasiado velhos para serem membros de outros conselhos locais. De acordo com os adultos, devemos:

*“Reconhecer, formal e politicamente, estes grupos não-formais da mesma forma que se faz com os mecanismos. Trata-se de um nível de participação orgânico e prático que pode ser bastante inspirador e poderoso. Se não conseguirmos articular as esferas da participação escolar, familiar, comunitária e municipal, será muito difícil gerar uma cultura de participação de crianças, adolescentes ou jovens. Diz-se que os jovens não participam, mas não consideramos se existem espaços para eles participarem, ou se estão a participar de outras formas que não vemos.”*

## Periodicidade de reuniões e interações entre o conselho de crianças e jovens e agentes locais

A periodicidade das reuniões e interações com a administração local e agentes eleitos é um indicador e um fator do estatuto e capacidade de influenciar decisões do conselho de crianças e jovens. As interações regulares entre o conselho e os agentes adultos irá tender a indicar que os decisores consideram as crianças e jovens atores essenciais no processo de tomada de decisões. Por outro lado, quando as reuniões são raras — ex.: uma vez por ano, no Dia Universal dos Direitos da Criança — é mais provável que os agentes locais considerem um evento de comunicação. O risco é, então, que a participação das crianças se torne simbólica, já que tanto os agentes locais, como as crianças e jovens podem não possuir as competências e colaboração de longo prazo necessárias para interagir de forma significativa. Portanto, é essencial que os agentes locais encarem as reuniões e interações como parte de um processo contínuo, em vez de eventos únicos. Além disso, em relação à regularidade, a multiplicidade de interações é uma dimensão essencial que contribui para proporcionar oportunidades às crianças e jovens de se envolverem nos processos de tomada de decisão em várias etapas com as autoridades locais.

### **Para o efeito, existem vários elementos a considerar e combinar:**

- Estabelecer na legislação, ou nos termos de referência do conselho de crianças e jovens, um número mínimo de reuniões entre esse conselho e a Câmara Municipal. Três ou quatro vezes por ano garantiria alguma continuidade entre reuniões com a possibilidade de ter reuniões adicionais.
- Estabelecer compromissos formais que possibilitem aos membros do conselho de crianças e jovens o direito de comparecer e participar nas reuniões da Câmara Municipal.
- Estabelecer compromissos formais que habilitem aos membros do conselho de crianças e jovens o direito de comparecer e participar nas reuniões dos diferentes pelouros municipais.
- Introduzir mecanismos que permitam aos membros do conselho de crianças e jovens contactar agentes locais — incluindo agentes administrativos e agentes eleitos — de forma fácil e direta.
- Facilitar interações informais, organizando reuniões entre membros do conselho de crianças e jovens e os agentes locais relevantes, sobre temas, itens ou projetos específicos.

**Exemplos:  
Interações regulares  
entre o conselho de  
crianças e jovens  
e os agentes locais**

O conselho de jovens de Akureyri (Islândia) organiza uma reunião anual com a Câmara Municipal. Além disso, há uma reunião anual com a Câmara Municipal para discutir o orçamento geral do município. Os jovens também se reúnem regularmente com os decisores da cidade — incluindo o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal — uma a três vezes por ano, para discutir as suas propostas e ideias, e os membros do conselho têm representação nos diferentes pelouros e comités do governo local (educação e lazer, e dois outros pelouros).

O conselho de jovens de Aalborg (Dinamarca) tem reuniões anuais com o Presidente da Câmara e os Vereadores de vários pelouros do município. As crianças lideram e orientam as reuniões. O conselho de jovens é bastante apoiado e respeitado. Os adultos consideram-no parte importante da democracia política local e do desenvolvimento e visões de sustentabilidade.

A relação de trabalho com os decisores locais é próxima e fluida em Posnânia (Polónia). Um membro do conselho de jovens observa:

*Os representantes do município e a Câmara Municipal estão sempre presentes nas nossas sessões. Se necessário, organizamos reuniões adicionais. Recentemente, tivemos uma reunião com o Vice-Presidente da Câmara e o Vereador da Saúde. Temos os contactos telefónicos dos membros da Câmara Municipal, e podemos marcar uma reunião com eles sobre qualquer assunto que seja importante para nós.*

O Conselho Municipal de Juventude de Guimarães (Portugal) comunica as suas propostas à liderança da cidade principalmente por e-mail — o conselho tem o seu próprio endereço de e-mail. Encontram-se pelo menos quatro vezes por ano como é exigido por lei. No entanto, têm-se reunido com muito mais regularidade em resultado de um objetivo deliberado de estreitar a periodicidade das reuniões.

## 6.2 Áreas de influência

As áreas em que as crianças e jovens podem ter impacto na tomada de decisões são um elemento importante para determinar o nível de influência do conselho de crianças e jovens a nível local. Uma questão-chave é se o conselho de crianças e jovens pode ter uma palavra a dizer em todas as áreas da administração local — selecionando livremente os assuntos nos quais se quer envolver — ou se o seu envolvimento é limitado a questões tradicionalmente vistas como relevantes apenas para as crianças e, muitas vezes, encaradas como politicamente menores. Uma abordagem útil consiste em envolver o conselho das crianças e jovens em todas as dimensões da formulação de políticas locais, pois praticamente todas as decisões tomadas terão efeito nas crianças. As opiniões e contributos das crianças e jovens terão mais valor quando se considerar o impacto concreto de uma determinada decisão no seu ambiente e vida quotidiana. As crianças e jovens também poderão apresentar ideias e soluções inovadoras para a resolução de certos assuntos.

*Diria também que [um aspeto positivo foi que] podíamos trabalhar nos nichos, que nos podíamos focar nas pequenas coisas. Em tópicos que de outra forma talvez se perdessem na grande agenda da Câmara Municipal.*

*(Membro do conselho de jovens de Ratisbona, Alemanha)*

Idealmente, o conselho de crianças e jovens deve estar em posição de influenciar decisões em qualquer área ou setor político. No entanto, dependendo da experiência do governo local em participação das crianças, o contributo do conselho pode ser, progressivamente, expandido para novas áreas, à medida que cresce o reconhecimento do valor dos seus contributos, se reforçam os mecanismos para a participação das crianças na administração local e aumentam as competências dos membros crianças e jovens.

Especificamente, o envolvimento e a capacidade real de o conselho de crianças e jovens influenciar as decisões promove as seguintes áreas:

## Áreas setoriais

Os setores com particular relevância para as crianças são aqueles onde a participação do conselho de crianças e jovens pode ser mais imediata e, muitas vezes, são esses que as cidades favorecem e nos quais desejam o envolvimento das crianças. Todavia, devido às necessidades das cidades em todos os setores, e em qualquer setor a determinada altura, as opiniões das crianças são fundamentais para a criação e prestação efetiva de serviços, mas devem ser priorizadas. Incluem, mas não estão limitadas a:

- **Atividades recreativas**, incluindo cultura e desporto. O conselho de crianças e jovens pode estar envolvido na organização de eventos culturais, na conceção e atividades de equipamentos culturais, como bibliotecas e centros culturais, no planeamento de eventos desportivos, no desenvolvimento de equipamentos desportivos e na oferta de atividades, e na construção de áreas de lazer. Isto irá ajudar a garantir que as instalações e atividades propostas são relevantes para as crianças e jovens e adaptadas aos seus desejos e necessidades, conferindo ao investimento da cidade uma melhor relação custo-benefício.
- **Assuntos sobre mobilidade e transportes públicos**. As crianças e jovens precisam de se movimentar pela cidade para irem à escola ou a outras atividades, e necessitam de apoios relevantes para a sua mobilidade, uma dimensão importante da sua vida quotidiana. O conselho de crianças e jovens pode dar conselhos e ideias úteis em relação a percursos seguros para a escola, percursos seguros para o lazer, ciclovias, gestão de trânsito e gestão de transportes públicos adaptados às suas necessidades.
- **Educação**. As competências relativas à educação são muitas vezes partilhadas entre o Estado e outros níveis de governo. Os conselhos escolares são estabelecidos para envolver os estudantes na gestão da escola. Os conselhos de crianças e jovens estabelecidos a nível local podem também promover e aconselhar sobre vários aspetos relacionados com a educação, tais como: dimensões relevantes da política educativa, promoção da educação sexual nas escolas e configuração dos espaços escolares.
- **Planeamento urbano**. Trata-se de uma área-chave na formação do município, mas uma onde os conselhos de crianças e jovens permanecem pouco envolvidos, de acordo com a informação disponível. Garantir que crianças e jovens possam partilhar, frequentemente, as suas opiniões, exigirá o desenvolvimento de competências pelos agentes que trabalham no setor, pois podem estar menos familiarizados com os mecanismos de participação das crianças.
- **Saúde**. Os conselhos de crianças e jovens podem aconselhar sobre a prestação de serviços de saúde, nomeadamente sobre como torná-los mais acessíveis e adaptados a crianças e jovens, e relevantes para as suas necessidades.

**Exemplo:  
Crianças que  
defendem a  
abordagem ao  
tema dos jovens  
em situação  
de sem-abrigo**

Nos Estados Unidos da América, no Condado de Prince George, em Maryland, há pelo menos 1 656 jovens em situação de sem-abrigo e 42 000 jovens que podem estar em risco. Para abordar este assunto em conjunto com os jovens, o condado estabeleceu, em 2019, um Conselho de Ação da Juventude. Trata-se de um órgão de tomada de decisão e ativismo, composto inteiramente por jovens locais e jovens adultos que viveram em situação de sem-abrigo ou de instabilidade habitacional. Dois dos jovens foram contratados para atuarem como Vice-Presidentes do Conselho de Ação da Juventude, que lideram o grupo. O Conselho de Ação da Juventude reúne duas vezes por mês em reuniões oficiais do conselho. Encontros adicionais incluem formação de desenvolvimento profissional, atividades de consolidação de equipas, eventos de serviços comunitários e ativismo legislativo. Todos os jovens que foram a reuniões durante pelo menos um mês e completaram a candidatura de adesão são membros votantes.

O Conselho de Ação da Juventude foi coautor do Plano de Comunidade Coordenada do Condado para abordar a situação dos jovens em situação de sem-abrigo e avaliou e aprovou todos os projetos financiados em resposta a esse plano. Em colaboração com os Cuidados Continuados e o Comité da Direção dos Jovens em situação de Sem-Abrigo do Condado de Prince George, o Conselho de Ação da Juventude continua a supervisionar a implementação, monitorização e melhoria contínua da qualidade de todos os projetos do Condado para lidar com a situação dos jovens em situação de sem-abrigo. O Conselho de Ação da Juventude tem também a tarefa de fornecer informações diretas sobre todas as questões relacionadas com os jovens em situação de sem-abrigo às estruturas governamentais do condado. Além disso, o Conselho de Ação da Juventude defende políticas, legislação e alterações orçamentais locais para melhorar os serviços de apoio e recursos disponíveis para os jovens que viveram em situação de sem-abrigo.

Além do Condado, o Conselho de Ação da Juventude teve um impacto significativo a nível estatal. Na sequência dos seus esforços ativistas, o Estado de Maryland aprovou leis que apoiam o direito de uma criança a consentir em receber abrigo e isentam os custos de propinas em instituições públicas de Ensino Superior para jovens que ficaram sem casa ou que estiveram em instituições de acolhimento.

## Áreas políticas abrangentes

Normalmente, estas áreas estabelecem ou refletem as prioridades do governo local e são transversais, na medida em que envolvem vários setores da administração local e exigem coordenação entre pelouros. Os governos locais devem envolver o conselho de crianças e jovens na conceção e implementação dessas políticas para assegurarem a integração das opiniões e preocupações das crianças e jovens.

- **Orçamento.** O orçamento municipal espelha as prioridades da cidade e é um fator determinante para garantir intervenções para crianças e jovens. Fazer com que o conselho de crianças e jovens participe na elaboração do orçamento significa conferir-lhe um estatuto mais elevado e garantir que os interesses das crianças e jovens são devidamente representados nas discussões orçamentais.
- **Políticas de juventude.** Muitas cidades desenvolvem políticas de juventude, e é importante envolver de perto o conselho de crianças e jovens na elaboração do plano, idealmente em igualdade de condições com os membros adultos da Câmara Municipal.
- **Prestação de serviços públicos,** incluindo serviços sociais e de saúde. O conselho de crianças e jovens pode ser consultado sobre a localização dos novos serviços, a sua acessibilidade para as famílias, crianças e jovens que possam precisar de aceder a cuidados de saúde sozinhos, a sua qualidade e a sua adequação a crianças em geral.

- **Políticas antidiscriminatórias.** As crianças e jovens podem ser particularmente sensíveis a várias formas de discriminação e estar cientes das barreiras diárias que alguns grupos enfrentam no gozo dos seus direitos e no acesso a serviços e atividades que o município oferece. As opiniões do conselho de crianças e jovens nesta área são particularmente úteis.
- **Questões ambientais.** Estas questões são muitas vezes de particular interesse para as crianças e jovens e atravessam todos os setores do governo local. Podem ser abrangentes e permitem o envolvimento do conselho de crianças e jovens em inúmeras decisões.
- **Decisões relacionadas com a pandemia da COVID-19.** Desde o início da crise na saúde, parece que as decisões tomadas para conter a transmissão da COVID-19 afetaram significativamente as crianças e jovens, sem estes terem tido a oportunidade de participar no processo de tomada de decisão. O conselho de crianças e jovens deve, portanto, ser capaz de ver os interesses das crianças e jovens serem tidos em consideração e influenciar as decisões tomadas.
- **Ações relacionadas com a Iniciativa Cidades Amigas das Crianças.** Todas as ações relacionadas com a Iniciativa Cidades Amigas das Crianças devem envolver o conselho de crianças e jovens como princípio organizador da participação do município na Iniciativa.

**Exemplos:  
Decisões que os  
conselhos de crianças  
e jovens influenciaram**

O conselho da juventude de Ratisbona (Alemanha) tem estado ativamente envolvido na organização de eventos e diferentes oportunidades culturais para jovens na cidade — aumentando a oferta de eventos sociais e culturais para os jovens com menos de 18 anos. Além disso, o conselho foi também capaz de influenciar decisões políticas, tais como reduzir o preço dos transportes públicos para as crianças. As crianças e jovens no conselho estiveram envolvidos no desenvolvimento da infraestrutura de transportes da cidade, ciclovias, e no plano de desenvolvimento desportivo. Contribuíram também para o estabelecimento de um gabinete antidiscriminação na cidade. Isto foi significativo numa cidade onde, por exemplo, mais de 50 por cento dos migrantes tem menos de 15 anos.

Em Akureyri (Islândia), os pelouros do governo local enviam, proativamente, para o conselho de jovens questões ou propostas relativas a todas as políticas relacionadas com crianças e jovens. Um membro do conselho afirma:

*Temos falado em questões de planeamento urbano. Construção de novos bairros e parques infantis, portanto, revisão do planeamento local e todo o tipo de coisas relacionadas com transportes, incluindo percursos de autocarros e remoção de neve.*

Algumas decisões concretas para as quais os jovens tiveram oportunidade de contribuir incluem:

- Decisões relacionadas com planeamento urbano (ex.: comentar sobre os novos trajetos do município)
- Atividades culturais e festivais
- Localização dos serviços de saúde
- Incrementar a educação sexual nas escolas
- Políticas educativas
- Planos orçamentais

O conselho de jovens de Posnânia (Polónia) tem contribuído para mudanças significativas na cidade. Uma grande conquista do conselho foi a cocriação da Estratégia da Cidade de Posnânia e da Política da Juventude da Cidade de Posnânia 2025, que define a estratégia da cidade no que diz respeito aos jovens. A um nível micro, o conselho de jovens pressionou, com sucesso, a reversão da decisão de desligar os elevadores nas paragens de autocarros durante o período da pandemia, o que tornava o acesso às paragens difícil para as pessoas

com mobilidade reduzida. Defendeu também, eficazmente, a criação do Fundo do Conselho Escolar, que foi estabelecido.

Uma mudança importante que o conselho de jovens conseguiu promover em Jyväskylä (Finlândia) foi a introdução de um vale (voucher) para trabalho de Verão, com o qual a cidade apoia financeiramente as empresas que empregam jovens durante o Verão.

Em Paracuellos de Jarama (Espanha), o programa de participação de crianças e jovens centra-se em torno de um conselho de participação de crianças dividido em 14 subcomités diferentes, seguindo a estrutura do governo local. Estes membros são eleitos pelos seus pares de cada uma das freguesias do município. Cada um dos subcomités é presidido por um vereador, tem cerca de 12 membros e reúne-se, pelo menos, de três em três meses. As sugestões do comité são partilhadas com a Câmara Municipal por escrito. O conselho de participação das crianças já deixou a sua marca nas decisões municipais, incluindo a participação na introdução de preços reduzidos para as atividades culturais para crianças; seleção de locais no município onde colocar painéis de controlo de velocidade e passadeiras; e diversas atividades culturais, entre outras.

O conselho de jovens de Avilés (Espanha) usou o seu papel democrático para realizar múltiplas mudanças na comunidade local. Organizou atividades com os mais velhos, trabalhou com instituições de educação especial para desenvolver um livro intitulado “Dicionário de Emoções;” e produziu um guia para as escolas promoverem a igualdade e género na educação. Os jovens influenciaram, também, o plano de mobilidade da cidade. Juntamente com organizações de pessoas com mobilidade reduzida, o conselho avaliou a acessibilidade do município. As crianças veem as mudanças a acontecer no seu ambiente de vida: por exemplo, bilhetes gratuitos nos transportes públicos para todas as pessoas com menos de 16 anos.

## 6.3 Responsabilização e ciclo de feedback

A responsabilização é uma das exigências básicas para uma participação significativa de crianças. Exige que se assegure que os decisores na administração local sejam responsabilizados pelo cumprimento das propostas e recomendações emitidas pelo conselho das crianças e jovens e por lhes dar feedback. A melhor opção é estabelecer um sistema de responsabilização, no qual dar feedback e responder às opiniões e solicitações do conselho de crianças e jovens seja integrado nos processos de tomada de decisão que envolvem o conselho de crianças e jovens. No entanto, a comunicação informal também é importante e pode ser considerada complementar aos contributos oficiais.

Dar feedback ajuda as crianças:

- A sentirem-se respeitadas.
- A sentirem que as suas opiniões são reconhecidas e valorizadas, e que a sua participação não é meramente simbólica.
- A compreenderem como as decisões são tomadas, os constrangimentos existentes e as limitações das suas propostas ou opiniões.
- A aprenderem como melhor formular e elaborar propostas para que sejam aprovadas.

No entanto, os membros dos conselhos de crianças e jovens lamentam, frequentemente, o facto de que quando fazem uma proposta, não obtêm resposta sobre como foi considerada, e o motivo por que não foi validada. Um deles explica: “Seria bom recebermos mais feedback para que pudéssemos saber o que corrigir, e assim por diante. Para que pudéssemos compreender que poderíamos ter feito melhor.”

### **As ações que podem ser realizadas para garantir responsabilização e feedback adequados ao conselho de crianças e jovens incluem:**

- Estabelecer uma obrigação formal de fornecer feedback ao conselho de crianças e jovens sobre se, e em caso afirmativo, como as suas opiniões foram consideradas no processo de tomada de decisão. Trata-se da opção de escolha, pois torna o processo obrigatório.
- Criar mecanismos através dos quais os membros do conselho de crianças e jovens possam inquirir sobre o progresso das suas propostas e a influência das suas opiniões, e receber uma resposta.
- Desenvolver canais formais de comunicação entre os decisores e os membros do conselho de crianças e jovens, para que estes últimos possam seguir o processo de tomada de decisão.
- Desenvolver canais informais de comunicação entre os decisores e os membros do conselho de crianças e jovens, para que a partilha de informação seja regular e fluida.

#### **Exemplo: A frustração das crianças quando não são levadas a sério**

Não basta ouvir. Se as opiniões das crianças não forem respeitadas e os resultados simplesmente seguirem sempre a agenda dos adultos, então as crianças não têm voz nos assuntos que as afetam. Os jovens deram um exemplo de um debate recente sobre opções vegetarianas nas refeições escolares. O conselho de jovens e o grupo consultivo sobre o clima para jovens (Finlândia) tem vindo a defender a melhoria da qualidade das refeições vegetarianas na escola. Assim, foi apresentada uma moção nesse sentido à Câmara Municipal. Todavia, foi rejeitada pois significaria um aumento de 43 000 euros no orçamento das refeições escolares. Os jovens consideraram que, num orçamento total de 2 milhões de euros, isto representava um aumento orçamental reduzido e que os seus argumentos, baseados em factos e muito bem elaborados, foram descartados com piadas pelos adultos.

#### **Exemplos: Garantir a responsabilização perante os conselhos de crianças e jovens a nível local**

O feedback e a comunicação devem ser sistemáticos para que os jovens saibam se, e como, as suas opiniões foram tidas em consideração pelos decisores.

Em Lappeenranta (Finlândia), os jovens propuseram as seguintes medidas para fortalecer o sistema:

- O conselho local deve comprometer-se com uma abordagem sistemática ao feedback como elemento-chave da participação enquanto parte dos objetivos da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças da cidade.
- Quando o conselho de jovens faz uma declaração formal, deve receber feedback através dos seus coordenadores adultos sobre se foi discutida em reunião, aceite ou acordada.
- Quando uma decisão é adiada ou é provável que leve algum tempo até que uma resolução seja tomada, os adultos de apoio devem responsabilizar-se por acompanhar o progresso e dar feedback regular ao conselho de jovens.
- Se não concordarem com as propostas dos jovens, os decisores deverão comprometer-se a dar uma explicação não só sobre qual é a decisão, mas como foi tomada e por que motivo.

Em Guyancourt (França), o conselho escolar envolve-se na organização de vários eventos, incluindo as festividades natalícias e o Carnaval, convidando oradores externos a vir à escola, atividades ecológicas e atividades de sensibilização nas aulas. Por exemplo, o conselho realizou eventos sobre deficiências e promoveu dias temáticos, que coordenou com associações de estudantes. O conselho organizou também uma recolha de pão, que era colocado num recipiente medidor, para sensibilizar para o desperdício de alimentos. O pão foi depois usado para alimentar as galinhas. O recipiente medidor tinha gradações que permitiam aos alunos obterem uma ideia do que representava na vida real. O adulto de apoio do conselho escolar indicou:

*A ideia principal é que os alunos possam participar em tudo o mais possível. Assim que desejem levantar uma questão ou realizar um projeto, falam com o Diretor, que pode ou não dar a sua aprovação.*

Em Estugarda (Alemanha), os conselheiros jovens discutem as suas ideias entre si e levam-nas a votação. Para avançar com as ideias selecionadas, podem convocar uma reunião, preparar um pedido por escrito, ou telefonar aos agentes locais da cidade. Dependendo do formato em que entregam as suas ideias, vão receber feedback. Muitas vezes, quando enviam uma proposta por escrito, recebem feedback muito rapidamente. O feedback de propostas escritas do conselho de jovens da cidade deve ser assinado pelo Presidente da Câmara. Os decisores são também convidados para as reuniões para darem o seu feedback.

O feedback de propostas do conselho de jovens de Posnânia (Polónia) depende do formato em que a proposta foi apresentada. As propostas formais requerem uma resposta formal, enquanto que se as crianças e jovens derem feedback informal, podem receber uma resposta por telefone ou e-mail. Muitas vezes, isto é mediado pelo Oficial da Juventude do governo local. O conselho de jovens está sempre envolvido na implementação das atividades que iniciou.

Em Madrid (Espanha), o feedback e seguimento são altamente recomendados, embora não obrigatórios. Ao nível da cidade, existe normalmente uma resposta a algumas das propostas do plenário anterior. A nível distrital, o feedback é por vezes dado dois ou três meses depois da sessão plenária.

O conselho de jovens de Ratisbona (Alemanha) é um mecanismo formal que aconselha o Presidente da Câmara e a Câmara Municipal. Em resultado, faz parte do organograma da cidade, tal como qualquer outro conselho consultivo. O seu papel é garantir que a perspetiva dos cidadãos jovens seja sistematicamente incluída. Tem, portanto, o direito de se candidatar ao comité de bem-estar da juventude para monitorizar que isso acontece. O conselho de jovens tem também o poder de consultar os vários pelouros municipais.

O Parlamento das Crianças — Kinderparlament (KiPa) — de Berna (Suíça) dá às crianças a possibilidade de contribuírem para a democracia direta e fornece um canal para abordarem o governo local diretamente com as suas ideias. O governo municipal deve considerar cada proposta e fornecer uma resposta qualificada no prazo de seis meses, sobre se um desejo, ou ideia, pode ser realizado. O KiPa é central para o “regulamento da participação de crianças e jovens” da cidade, passada pelo parlamento municipal em 2003. O KiPa é aberto a todas as crianças da cidade, entre os 8 e os 13 anos, independentemente do seu estatuto legal. Existe um Parlamento da Juventude semelhante, disponível para crianças mais velhas e jovens adultos. Paralelamente aos Parlamentos das Crianças e Jovens, a cidade oferece a oportunidade aos jovens de aprovarem moções jovens no governo local. As moções são muitas vezes discutidas primeiro no Parlamento Jovem. Após uma primeira consideração e uma ronda de feedback do governo, são reencaminhadas para o parlamento municipal. Ali são discutidas na presença de representantes jovens. Se uma moção for aprovada pelo parlamento municipal, deve ser implementada até ao ano seguinte. Se não, o governo voltará a analisar a sua viabilidade, e deverá dar uma resposta no prazo de seis meses.



© UNICEF/UN0152705/Bell

## 7. Participação de crianças inclusiva: incluir crianças de diferentes origens e experiências de vida

O direito a participar estende-se a todas as crianças. No entanto, um dos desafios consistentes que os conselhos de crianças e jovens enfrentam é garantir que são inclusivos e que acolhem todas as crianças. É relativamente fácil recrutar crianças no ensino regular, que sejam mais confiantes, articuladas e informadas. É muito mais difícil envolver, por exemplo, crianças em acolhimento institucional, crianças requerentes de asilo e refugiadas, crianças com deficiência, crianças em centros educativos, ou crianças que estão fora da escola.

*Existem fragilidades no processo de seleção de participantes do conselho de jovens. O processo varia de forma significativa entre escolas e depende bastante dos professores responsáveis das escolas, que tendem a escolher o tipo de representantes que querem. Por exemplo, não há representantes de uma escola local especializada para crianças com deficiências e necessidades especiais, embora fosse importante incluir as suas vozes. As escolas profissionais também não estão bem representadas.*

Há três desafios a superar:

- Como identificar e estabelecer uma ligação com crianças que não são facilmente abordadas pelas vias normais.
- Como envolver essas crianças mais difíceis de alcançar — motivando-as e demonstrando-lhes que as suas opiniões são desejadas e que serão aceites.
- Como lidar com as barreiras que elas possam enfrentar ao participarem num conselho de crianças e jovens, tais como falta de confiança, medo do bullying ou da rejeição, falta de dispositivos para comunicar online, falta de recursos financeiros para pagar o transporte até às reuniões, ou barreiras linguísticas.

**Exemplo:  
Usar múltiplas vias  
diferentes para  
envolver as crianças**

Os adultos apontam que um dos elementos fundamentais para a inclusão são os diferentes caminhos — educativos, sociais e não-formais — que permitem o acesso a crianças bastante diversas. Atualmente, as freguesias, em conjunto com as crianças, estão a elaborar regulamentos, que devem ser ratificados pela autarquia local, que requerem que os espaços reservem áreas para pessoas com deficiência. Na freguesia de Puente de Vallecas (Espanha), a inclusão é um dos objetivos. Reconhecem que o conselho de crianças e jovens é um espaço amigável, de portas abertas, onde toda a gente pode e quer participar. Em algumas freguesias, os agentes locais disponibilizam pontos de participação em centros de educação especial para que, pouco a pouco, possam ser apresentados à cultura participativa e, se assim o desejarem, integrarem o conselho de crianças e jovens. Enfatizam que, no geral, as crianças e jovens são bastante empáticos, e é deles que nasce a atenção à diversidade. Quando têm de eleger os seus representantes, fazem-no já com esta visão de inclusão — de género, idade, diversidade. Surge de forma orgânica.

## 7.1 Identificar crianças de comunidades vulneráveis

Como ponto de partida, é importante ter um entendimento claro dos diferentes grupos de crianças dentro da comunidade e onde estão localizados.

### **A ação para alcançar e conectar com grupos diferentes pode envolver:**

- Empreender um exercício de mapeamento de todas as crianças da comunidade e a sua localização e circunstâncias; por exemplo, identificar todas as associações juvenis, centros de acolhimento, instituições residenciais, centros educativos, centros de refugiados, ou escolas especiais, centros ou serviços para crianças com deficiência.
- Colaborar com ONGs locais que trabalhem com grupos vulneráveis de crianças na comunidade para estabelecer vínculos com esses grupos.
- Organizar reuniões com os gestores de todos os ambientes para crianças para sensibilizar para os direitos de participação das crianças e envolver o seu apoio na promoção de oportunidades.
- Produzir e divulgar informação para pais/encarregados de educação e crianças sobre iniciativas de participação de crianças numa linguagem adaptada às mesmas e em todas as línguas faladas localmente.
- Usar a comunicação social local e plataformas de redes sociais para promover o interesse no conselho de crianças e jovens e o compromisso de alcançar todos os setores da comunidade.

## 7.2 Envolver crianças em situação de maior vulnerabilidade

Uma vez compreendido que crianças vivem na comunidade e onde estão, o desafio seguinte é entrar em contacto com elas e encorajá-las a sentirem que as suas opiniões são importantes e devem ser ouvidas. Devem ser incentivadas a ver o conselho de crianças e jovens como um mecanismo relevante, acolhedor e do seu interesse.

### **A ação pode incluir:**

#### **a) Comunicar as oportunidades de participação**

- Visitar os locais onde as crianças vivem e falar com elas sobre o conselho de crianças e jovens, o seu papel e como podem contribuir.
- Envolver os membros da escola e do conselho de crianças e jovens nessas visitas.
- Organizar grupos de discussão com crianças de várias comunidades para explorar as suas opiniões sobre a participação, as barreiras que experienciam e como ultrapassá-las.
- Produzir fotografias, vídeos, etc., para demonstrar visualmente como funciona o conselho de crianças e jovens.
- Providenciar tempo e espaço para as crianças fazerem perguntas e exporem as suas preocupações sobre como tudo funciona.

#### **b) Criar mecanismos para incentivar a participação**

- Organizar eleições em centros juvenis locais onde existem crianças de várias comunidades.
- Perguntar às crianças que assuntos sentem necessidade de serem abordados na comunidade e incentivá-las a ver o conselho de crianças e jovens como um lugar onde esses assuntos podem ser discutidos.

- Oferecer às crianças a hipótese de irem e assistirem como observadoras para verem o conselho de crianças e jovens em ação.
- Oferecer a possibilidade de se juntarem ao conselho a título provisório e enfatizar a natureza voluntária da participação — podem optar por sair a qualquer momento.
- Rever quaisquer políticas do conselho que possam restringir a adesão de certos grupos, por exemplo, uma exigência de que a criança esteja matriculada na escola, residir na área há determinado tempo, ou possuir uma morada fixa.
- Discutir com os membros atuais do conselho de crianças e jovens se se deve introduzir um sistema de cotas para garantir que um dado número de posições no conselho é reservado a determinados grupos.
- Considerar a introdução de um recrutamento aberto, disponível para novos membros ao longo do ano, em vez de uma época fixa todos os anos.
- Reunir com os pais/encarregados de educação para motivá-los a deixarem os filhos participarem.
- Criar abordagens diferentes, incluindo oportunidades informais, para permitir que as crianças participem. Fortalecer os laços entre os mecanismos formais de participação, tais como conselhos, e outros mais informais.

**Exemplos:  
Abordagens diferentes  
para estimular o  
interesse nas crianças  
em situação de maior  
vulnerabilidade**

Em Ratisbona (Alemanha), reconhece-se que a diversidade tem origem no facto de haver um leque de oportunidades de participação diferentes, não apenas o conselho. A cidade tem investido na criação de oportunidades, tais como ir às várias freguesias da cidade, juntamente com parceiros de rede que têm contacto direto com as crianças da zona:  
*Por outras palavras, trabalhamos em conjunto com instituições, escolas e profissionais que conhecem as crianças e trabalham com elas. Ou seja, a equipa do centro juvenil ou das próprias escolas, onde estão as crianças que queremos alcançar.*

Um deles acrescenta, sobre trabalhar com crianças de diferentes origens:  
*Temos especialistas formados em pedagogia, e certificamo-nos sempre de que as crianças que têm mais dificuldade em verbalizar também têm a oportunidade de falar.*

Os jovens de Akureyri (Islândia) veem a comunicação e a sensibilização como essenciais para lidar com a diversidade. Um dos membros explica:  
*Se somos só raparigas loiras a dizer que queremos que toda a gente participe, é difícil acreditarem nisso, pois somos todas parecidas umas com as outras. Penso que alguns grupos de minorias sentem que não são bem-vindos aqui, que isto não é para eles. Mas temos de promover isto melhor para que toda a gente conheça o conselho de jovens e o seu papel.*

Carbajosa de la Sagrada (Espanha) tomou várias medidas específicas para promover a inclusão, incluindo:

- Formação de pedagogos especializados em orientação e educação especial.
- Apoio por parte da autarquia na contratação e recursos que possam ser necessários, tais como um intérprete de língua gestual para sessões plenárias, ou aumentar o rácio de facilitadores quando participam crianças com deficiência.
- Apoio por parte das escolas na flexibilidade e adaptação de horários, e eliminação de barreiras arquitetónicas.
- Foram adicionados pictogramas no município depois de um processo participativo em conjunto com pessoas com deficiência (edifícios municipais, nas três escolas e noutros espaços escolhidos por crianças e jovens).

## 7.3 Remover barreiras

Para criar um ambiente genuinamente inclusivo no conselho de crianças e jovens, é essencial identificar todas as barreiras que impedem as crianças de participarem em igualdade com outras assim que se tornam membros. As barreiras podem estar relacionadas com atitudes, meio ambiente, pobreza, acesso a transportes, comunicação e língua. Além disso, para as crianças com um longo historial de discriminação e exclusão, é importante confiarem na ausência de fatores de exclusão. É necessário envolvê-las, recebê-las abertamente e incluí-las.

### **As ações a considerar incluem:**

#### ***a) Remover as barreiras de acessibilidade***

- Certificar que as reuniões são realizadas em horários e locais seguros para todas as crianças.
- Fazer reuniões sempre em locais fisicamente acessíveis a todas as crianças.
- Pensar nos transportes disponíveis para as crianças, o seu custo, disponibilidade e que apoio pode ser dado, quando necessário.
- Considerar as opções de realizar reuniões tanto online, como offline. Se forem reuniões online, assegurar que todas as crianças possuem os dispositivos necessários e acesso à rede Wi-Fi ou a dados para poderem participar. Considerar a criação de um orçamento para garantir que todas as crianças têm o equipamento necessário.
- Quando houver crianças que não falam a língua local, garantir a presença de intérpretes, e garantir que lhes é dado tempo e espaço para contribuírem em pé de igualdade com as outras crianças.
- Pensar sobre as atividades nas quais as crianças estão envolvidas e como facilitar a inclusão de crianças com deficiências diferentes.
- Considerar a possibilidade de subgrupos de membros em contextos diferentes (por exemplo, se existir um centro de acolhimento na localidade), incentivando-os a comunicar com o conselho de crianças e jovens, por exemplo, via Zoom.

#### ***b) Promover a confiança***

- Permitir a participação de todas as crianças nas reuniões, mesmo que não sejam membros formais, pois isso pode incentivá-las a ver como tudo funciona e, simultaneamente, aumentar a sua confiança no processo.
- Envolver ONGs locais para providenciar apoio e competências sobre como envolver as crianças de comunidades diferentes de forma eficaz.
- Interagir com os pais/encarregados de educação para garantir que estes conhecem o trabalho do conselho de crianças e jovens e apoiam os filhos como membros.
- Trabalhar com os pais/encarregados de educação para lhes dar informação que os tranquilize e incentive a darem o seu consentimento onde expressarem preocupações.
- Explorar a ideia de um sistema “amigo” para as crianças mais isoladas ou em situação de maior vulnerabilidade, ao serem emparelhadas com um colega.
- Garantir que, quando uma criança desiste, se acompanha a situação dela para explorar as razões e trabalhar com ela a procura de soluções.

*c) Incentivar atitudes e práticas inclusivas*

- Dar formação a todos os membros do conselho sobre inclusão, não-discriminação e segurança. Trabalhar com eles para criar um conjunto central de regras básicas que garantam que todos se sintam incluídos.
- Dar formação a trabalhadores de apoio e facilitadores adultos sobre práticas inclusivas e participativas.
- Garantir que todas as comunicações sobre o conselho de crianças e jovens destacam a representação de diferentes grupos de crianças.
- Desenvolver um sistema de monitorização e avaliação das experiências de todas as crianças do conselho de crianças e jovens para descobrir quão inclusivo é o ambiente e onde é necessário efetuar mudanças. Pode ser necessário assegurar às crianças o direito de contribuírem de forma confidencial se lhes causar preocupação a possibilidade de serem criticadas publicamente.
- Desenvolver com os membros do conselho de crianças e jovens um “mecanismo de queixa” que permita às crianças que sentem não estarem a ser ouvidas, que se sentem discriminadas ou excluídas, conseguirem ajuda para resolver o problema.
- Introduzir subgrupos para garantir o envolvimento de crianças com aptidões e interesses diferentes — nem todas as crianças apreciam reuniões mais formais, mas podem ser capazes de contribuir em projetos ou comunicações mais criativas.

© UNICEF/UNI324961/Diffidenti



**Exemplos:  
Várias abordagens  
para remover as  
barreiras**

Os jovens de Jyväskylä (Finlândia) propuseram um leque de sugestões para ultrapassar a falta de diversidade dos membros do conselho de jovens, incluindo:

- Providenciar mais recursos e abrir mais vagas no conselho de jovens para expandir o quadro associativo e aumentar as oportunidades para grupos diferentes de crianças.
- Apoiar as escolas a garantir que o processo de seleção é mais democrático para que as crianças de origens diferentes possam participar.
- Pensar criativamente sobre incluir crianças cuja primeira língua não seja o finlandês — simplificar os documentos do conselho para torná-los mais acessíveis a todas as crianças e publicar documentos em todos os principais idiomas falados na comunidade. Por exemplo, quando o município comunicou sobre a COVID-19 apenas em finlandês, o conselho de jovens questionou sobre a razão por que a informação não estava disponível noutras línguas. Poucos dias depois, o município publicou a informação também noutras línguas.
- Melhorar a visibilidade e natureza democrática da representação dos jovens.
- Sensibilizar todos as crianças e jovens para o trabalho do conselho de jovens.
- Dar maior destaque às vozes dos jovens migrantes.
- Procurar mais iniciativa e apoio proativo por parte dos adultos.

Já tinham sido tomadas algumas medidas para reforçar a diversidade do conselho dos jovens de modo a incluir as minorias sexuais e de género, jovens com desafios de saúde mental e crianças e jovens migrantes. Os exemplos dados incluíam:

- Crianças a viver em instituições participavam no conselho de jovens, o que exigiu uma colaboração próxima com as suas unidades de acolhimento para garantir a sua segurança quando participavam.
- Um jovem com deficiência visual e paralisia cerebral participava também há vários anos, o que fez o grupo reconsiderar a sua forma de trabalhar — o jovem sugerira, por exemplo, que as agendas das reuniões fossem partilhadas num tamanho de letra maior. Foi muito importante para ele participar também no Conselho para a Deficiência como representante do conselho de jovens.

Em Kufstein (Áustria), foram destacadas preocupações de que o conselho de jovens não era acessível a todos os jovens. Por outras palavras, as suas atividades eram demasiado exigentes. Alguém observou que:

*O que é já notório é que o conselho de jovens tem um nível bastante exigente. Na nossa colaboração com o centro juvenil, reparámos que muitos jovens, que apenas conseguem manter-se a par com a natureza de nível baixo do centro juvenil, consideram difícil entrar na estrutura de reuniões. É também difícil para os jovens na escola profissional, que estão muitas vezes ocupados durante a tarde. É nessa altura que os jovens têm mais oportunidades de se envolverem. Temos jovens no ensino profissional e em escolas secundárias. Também temos muitas raparigas de origem migrante. No que a isso diz respeito, somos bastante diversificados. Mas penso que perdemos muitas pessoas porque é demasiado exigente. Para muitos, simplesmente ir ao município e sentar-se numa sala de reuniões exige mais esforço do que ir a um centro juvenil ou a um parque, infelizmente.*

O conselho em Avilés (Espanha) está aberto a qualquer criança que queira ser incluída. Está sempre aberto ao número total de rapazes e raparigas de cada centro. Não há necessidade de limitá-lo por ano ou idade. As reuniões realizam-se em todas as freguesias da cidade para facilitar a participação. O conselho tem trabalhado com uma instituição de educação especial para torná-lo mais inclusivo. Como a participação está aberta a todos, sentem que há crianças de todas as origens. No entanto, reconhecem que a COVID-19 e o trabalho online têm sido um obstáculo à inclusão. O conselho trabalhou com agências ou entidades especializadas para chegar a alguns dos grupos vulneráveis, incluindo:

- Centro da Virgen de las Mareas, com crianças e jovens de etnia cigana: reconhecendo as dificuldades que estes enfrentam para irem às reuniões, dirigem-se ao centro para reunir opiniões lá. Até fazem propostas para apresentar na reunião e depois trabalham nelas.
- Escola de Educação Especial de San Cristóbal: mais uma vez, as crianças podem vir ao centro onde se realizam reuniões regulares e, além disso, organizam sessões especiais na escola, para que todas as crianças e jovens possam estar presentes e participar.
- Centros de proteção social: desde 2010, o conselho colabora com os serviços de proteção social. Muitas vezes, os serviços de proteção social consideram o conselho como um recurso para onde encaminhar as crianças.

A única altura em que houve necessidade de fazer um reajuste foi com uma criança de uma escola de educação especial que ficava muito transtornada na presença de muitas pessoas. Neste caso, houve um dia extra de reuniões para acomodá-la em grupos mais pequenos de 5–6 pessoas e para trabalhar por comissões. Em geral, a abordagem de inclusão foi positiva: espaços favoráveis, um bom ambiente, bastante diversão, ouvir, observar, criar, e cada criança poder contribuir com o que considera importante.



© UNICEF/UNI325062/McIlwaine

## 8. Monitorização e avaliação do impacto da participação das crianças

As crianças e jovens devem ser capazes de medir se o seu envolvimento numa escola ou conselho de crianças e jovens fez a diferença — para si próprios como indivíduos, ou para projetos, iniciativas ou políticas que apoiam. Tanto as crianças como os adultos envolvidos precisam de saber o que funciona e por que razão. A monitorização e avaliação dos resultados é, portanto, necessária para:

- Avaliar que atividades ou ações foram, ou não, eficazes.
- Identificar o que é preciso mudar para se tornarem mais eficazes.
- Fornecer evidências à escola e ao conselho dos benefícios da participação.
- Incentivar outras crianças e jovens a envolverem-se.
- Responsabilizar o município e a escola pelos seus compromissos com as crianças.

**Exemplo:  
Desafios na  
monitorização  
e avaliação**

Em geral, o investimento na monitorização e avaliação tende a ser mais fraco do que noutros aspetos do compromisso com a participação das crianças. As razões variam, mas incluem:

- A frequência e a velocidade com que as crianças e jovens abandonam as atividades torna difícil capturar dados longitudinais.
- A falta de experiência e conhecimento sobre como monitorizar e avaliar entre os adultos de apoio.
- A falta de ferramentas disponíveis para realizar a monitorização e avaliação a nível local.
- A relutância em realizar inquéritos e questionários, pois as escolas estão sempre a recebê-los de vários interessados — e o governo local nem sempre está ciente de que esforços de recolha de dados estão a ser realizados pelos interessados.

## 8.1 Abordagem baseada nos direitos da criança para monitorização e avaliação

Tanto os objetivos como o processo de monitorização devem obedecer a uma abordagem baseada nos direitos das crianças. Assim, é importante considerar os quatro princípios gerais como guias para o processo. Por exemplo, se o objetivo de um conselho de crianças e jovens é tornar as ruas mais seguras para as crianças saírem numa comunidade local em particular, sem medo de assédio ou perigo, monitorizar e avaliar o progresso com uma abordagem baseada nos direitos da criança exigiria:

- **Artigo 2, não-discriminação:** É necessário desagregar os dados para identificar se grupos diferentes de crianças experienciaram melhorias comparáveis na sua segurança, dependendo, por exemplo, de onde vivem, se são raparigas ou rapazes, jovens LGBTQI, crianças de comunidades étnicas diferentes, ou crianças com deficiência. Estes dados são essenciais para avaliar o progresso em direção ao cumprimento do objetivo e para onde direcionar mais ações para alcançar mais progresso.
- **Artigo 3, o interesse superior da criança :** É importante que quaisquer medidas para tornar as ruas mais seguras não sejam alcançadas comprometendo outros direitos das crianças, por exemplo, desencorajando as crianças em maior risco a ficarem em casa ou a saírem menos. Fazê-lo não serviria o superior interesse das crianças em geral.
- **Artigo 6, pleno desenvolvimento:** Ao longo do tempo, seria útil monitorizar o impacto de um maior compromisso com a segurança no sentido geral de bem-estar e positividade das crianças em relação à sua comunidade geral.
- **Artigo 12, participação:** Qualquer processo de monitorização e avaliação deve sempre envolver as crianças diretamente — no desenvolvimento dos objetivos iniciais, a determinação dos indicadores, a recolha de dados, como investigadoras e inquiridas, na análise dos resultados e em quaisquer reflexões sobre os passos seguintes e como melhorar a sua participação.

## 8.2 O que deve ser monitorizado e avaliado

Se a monitorização e avaliação for feita minuciosamente, é importante examinar três aspetos do processo de participação e desenvolver indicadores para avaliar o progresso em relação a:

- Resultados
- Produtos
- Recursos

### a) Indicadores de resultados

A UNICEF, no seu Enquadramento Conceptual para a Participação de Adolescentes, identificou quatro áreas-chave de resultados para a participação das crianças.<sup>1</sup> A importância atribuída a estes indicadores de resultados surge com bastante evidência e é confirmada pelos dados do inquérito para este estudo. Estes indicadores incluem:

- *Um sentido de si, autoestima, valor próprio e eficácia*, que indica confiança, aspiração a objetivos e a capacidade de enfrentar as violações de direitos.
- *Ser levado a sério*, interpretado como perceção de respeito e incentivo à participação, bem como sentido de relevância e ligação com as vivências diárias da criança, que a incentiva a participar de forma significativa.
- *Tomar decisões* sobre assuntos que lhes são relevantes e nos quais sentem que deveriam ter a oportunidade de se envolver. Reflete o grau em que as crianças sentem estar envolvidas e ter poder sobre decisões e matérias que afetam as suas vidas.
- *Envolvimento público e cívico* que mede a extensão em que as crianças foram realmente capazes de influenciar decisões na escola, na esfera pública e cívica, e é relevante para o seu sentido de influência, o seu sentido de justiça social e o seu conhecimento cívico.

Estes indicadores de resultados captam o processo e experiência da participação das crianças, assim como as mudanças que ocorreram como consequência dessa participação. Em qualquer escola ou conselho de crianças e jovens em particular, estes indicadores de resultados terão de ser definidos de forma mais específica. Por exemplo, se um conselho escolar se comprometer a trabalhar com a equipa e outros alunos para desenvolver uma nova estratégia anti-bullying, os resultados poderiam ser definidos em termos de quão genuinamente as opiniões das crianças foram ouvidas, quanto foram capazes de moldar o processo, a sua satisfação com a eventual política, e quão eficazmente foi implementada. As crianças e outros interessados podem também usar os nove requisitos básicos para monitorizar e avaliar a qualidade do processo de participação.

**Exemplos:  
O impacto positivo  
da participação**

Os jovens de Cascais (Portugal) destacaram o impacto pessoal da participação: desenvolver competências de trabalho em equipa e participação, um sentido de comunidade, benefícios na candidatura a novos estudos, amizades, pensamento crítico, sentido de valor próprio e autonomia. E os adultos apontaram que a participação teve também impactos positivos no ambiente das aulas:

*Sabemos de turmas onde há alguns novos alunos estrangeiros, que são muitas vezes vítimas de bullying ou que não são integrados na turma. E esses alunos estrangeiros, quando se apercebem de que podem ter um papel aqui, ficam entusiasmados, desempenham um papel e é com esse papel que se conseguem integrar na turma.*

Em Estugarda (Alemanha), um aluno diz:

*Antes de estar no conselho de jovens, não conseguia falar, era tão tímido, nem conseguia dizer obrigado no talho quando se recebe um pedaço de linguiça como oferta. Entretanto, agora sou um político local. Aconteceu agora a minha primeira eleição. Consegui o terceiro lugar na votação para a Câmara Municipal. Portanto, isto também serve de rampa de lançamento.*

**Exemplos:  
Ver evidências  
concretas dos  
resultados da  
participação**

Durante a pandemia da COVID, o conselho de jovens em Kufstein (Áustria) ficou preocupado com o facto de ser cada vez mais difícil cumprir o uso obrigatório de máscara no autocarro escolar — os alunos perdiam-nas ou esqueciam-se delas. Assim, contactaram a empresa rodoviária e perguntaram se era possível distribuir máscaras aos jovens diretamente no autocarro, para que o motorista tivesse um fornecimento regular e pudesse disponibilizá-las às crianças, se necessário. A empresa rodoviária acedeu, com o pedido de não tornar isto público, senão tornar-se-ia um “fornecedor fixo de máscaras” e que a informação apenas fosse partilhada com outros jovens. Isto aconteceu apenas a um nível bastante reduzido, mas mostra que os jovens se preocupam uns com os outros e tentam tornar a sua vida mais fácil.

O trabalho do conselho de jovens de Lappeenranta (Finlândia) a nível municipal sobre participação levou os serviços regionais de saúde a contactar uma equipa para aprender sobre o envolvimento digital dos jovens e a interação com jovens nas plataformas de redes sociais. Desta forma, o trabalho tornou-se um “modelo de demonstração” para outras agências. O conselho também teve um importante impacto pessoal para os membros. Mencionam que o conselho lhes ensinou autoconfiança, competências de trabalho em equipa e colaboração, criatividade, competências de argumentação, competências de meios de comunicação e também colaboração e trabalho com adultos.

Em Eville (Alemanha), o conselho de jovens teve sucesso a influenciar:

- O trabalho com os ativistas locais de Sextas-feiras pelo Futuro, para introduzir opções de reciclagem nos contentores de lixo da cidade;
- A proibição dos pais/encarregados de educação pararem os carros em frente à escola no centro da cidade.

Atualmente, o conselho defende a existência de um bilhete jovem para os transportes públicos em toda a região de Hesse. Os membros do conselho também querem continuar a trabalhar para tornar mais seguro ir de bicicleta para a escola.

### *b) Indicadores de produto*

Os indicadores de produto medem a quantidade e/ou qualidade do desempenho ou sucesso que ocorre devido à atividade ou serviços prestados. Por exemplo, os indicadores de produto podem incluir:

- O número de escolas com conselhos escolares democráticos estabelecidos.
- O número de vezes que o conselho de crianças e jovens se reuniu nos últimos 12 meses.
- O número de vezes que o conselho de crianças e jovens reuniu com os líderes da Câmara Municipal nos últimos 12 meses.
- A percentagem de professores que recebeu formação sobre a participação de crianças.
- A percentagem de crianças na comunidade que recebeu informação sobre o trabalho do conselho de crianças e jovens.

Sempre que relevante, estes dados devem ser desagregados por género, idade, etnia, meio urbano-rural, deficiência, estatuto de cuidados, rendimentos, e outros fatores-chave de diversidade.

### *c) Indicadores de recursos*

Os indicadores de recursos referem-se aos recursos, sistemas e estruturas necessários para implementar uma atividade ou intervenção, tais como recursos humanos, financeiros ou materiais, políticas ou estratégias. Estes medem quanto a escola ou município investiu ao criar o ambiente e capacidade necessários para a participação das crianças. Por exemplo, isso pode incluir:

- Uma política para cada escola estabelecer um conselho escolar.
- Uma política para estabelecer um conselho de crianças e jovens.
- Incorporação da participação das crianças como dimensão central da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças.
- Alocação de pessoal e de um orçamento para apoiar os conselhos de crianças e jovens.
- Desenvolvimento de um currículo de formação para a equipa sobre a introdução de fóruns de participação de crianças.

## Medidas a tomar na monitorização e avaliação

As ações a considerar no fortalecimento de uma abordagem de monitorização e avaliação da participação de crianças no trabalho com os conselhos de crianças e jovens pode envolver o seguinte processo:

- **Passo n.º 1:** Trabalhar com os membros do conselho para decidir os objetivos ou resultados desejados de uma iniciativa em particular, ou durante um determinado período. Por exemplo, o objetivo pode ser elevar o perfil do conselho de crianças e jovens entre as crianças da comunidade, ou persuadir o município a construir um parque infantil adicional, a introduzir uma política a respeito do assédio sexual de raparigas, ou comprometer as escolas a investirem na melhoria do estado das casas de banho.
- **Passo n.º 2:** Decidir que indicadores permitiriam às crianças determinar se o objetivo foi alcançado. Isso pode incluir indicadores de resultados, de produtos e de recursos.
- **Passo n.º 3:** Recolher dados sobre o que está a acontecer. O tipo de dados vai depender do objetivo e indicadores associados. Por exemplo, no caso de uma nova política, a documentação dessa política corresponde aos dados necessários. Depois, suponha-se que o objetivo era a sensibilização e a compreensão. Neste caso, poderia ser necessário realizar um inquérito ou grupos de discussão para obter feedback sobre quaisquer mudanças nas atitudes ou conhecimento.
- **Passo n.º 4:** Avaliar os resultados. A análise dos resultados irá permitir que o governo local e o conselho de crianças e jovens avaliem se os objetivos foram alcançados e que atividades foram ou não eficazes para o sucesso dos resultados.

© UNICEF/UN0338740/Nabrdalik VII



## Exemplos: Processos de monitorização e avaliação

Em Guyancourt (França), as crianças publicam um “diário” no final do período letivo, que descreve todas as ações realizadas, o que lhes permite apresentar o seu impacto a outras pessoas.

Em Cascais (Portugal), o município recolhe questionários em todas as fases do processo junto de crianças e professores. Com base nestes dados, o projeto é continuamente melhorado, e as sugestões para melhorias são sempre partilhadas com a nova coorte de participantes como feedback.

Em Ratisbona (Alemanha), a cidade monitoriza regularmente os seus mecanismos de participação através da monitorização do seu plano de ação da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças, onde se dá grande importância a analisar o que foi alcançado e com que resultados. Existe também uma monitorização contínua da qualidade do trabalho, e acompanhamento das propostas feitas pelas crianças e jovens. Todavia, os adultos reconhecem que, por vezes, é difícil avaliar que resultado pode ser atribuído ao impacto direto do Conselho Consultivo. Um ano após a eleição do novo Conselho Consultivo da Juventude, realiza-se uma sessão de reflexão para avaliar os objetivos e ideias do conselho em conjunto com as crianças. Isso inclui também a reflexão sobre os jogos de simulação da escola em conjunto com a direção da escola, incluindo questionários e entrevistas.

Em 2009, em Jyväskylä (Finlândia), quando três municípios mais pequenos foram anexados a Jyväskylä, o modelo do conselho de jovens foi cocriado com as crianças. Isto representou uma abordagem colaborativa, na qual os sistemas são constantemente avaliados e adaptados em conjunto com os jovens. O envolvimento dos jovens no processo é fundamental para garantir que se sentem donos do processo. Todos os Outonos, o conselho dos jovens revê as suas regras e código de conduta e decide se deve fazer alterações ou não.

Em Avilés (Espanha), dentro das reuniões do próprio conselho, são efetuadas avaliações orgânicas e pouco estruturadas. São feitas no final dos projetos, e no final do curso é feita uma avaliação completa do curso e da trajetória desenvolvida. Os comités de monitorização e acompanhamento executam avaliações contínuas. É também feita uma avaliação oficial e formal do plano das crianças, em conjunto com os centros educativos, pelouros municipais, associações de crianças e jovens, para avaliar como funcionou, o que melhorar e estruturar o próximo plano.

Na escola primária de Palomeras Bajas (Espanha) são feitas avaliações em assembleias, atividades, excursões, etc., trimestralmente. No plano de trabalho, as autoavaliações também são feitas trimestralmente. As crianças também avaliam os professores. Além disso, possuem um plano de estudos, onde reveem conjuntamente os compromissos individuais e de grupo, e o cumprimento desses compromissos.

Em Fuenlabrada (Espanha), a cidade não mede o verdadeiro impacto da participação das crianças. Todavia, mede a qualidade da experiência das crianças. No final de cada mandato, é realizada uma avaliação com as crianças sobre como se sentiram ao participarem no conselho.

Em Carbajosa de la Sagrada (Espanha), no final do ano letivo, é feito um inquérito nas escolas e no “Clube da Animação” para avaliar o processo e planear o ano seguinte. Os professores e a equipa de gestão também respondem a um inquérito de satisfação.

# Referências

1. 'Conceptual Framework for Measuring Outcomes of Adolescent Participation', UNICEF, 2019, <https://www.unicef.org/media/59006/file>; Pritzker, Suzanne, Alicia La Chapelle and Jeremy Tatum, "'We need their help": Encouraging and discouraging adolescent civic engagement through photovoice', Children and Youth Services Review, vol. 34, 2012, pp. 2247–2254; The Coalition for Adolescent Girls, 'Partners and allies toolkit: Toolkit for meaningful adolescent girl engagement', December 2015, [http://coalitionforadolescentgirls.org/wp-content/uploads/2015/12/CAGPartnersandAlliesToolKit\\_10.compressed.pdf](http://coalitionforadolescentgirls.org/wp-content/uploads/2015/12/CAGPartnersandAlliesToolKit_10.compressed.pdf); The Compact for Young People in Humanitarian Action, 'Guidelines for Working with and for Young People in Humanitarian Settings', 2019; Committee on the Rights of the Child, 'Day of General Discussion: The right of the child to be heard', 29 September 2006, [www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRC/Pages/DiscussionDays.aspx](http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRC/Pages/DiscussionDays.aspx)
2. See, for example: Unicef Innocenti Research Centre, 'Children's and adolescents' participation and protection from sexual abuse and exploitation, 2009, <https://www.unicef-irc.org/publications/556-childrens-and-adolescents-participation-and-protection-from-sexual-abuse-and-exploitation.html>; Committee on the Rights of the Child, 'Day of General Discussion: The right of the child to be heard', 29 September 2006, [www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRC/Pages/DiscussionDays.aspx?](http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRC/Pages/DiscussionDays.aspx?); Republic of Ireland Commission to Inquire into Child Abuse. (2009). Final Report. Available at <http://www.childabusecommission.ie/rpt/>; Wright, K., Swain, S., McPhillips, K. (2017). Australian Royal Commission into Institutional Responses to Child Sexual Abuse. Child Abuse & Neglect. 74. 1-9.
3. Dahl, Ronald E., Nicholas B. Allen, Linda Wilbrecht and Ahna Ballonoff Suleiman, 'Importance of investing in adolescence from a development science perspective', Nature, vol. 554, 2018, pp. 441–450. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29469094/>
4. ChildFund Alliance (2014). The Free Charters Report: Children's Priorities SDGs. New York; see, for example, UNICEF Spain. (2012). Children's Well-Being from Their Own Point of View. What Affects the Children's Well-Being in the First Year of Compulsory Secondary Education in Spain? Madrid: UNICEF Spain; Vis, S., Strandbu, A., Holtan, A., & Thomas, N. (2010). Participation and health – a research review of child participation in planning and decision-making. Child and Family Social Work 16(3). 325-355; Lloyd, K., & Emerson, L., (2016). (Re)Examining the Relationship between Children's Subjective Wellbeing and Their Perceptions of Participation Rights. Child Indicators Research. 1–18, <http://dx.doi.org/10.1007/s12187-016-9396-9>
5. UNICEF (2019): *Child Friendly Cities Initiative: Child and Youth Participation – Options for Action*.
6. CRC General Comment No.12, The Right of the Child to be Heard, CRC/C/GC/20012, 2009, paras 132-134 <https://www.refworld.org/docid/4ae562c52.html>
7. UNICEF Private Fundraising and Partnerships Division (PFP), Child Rights Education Toolkit: Rooting Child Rights in Early Childhood Education, Primary and Secondary Schools, 2014, p. 115. <https://www.unicef.org/media/63081/file/UNICEF-Child-Rights-Education-Toolkit.pdf>

# Anexo I.

## Metodologia para a pesquisa

Os etapas seguintes informam o desenvolvimento do estudo:

**Fase I: Âmbito:** Entrevistas com especialistas da UNICEF a trabalhar na Iniciativa das Cidades Amigas da Criança e participação das crianças localmente para mapear as práticas existentes de participação de crianças, desafios e lições aprendidas.

**Fase II: Seleção de cidades participantes:** Cidades e comunidades participantes de diferentes tamanhos foram selecionadas com base na extensão em que seus mecanismos de participação de crianças e jovens foram considerados

- Efetivos e influentes;
- Democráticos e representativos;
- Inclusivos.

**Fase III: Desenvolvimento do guião do questionário/entrevista semiestruturado:** Foi desenvolvido um questionário por um Grupo de Especialistas em Participação de Crianças, composto por uma equipa da UNICEF que trabalha com governos locais e participação de crianças, em consulta com a Universidade de Barcelona. Usando os pontos focais de proteção da organização, o questionário foi revisto. Além disso, um comité independente de revisão ética reviu as perguntas. O questionário foi elaborado para recolher informação que abordasse, por exemplo:

- Diferentes modelos de conselhos de crianças e jovens;
- Processos de eleição e seleção;
- Qualidade das experiências das crianças nos conselhos de crianças e jovens;
- Relações com o município;
- Qualidade e natureza do apoio de adultos;
- Impacto da participação tanto nas crianças participantes, como nas suas comunidades;
- Medição dos resultados.

**Fase IV: Entrevistas:** Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e grupos de discussão em cidades e comunidades na Alemanha, Áustria, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Islândia, Polónia e Portugal, que envolveram:

- Adultos que apoiam conselhos locais de crianças e jovens;
- Grupos de crianças que participam em conselhos locais e escolares de crianças e jovens.

**Fase V: Análise dos dados das entrevistas e desenvolvimento do relatório do estudo:** Foi realizada uma análise dos resultados das entrevistas e grupos de discussão, extrapolando as lições aprendidas pelos participantes. Os resultados foram compilados neste relatório para dar exemplos das melhores práticas e medidas para o reforço da participação efetiva, representativa e inclusiva.

# Anexo II.

## Resumo das implicações de cada nível de participação

<b>Impacto</b>	<b>Consultiva</b>	<b>Colaborativa</b>	<b>Liderada por crianças</b>
Permite que um número significativo de crianças contribua com as suas opiniões	Sim – ex.: um inquérito online pode alcançar milhares de crianças	Não – envolve apenas um número limitado de crianças e exige uma dedicação significativa por parte dos adultos. Todavia, por exemplo, as crianças podem colaborar com adultos no desenvolvimento de um inquérito, que é depois usado para consultar um grupo mais abrangente de crianças	Sim – se a iniciativa chegar às crianças online, por exemplo, numa campanha ou movimento liderados por crianças e jovens
Pode ser feita como uma atividade única	Sim	Não	Não
Pode ser elaborada de maneiras que permitam às crianças muito novas expressarem opiniões	Sim	Sim	Não
Permite que crianças influenciem, individualmente, decisões tomadas por adultos que as afetam diretamente, por exemplo, tratamentos médicos, decisões tomadas pelos tribunais de família	Sim	Sim	N/A
Reconhece a importância das perspetivas das crianças, informando, por exemplo, resultados de investigação, políticas, reforma legislativa	Sim	Sim	Sim
Afirma às crianças que as suas opiniões importam e são levadas a sério	Sim	Sim	Sim
Cria oportunidades para as crianças trabalharem em parceria com adultos	Não	Sim – a colaboração intergeracional permite novas formas de envolvimento e trabalho em conjunto, desafiando as relações de poder tradicionais	Sim – com adultos que facilitam em vez de liderarem ou gerirem o processo
Permite às crianças contribuírem para o desenvolvimento e definição de uma iniciativa, mecanismo ou processo	Não	Sim	Sim

<b>Impacto</b>	<b>Consultiva</b>	<b>Colaborativa</b>	<b>Liderada por crianças</b>
Pode proporcionar resultados que refletem mais diretamente as prioridades das crianças	Sim	Sim	Sim
Dá oportunidades às crianças de terem responsabilidades	Não	Sim	Sim
Oferece oportunidades às crianças de adquirirem confiança, competências e aumentarem a autoestima	Não	Sim	Sim
As crianças controlam as suas próprias agendas e formas preferidas de trabalhar	Não	Parcialmente	Sim
As crianças sentem-se empoderadas por serem capazes de influenciar ou tomar decisões por si mesmas	Não	Sim	Sim
Fornecer mensagens fortes e positivas sobre as capacidades das crianças e o valor do seu contributo — desafia as pressuposições sobre a falta do valor acrescentado de ouvir as crianças	Parcialmente	Sim	Sim

Nota: As iniciativas podem avançar para níveis diferentes ao longo do tempo, e uma escola ou conselho de crianças e jovens pode participar em atividades que utilizam todos os três diferentes níveis.



OUR  
HOUR



Foto de capa: ©UNICEF/UN0389056/Panjwani

© Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Agosto de 2022

Tradução para Português: Pronto a Editar Atelier

Adaptação gráfica da versão portuguesa: iBrothers

“Tradução e adaptação gráfica da versão portuguesa com financiamento do Programa de Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia (2014-2020).”